

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Dárcia Amaro Ávila**

**GÊNERO NAS MALHAS DISCURSIVAS DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL: EMERGÊNCIAS, BIO/ECOPOLÍTICAS  
E DISPOSITIVOS**

RIO GRANDE  
2018

**DÁRCIA AMARO ÁVILA**

**GÊNERO NAS MALHAS DISCURSIVAS DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL: EMERGÊNCIAS, BIO/ECOPOLÍTICAS  
E DISPOSITIVOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Regina Costa Ribeiro


Coorientadora: Profa. Dra. Paula Corrêa Henning

RIO GRANDE  
2018

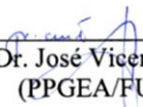
**Dárcia Amaro Àvila**

***“O gênero nas malhas discursiva do desenvolvimento sustentável:  
Emergências, Bio/ECopolíticas e dispositivos em ação”***

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:..

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Paula Regina Costa Ribeiro  
(PPGEA/FURG)

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Paula Corrêa Henning  
(PPGEA/FURG)

  
Prof. Dr. José Vicente de Freitas  
(PPGEA/FURG)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Teresa Vilaça  
(UMINHO)

  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Michèle Sato  
(UFMT)

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Shaula Sampaio  
(UFF)

Ficha catalográfica

A958g

Ávila, Dárcia Amaro.

Gênero nas malhas discursivas do desenvolvimento sustentável: emergências, bio/ecopolíticas e dispositivos / Dárcia Amaro Ávila. – 2018.

163 p.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2018.

Orientadora: Dra. Paula Regina Costa Ribeiro.

Coorientadora: Dra. Paula Corrêa Henning.

1. Gênero 2. Desenvolvimento sustentável 3. Educação ambiental I. Ribeiro, Paula Regina Costa II. Henning, Paula Corrêa III. Título.

CDU 504:37

Catálogo na fonte: Bibliotecária Claudia Maria Gomes da Cunha CRB10/1942

*Dedico este trabalho a minha família e aos grupos de pesquisa GESE e GEECAF por tornarem possível a realização deste estudo.*

*Há quem explique a origem da palavra poesia como o ato de lançar no firmamento imagens como quem cria estrelas. Fazer poesia é, portanto, um ato de criação sideral. Criar planetas também, mesmo se eles nascem de sustos. Criar planetas, lançar no horizonte visível desejos, fazer existir como possível, já que sonhado, um outro design da vida na Terra.  
(OLIVEIRA, 1992, p. 142).*

## AGRADECIMENTOS

Neste momento, gostaria de agradecer às pessoas que cruzaram o meu caminho e proporcionaram experiências, amizades e conhecimentos produtivos para o desenvolvimento desta tese.

Agradeço às pessoas que me deram forças e, como anjos, me cobriram com suas asas me possibilitando acreditar que eu poderia fazer qualquer coisa. Fernanda, Marcos, Darcielen, Miguel, Romário, Ana Carolina, Arthur, Delmar, Tânia e Ieni, obrigada por despenderem suas forças, orações e energias para que o impossível fosse realmente possível. Estão para sempre gravados em meu coração! Agradeço a partir deles às pessoas que torceram e direcionaram seus bons pensamentos para a conclusão desta importante etapa.

Um agradecimento especial aos grupos de pesquisa que participo. Vocês são essenciais para esta tese e para o meu crescimento como educadora ambiental. Obrigada pelas alegrias, debates, incentivo e admiração. Amo cada encontro que tivemos e experiências que compartilhamos. Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE), coordenado pela minha professora, orientadora e inspiração eterna Paula Ribeiro, obrigada pelos anos de estudo e carinho que tivemos dentro e fora da universidade. Ao Grupo de Pesquisa em Educação Cultura, Ambiente e Filosofia (GEECAF), coordenado pela professora e coorientadora Paula Henning, obrigada por cada momento de discussão e trocas de carinho que jamais poderei esquecer. Vocês são a espinha dorsal deste estudo!

Também agradeço às professoras Michele Sato, Shaula Sampaio, Teresa Vilhaça e professor José Vicente que compõem a banca de avaliação desde a qualificação. Obrigada pelas sugestões, provocações e contribuições importantíssimas para a conclusão deste estudo.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) pelo período de auxílio financeiro para a realização desta pesquisa. Um agradecimento especial a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, obrigada por me proporcionar condições e auxílios para a permanência de meus estudos nesta universidade, sem os quais, não poderia continuar.

Por fim, agradeço ao meu querido Marcelo Garcia pelos anos de estudo ao meu lado. Obrigada por me colocar, muitas vezes, em primeiro lugar. Obrigada pela companhia, incentivo, dedicação e carinho. Obrigada pelo ombro amigo e por recarregar as minhas energias quando estavam a 1%. És a minha terra, meu lar e meu coração.

## LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional e Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EA	Educação Ambiental
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
FURG	Universidade Federal do Rio Grande – FURG
GAD	Gênero e Desenvolvimento
GGCA	Global Gender and Climate Alliance
GEECAF	Grupo de Pesquisa Educação, Cultura, Ambiente e Filosofia
GESE	Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola
INSTRAW	Instituto Internacional das Nações Unidas de Investigação e Formação para o Progresso da Mulher
IUCN	União Internacional de Conservação da Natureza ou Internacional Union of Conservation Nature
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGEDU	Programa de Pós- Graduação em Educação
UICN	União Internacional de Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WEDO	Organização das Mulheres para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente
WID	Mulheres em Desenvolvimento



## LISTA DE TABELAS, FIGURAS E QUADROS

Tabela 1	Documentos internacionais analisados na pesquisa .....	55
Figura 1	Ações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no mundo .....	57
Figura 2	Ações da UICN sobre energia renovável e gênero .....	61
Figura 3	Plataforma da IUCN ou UICN .....	62
Figura 4	Os resultados de gênero são provenientes de interações entre domicílios, mercados e instituições .....	139
Quadro 1	Mapa organizacional do programa global PNUD .....	59
Quadro 2	Mapa organizacional Programa quadrienal de la UICN 2001-2004 .....	62
Quadro 3	Mapa organizacional programa 2005–2008 de la UICN muchas voces, una tierra .....	63
Quadro 4	Mapa organizacional do programa 2009–2012 de la Diseñando un futuro sostenible .....	64
Quadro 5	Mapa organizacional programa de la UICN 2013-2016 .....	65

## RESUMO

A pesquisa buscou analisar a discursividade que coloca em operação o conceito de gênero no discurso do desenvolvimento sustentável produzindo alguns efeitos para a educação ambiental. Como arcabouço teórico-metodológico-analítico, foram utilizadas algumas ferramentas dos estudos de Michel Foucault e de alguns/mas autores/as do campo ambiental e de gênero. O corpus analítico é composto por alguns documentos internacionais e programas de duas autoridades globais, quais sejam, União Internacional de Conservação da Natureza - UICN e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, produzidos no período de 2014-2017. Nas problematizações das análises, foi possível destacar algumas condições de emergência, além disso, foi identificado que o gênero ganha força nas políticas e programas internacionais, o que possibilitou analisar como ele atravessa os programas da UICN e PNUD em tempos de desenvolvimento sustentável. Nas enunciações dos programas, a estatística e a preocupação com o futuro foram importantes estratégias colocadas em funcionamento para a relevância e integração do gênero em ações de cunho ambiental. Na correnteza do pensamento de Michel Foucault, tais estratégias são chamadas na pesquisa como bio/ecopolíticas por estarem articuladas a uma defesa da vida humana e também planetária. O gênero deixa de ser apenas um conceito que irá se preocupar com a igualdade entre homens e mulheres, para ser um dispositivo que busca capturar certa população de mulheres no desejo de governar. Características ou mesmo atividades desempenhadas socialmente pelas mulheres, na sociedade, são abordadas para determinar a população como alvo de intervenção ou para enfatizar a sua contribuição social e ambiental. Frente a tal discursividade, que articula o gênero ao discurso do desenvolvimento sustentável, a educação ambiental se torna um campo de saber potente para pensar e problematizar os ensinamentos sobre natureza, meio ambiente e a humanidade. Para além de resolução de problemas ambientais, a educação ambiental se torna potente pela sua multiplicidade e perspectivas que ora se distanciam, ora se aproximam, mas que buscam, por fim, se colocar em meio aos jogos de poder e interesses dos variados contextos sociais, econômicos, políticos, educacionais e ambientais. Por fim, a pesquisa buscou contribuir com a formação de educadores/as ambientais, preocupados/as com o que nos acontece, captura e produz as nossas relações de gênero e ambientais.

**Palavras-chave:** Gênero. Desenvolvimento sustentável. Educação Ambiental.

## **ABSTRACT**

The research sought to analyze the discursiveness that puts into operation the concept of gender in the discourse of sustainable development, producing some effects for environmental education. As a theoretical, methodological and analytical framework, some tools were used from the studies of Michel Foucault and of some authors in the fields of environment and gender. The analytical corpus is composed by a number of international documents and programs of two global authorities, namely the International Union for Conservation of Nature (IUCN) and the United Nations Development Program (UNDP), produced in the period 2014-2017. In the problematizations during the analysis, it was possible to highlight some conditions of emergence. Also, it was identified that gender is strengthened in international policies and programs, which made it possible to analyze how it permeates IUCN and UNDP programs in times of sustainable development. In the enunciations of the programs, the statistics and the concern about the future were important strategies put into operation for the relevance and integration of gender in environmental actions. In the current of thought of Michel Foucault, such strategies are called, in research, as bio/ecopolitical because they are articulated to a defense of human life as well as planetary. Gender is no longer just a concept that will worry about equality between men and women, but a way to capture a certain population of women in the desire to govern. Characteristics or even activities socially performed by women in our society are still addressed to determine the population as a target for intervention or to emphasize their social and environmental contribution. Facing such discursiveness, which articulates gender to the discourse of sustainable development, environmental education becomes a powerful field of knowledge to think and problematize the lessons about nature, environment and humanity. In addition to solving environmental problems, environmental education becomes potent because of its multiplicity and perspectives which are sometimes distant, sometimes close, but that seek, finally, to be in the midst of games of power and interests of the various social, economic, political, educational and environmental contexts. In conclusion, the research aimed at contributing to the evolution of environmental educators, concerned about the production of gender and environmental relations.

**Keywords:** Gender. Sustainable Development. Environmental Education.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>Sobre o formato da pesquisa .....</b>	<b>16</b>
<b>1 AMIZADES E PERCURSOS DE PENSAMENTOS NA CONSTITUIÇÃO DO TEMA DE PESQUISA .....</b>	<b>18</b>
<b>1.1 Nas aproximações com a Educação Ambiental .....</b>	<b>21</b>
<b>2 DELINEANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA .....</b>	<b>30</b>
<b>2.1 A educação ambiental e a seleção das ferramentas teórico-analíticas .....</b>	<b>31</b>
<b>2.2 Compreendendo o gênero como um dispositivo .....</b>	<b>49</b>
<b>2.3 O percurso de construção do material empírico .....</b>	<b>53</b>
<b>2.4 Apresentando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento .....</b>	<b>56</b>
<b>2.5 Apresentando a União Internacional de Conservação da Natureza .....</b>	<b>60</b>
<b>3 OS MOVIMENTOS DE ANÁLISES NO TECIDO DOCUMENTAL .....</b>	<b>70</b>
<b>3.1 Gênero e o discurso do desenvolvimento sustentável: o encontro com algumas condições de emergência.....</b>	<b>70</b>
<b>3.2 Segurança e gênero nas estratégias Bio/Ecopolíticas: análise de programas globais .....</b>	<b>96</b>
<b>3.3 “O gênero é fundamental para o desenvolvimento sustentável”: reflexões sobre a operação de dispositivos em programas globais e seus efeitos para a Educação Ambiental .....</b>	<b>122</b>
<b>4 ALGUNS APONTAMENTOS FINAIS E PERSPECTIVAS .....</b>	<b>148</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>153</b>

## **APRESENTAÇÃO**

## APRESENTAÇÃO

O conceito de gênero, inicialmente abordado pelas feministas, no século XIX, como diferente do sexo, é na atualidade entendido como uma construção histórica e cultural e vem sendo discutido em diferentes espaços e em políticas sociais, econômicas, educacionais, ambientais, etc.

Rejeitando o determinismo biológico que enclausurava as mulheres em seus corpos, esse conceito como uma explosão discursiva tem provocado alguns debates em nível internacional, nacional e local sobre as relações sociais de mulheres e homens.

É na inserção desses debates que convidamos o/a leitor/a a transitar pela escrita desta tese. Aparentemente, este conceito não seria alvo de interesse no campo da educação ambiental e, sim, de outros campos de saber como sociologia, educação, antropologia, etc.

No entanto, nossas problematizações nos levam a visibilizar a relevância e pertencimento dos debates que envolvem este conceito para o campo da educação ambiental na atualidade. Frente a um tempo de produção de outras educações, como a educação para o desenvolvimento sustentável e a educação para a sustentabilidade, a educação ambiental pode contribuir para visibilizar certos jogos de forças e interesses que perpassam as relações sociais e ambientais de homens e mulheres.

Assim, como um conceito que diz respeito à construção dessas relações e tem denunciado e desmistificado as desigualdades, hierarquias, violências e discriminações, decorrentes de determinadas formas de masculinidades e feminilidades, que se tornam potentes problematizarmos a sua expansão no campo ambiental.

Na seara ambiental, o gênero se insere em diversas ações governamentais e não governamentais. Instituído como o quinto objetivo da agenda global 2030 para o desenvolvimento sustentável, de 2015, tornou-se prioridade para as Nações Unidas, Governos e Estados.

Nesse contexto é que desenvolvemos esta pesquisa com a intenção de tencionar a expansão do gênero no campo ambiental, a partir do discurso do desenvolvimento sustentável que busca articular a educação ambiental. Com isso, objetivamos: analisar a discursividade que coloca em funcionamento o gênero no discurso do desenvolvimento sustentável para a regulação e controle da população, bem como seus efeitos para a educação ambiental.

Para tanto, analisamos o programa atual de uma agência das Nações Unidas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento<sup>1</sup> (PNUD) e os programas da União Internacional de Conservação da Natureza<sup>2</sup> (UICN). Além disso, alguns documentos internacionais (Agenda 21, Plataforma de Ação de Pequim, Declaração do Milênio, Declaração de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável, Declaração final da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável e Agenda 2030 sobre desenvolvimento sustentável) que mobilizam o gênero e o discurso do desenvolvimento sustentável, também foram estudados.

A fim de apresentar a organização desta pesquisa, destacamos os seguintes movimentos teórico-metodológico-analíticos desenvolvidos no período de 2014-2017 que, aqui, serão mostrados tão logo se faça a síntese dos capítulos.

No primeiro capítulo<sup>3</sup>, intitulado, “Amizades e percursos de pensamentos na constituição do tema de pesquisa”, procuramos tecer as amizades decorrentes da pesquisa que delinearão o tema– Gênero e desenvolvimento sustentável –, assim como as aproximações com o campo da Educação Ambiental.

No capítulo seguinte, “Delineando os caminhos da pesquisa”, buscamos, a partir do encontro conceitual com alguns/mas autores/as, como Michel Foucault (2008a, 2008b); Gilles Deleuze(1992); Joan Scott (1995); Judith Butler (2003); Shaula Sampaio (2012); Michele Sato (2003) entre outros/as tencionar o tema de pesquisa com ferramentas potentes para a análise do *corpus* empírico a partir dos programas globais ambientais.

No terceiro capítulo, realizamos os movimentos de análise com base em três artigos científicos. Assim, no artigo intitulado, “Gênero e o discurso do desenvolvimento sustentável: o encontro com algumas condições de emergência”, analisamos algumas condições históricas que possibilitaram a emergência do gênero na atualidade e sua relação com o discurso do desenvolvimento sustentável. A partir da análise dos eventos ambientais e dos documentos, Agenda 21, Plataforma de Ação de Pequim, Declaração do Milênio, Declaração de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável, Declaração final da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável e Agenda 2030 sobre desenvolvimento sustentável,

---

<sup>1</sup> Também conhecido pela sigla UNDP.

<sup>2</sup> Também conhecida pela sigla IUCN.

<sup>3</sup> Neste capítulo, escrevo em primeira pessoa, pois algumas experiências e escolha do tema de pesquisa foram engendradas nos acontecimentos vivenciados pela doutoranda. Entretanto, os capítulos seguintes serão desenvolvidos como em uma polifônica, na qual estarão presentes as vozes e as problematizações de minhas orientadoras e dos/as autores/as que possibilitaram a investigação dos temas presentes.

foi possível observar a emergência do discurso do desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável que articulam as mulheres como grupo populacional e sujeito dessas políticas.

No artigo, “Segurança e gênero nas estratégias bio/ecopolíticas: análise de programas globais”, discorremos sobre as estratégias que colocam em funcionamento o gênero nos programas globais para a segurança do planeta e da vida. Com base nas ferramentas foucaultianas de biopolítica e de autores/as que ampliaram as suas análises na seara ambiental a partir da ecopolítica, foi identificada uma regulação da população de mulheres ditas vulneráveis, bem como as potencialidades da educação ambiental para a crítica e criação de outras possibilidades.

No artigo, “O gênero é fundamental para o desenvolvimento sustentável”: reflexões sobre a operação de dispositivos em programas globais e seus efeitos para a Educação Ambiental”, problematizamos a operação de dispositivos – Educação ambiental, sustentabilidade, gênero – nos programas globais da UICN e PNUD que passam a gerir a população para o desenvolvimento sustentável. Através deste artigo, apontamos alguns efeitos para pensar a educação ambiental na atualidade.

Por fim, apresentamos o capítulo que discorre sobre os apontamentos finais e algumas perspectivas ou brechas para formas outras de pensar e articular gênero e desenvolvimento sustentável na educação ambiental.

### **Sobre o formato da pesquisa**

Esta tese está organizada em quatro capítulos, como destacado anteriormente. O terceiro capítulo é constituído por três artigos de análise do material empírico.

Apesar de reconhecer os riscos de repetição de algumas questões ao longo dos artigos, desenvolvemos neste formato por acreditar nas potencialidades da divulgação da pesquisa para um maior número de pessoas em eventos científicos e periódicos nacionais e internacionais. Além disso, acreditamos na possibilidade de outros olhares para o tema da pesquisa – gênero e desenvolvimento sustentável.



**AMIZADES E PERCURSOS DE PENSAMENTOS NA CONSTITUIÇÃO DO  
TEMA DE PESQUISA**

## **1 AMIZADES E PERCURSOS DE PENSAMENTOS NA CONSTITUIÇÃO DO TEMA DE PESQUISA**

Uma tese é de modo geral definida como proposição de um tema a ser discutido e defendido. Entretanto, escrever uma tese, partindo das contribuições de Michel Foucault e dos estudos de gênero no campo da Educação Ambiental (EA), está para além de uma proposição. Constitui-se um desafio e o seu aceite está implicado nas amizades e nos percursos que o pensar o pensamento me proporciona. Assim, significa mobilizar relações, ações e formas de ser e estar no mundo que por séculos foram reproduzidas como universais. Significa desconfiar e até mesmo abandonar as explicações dualistas, proféticas, revolucionárias e salvacionistas que fazem parte de um arcabouço conceitual na seara ambiental. Ao realizar este movimento, desloco-me de minhas certezas e busco olhar para as coisas que nos acontecem, capturam e nos produzem como sujeitos deste tempo.

Assim, não procuro com a pesquisa dizer a “verdade” sobre o desenvolvimento sustentável ou apontar a “melhor” forma de integrar o conceito de gênero às políticas ambientais. Entendo que a produção de conhecimento está para além de prescrições herdadas da racionalidade moderna. Isso não quer dizer que possibilidades e contribuições para a educação ambiental não serão abordadas. Interessa-me mais é pensar nos efeitos de verdade presentes nas diversas relações que os sujeitos estabelecem na sociedade. Por este viés, busco provocar o pensar a partir do conceito de gênero para a forma como as relações sociais e ambientais são produzidas em uma sociedade que visa ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, aponto as seguintes questões de pesquisa: Como o conceito de gênero se tornou parte do discurso do desenvolvimento sustentável no século XXI? De que maneira o gênero atravessa os programas globais imersos na discursividade do desenvolvimento sustentável? Como se desenvolve a operação do gênero nos programas a partir dos dispositivos - Educação Ambiental, Gênero e Sustentabilidade? Qual o espaço da Educação Ambiental nesta produção discursiva?

Mobilizar o meu pensar para a problematização do tema em questão – Gênero e desenvolvimento sustentável – só foi possível pelas amizades tecidas em meu caminhar. Não tenho outra palavra para significar as experiências que me produzem como pesquisadora e educadora ambiental e o quão importante elas foram para a produção desta tese que não seja amizade. Sandra Corazza destaca que uma prática de pesquisa é compreendida como

um modo de pensar, sentir, desejar, amar, odiar, uma forma de interrogar, de suscitar acontecimentos, de exercitar a capacidade de resistência e de submissão ao controle; uma maneira de fazer amigas/os e cultivar inimigas/os; de merecer ter tal vontade de verdade e não outra(s); de nos enfrentar com aqueles procedimentos de saber e com tais mecanismos de poder; de estarmos inseridas/os em particulares processos de subjetivação e individualização. Portanto, uma prática de pesquisa é implicada em nossa própria vida. (CORAZZA, 2007, p. 121).

Assim, implicada em minha vida, esta prática de pesquisa constitui-se pelas minhas experiências e pelos percursos de meus pensamentos, a partir das amizades tecidas nos grupos de pesquisas, das teorizações dos/as autores/as utilizados/as, da vontade de compreender certas discursividades, de desconfiar dos acontecimentos presentes, de visibilizar os mecanismos de poder e, por fim, de fazer pesquisa. Nesta direção, destaco as amizades dos grupos de pesquisa Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE) e Grupo de Pesquisa Educação, Cultura, Ambiente e Filosofia (GEECAF), ambos sediados na Universidade Federal do Rio Grande – FURG (FURG).

A amizade, neste estudo, é entendida para além de um sentimento de afeição, simpatia ou apreço entre as pessoas. Não excluindo essas características, procuro ampliar seu significado compreendendo como uma condição de existência para esta pesquisa. Nas esteiras de Giorgio Agamben (2005), a amizade está intimamente ligada à filosofia, isto porque “a amizade não é uma propriedade ou uma qualidade de um sujeito”. (p. 85). Esta amizade está ligada à experiência e à “própria “sensação” do ser”. (p. 90). Assim, a partir dessa perspectiva, passo a destacar as minhas experiências.

Portanto, é nessa experiência de amizade do meu existir como pesquisadora, educadora ambiental, pedagoga e mulher que está implicada esta pesquisa. Nas diversas discussões teóricas, sugestões, comemorações, angústias e estudos é que foram produzidas as experiências com amigas e ainda poucos amigos na discussão dessas temáticas, pois “os amigos não dividem algo (um nascimento, uma lei, um lugar, um gosto): eles são com-divididos pela experiência da amizade”. (AGAMBEN, 2005, p. 92).

Assim, destaco algumas experiências que foram possíveis de existir nessa com-divisão dos grupos de pesquisa. Inicialmente, o GESE que, desde o ano de 2000, problematiza as temáticas de corpos, gêneros e sexualidades nos espaços educativos, a partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Ao me inserir no grupo, tive a oportunidade de, como bolsista de Iniciação Científica, do Conselho Nacional e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), desenvolver algumas atividades, como

apresentar trabalhos em eventos; ministrar cursos e oficinas; publicar artigos e capítulos de livros; organizar seminários; participar de bancas julgadoras, entre outras.

Ao seguir algumas leituras do filósofo Michel Foucault e de autores/as dos Estudos Feministas e de Gênero, como Guacira Louro (2011), Joan Scott (1995), Dagmar Meyer (2003), Judith Butler (2003), Ana Colling (2014), Michele Perrot (1998), os/as quais utilizei para a construção deste estudo, fui interpelada a um olhar mais crítico e plural sobre as questões que envolvem os homens e as mulheres. Neste sentido, desenvolvi meu Trabalho de Conclusão – TCC, do Curso de Pedagogia que buscou investigar as narrativas de algumas vereadoras da região sul do Rio Grande do Sul sobre gênero e educação.

Ainda como narradora da minha caminhada, na intenção de aprofundar as temáticas sobre gênero e política, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), da Universidade Federal do Rio Grande-FURG, a fim de ampliar o que inicialmente pesquisei no TCC e provocar outro olhar na temática de gênero no espaço da política partidária. Assim, como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento do Nível Superior (CAPES), e ainda participante do GESE, investiguei as narrativas de outras mulheres, vereadoras da região sul do Estado (Santa Vitória do Palmar, Mostardas, São José do Norte, Jaguarão e São Lourenço do Sul), para, com isso, conhecer outras realidades e trajetórias de mulheres nesse espaço determinado socialmente como masculino.

Ao longo desta pesquisa, fui mobilizada pela questão do contexto sociocultural em que as vereadoras estavam atuando, ou seja, na região sul do Rio Grande do Sul, especialmente nos municípios que possuem grande parte da atividade econômica em torno da pesca e da agricultura. Por este viés, as atividades das vereadoras estavam relacionadas às necessidades das mulheres que estavam inseridas nesse específico ambiente e que necessitavam de específicas políticas públicas. O que passei a questionar: Como a primeira presidenta do Brasil vem atentando para essas questões em âmbito nacional? Que políticas vêm sendo implementadas em seu governo para benefício dessas mulheres em ambientes tão distintos?

Foi a partir dessas discussões que passei a integrar o grupo de pesquisa GEECAF, a fim de compreender as questões sobre meio ambiente, natureza, crise ambiental, educação ambiental a partir das relações de gênero. O grupo, a partir de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, busca discutir a educação ambiental presente em diferentes artefatos culturais produzidos pela mídia como músicas, fotografia, histórias em quadrinhos, literatura infantil, entre outros, que trazem representações de natureza, meio ambiente, ser humano, sustentabilidade, etc. Como ponto de partida, esse grupo utiliza as contribuições de Michel Foucault para desestabilizar a produção discursiva sobre a crise ambiental e a educação

ambiental e alguns/mas autores/as que utilizo neste estudo, como Leandro Guimarães (2010), Thomaz Kesselring (2000), Marcos Reigota (2012, 2014), Mauro Grun (1995), Isabel Carvalho (2005), Michele Sato (2003), Martha Tristão (2012), Shaula Sampaio (2012), entre outros/as.

Neste processo de pensar a pesquisa, desenvolvi alguns deslocamentos. A princípio, objetivava analisar as dimensões de gênero nos discursos do desenvolvimento sustentável presentes nos programas executados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelas Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), no governo de Dilma Rousseff (2011-2016). Entretanto, ao pesquisar sobre a temática, me deparei com uma produção discursiva do gênero a nível global que orienta e regula as ações em diferentes países. Sendo assim, passei a questionar essa discursividade: O que faz o gênero entrar na ordem dos discursos sobre sustentabilidade? Que programas globais orientam as práticas de gênero para o desenvolvimento sustentável?

Por este viés, procurei investigar os programas globais que integram o gênero nas suas ações de suas autoridades globais, a citar: União Internacional de Conservação da Natureza (UICN) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Assim, movida por estas experiências, advindas, especialmente, dos movimentos e trajetória dos grupos de pesquisa, escolhi a linha de pesquisa na Educação Ambiental: ensino e formação de educadores/as – EAEFE, para desenvolver a presente tese no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Esta escolha está relacionada à possibilidade de problematizar as relações de gênero e desenvolvimento sustentável, que busca contribuir com o campo da educação ambiental e a formação de educadores/as, e entende este campo de investigação como fecundo e híbrido. Nesse viés, apresento algumas aproximações das discussões tecidas na tese com o campo de saber da educação ambiental.

### **1.1 Nas aproximações com a Educação Ambiental**

Imbuída de minhas amizades passo a “parar para pensar” e “pensar devagar”, parafraseando Jorge Larrosa Bondía (2002), o tema de pesquisa. A partir da crítica aos problemas que envolvem a diversidade biológica e cultural nas sociedades, compreendo que a educação ambiental tem se mostrado como um importante campo de contestação e transformações sociais. (TRISTÃO, 2012). Segundo Michele Sato (2003), ao longo das últimas duas décadas, podemos traçar o desenvolvimento da consciência ambiental a partir das Conferências de Estocolmo e de Tbilisi (originaram as primeiras manifestações de EA); o

Relatório Brandt (1980); Estratégia Mundial de Conservação (1980); o Relatório de Brundtland (1987) e a Agenda 21 (1992).

Para Mauro Grun (1995), tivemos uma explosão discursiva em nossa sociedade que produziu diferentes práticas de educação ambiental no último século. Articuladas aos discursos ecomatemático e ecocatastrófico elas produzem estatísticas e projeções para apontar o fim dos recursos e da vida no planeta. A educação ambiental, a partir desses discursos, passou a incorporar a visão de resolução dos problemas ambientais. Na atualidade outros discursos se somam produzindo novas práticas para a educação ambiental como os relacionados a mídia em diferentes artefatos como músicas, histórias em quadrinhos, revistas e programas televisivos que ensinam “boas maneiras” para crianças, jovens e adultos com o ambiente. Entretanto, entendo as possibilidades e potencialidades da EA para além de soluções aos problemas, desastres e catástrofes ambientais. De acordo com Martha Tristão (2012, p. 233), a EA pode ser entendida “como uma prática social transformadora, comprometida com a justiça ambiental e com o respeito às diferenças culturais e biológicas”.

Neste sentido, a educação ambiental está para além de concepções naturalistas que iniciaram os primeiros debates em nosso país frente à efervescência política do governo militar. Na contemporaneidade, temos múltiplas abordagens na EA que nos provocam a pensar em seu caráter multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. Com isso, o campo da educação ambiental é um campo complexo e constituído por múltiplos olhares e perspectivas, o que nos possibilita diferentes modos de pensar e atuar como educadoras e educadores, pesquisadoras e pesquisadores.

Segundo Marcos Reigota (2012), há diferentes perspectivas e referências no campo da educação ambiental para que possamos afirmar a existência de “educações ambientais”, seja em espaços escolares, informais ou não formais de educação. Nesta direção, destaco como compreendo a educação ambiental na atualidade para visibilizar o encontro com a temática da pesquisa “Gênero e desenvolvimento sustentável”.

Sendo assim, considero a educação ambiental para além de aspectos biológicos de conservação e preservação de espécies animais e vegetais, justificando-a como uma dimensão da educação que se apresenta, na atualidade, de forma crítica e reflexiva. Isso não significa negar a importância desses aspectos para as problematizações de educação ambiental, mas enfatizar o que Reigota (2014, p. 13) denomina de uma educação ambiental política, na medida em que “estamos afirmando que o que deve ser considerado prioritariamente na educação ambiental é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos”. Entenda-se relações como as

que se formam e se transformam frente às necessidades e acontecimentos contemporâneos, relações de lutas, microlutas e de resistências.

Nessa análise das forças de combate, percebo que a dimensão de gênero no campo da educação ambiental é relevante para “compreender as relações que mulheres e homens estabelecem com a natureza, vinculadas na realidade material, social e cultural, uma vez que estes vínculos são socialmente construídos e que variam segundo a raça, a etnia, a geração, e o sexo em diferentes cenários”. (HERNÁNDEZ, 2010, p. 16). Esta preocupação não é do presente, pois desde a emergência dos movimentos feministas e ambientalistas na década de 1960 já se procurava problematizar as relações das mulheres com o meio ambiente. O discurso do desenvolvimento sustentável apenas impulsionou e produziu novas formas de olhar para as mulheres e suas relações.

Neste sentido, Rachel Carson, Bertha Becker, Dorothy Stang, Judith Cortesão, Vandana Shiva, Maria Tereza Paduá, Marina Silva, Suzana Ribeiro, Thelma Krug, Márcia Hirota, Magda Renner, Michele Sato, entre outras, são algumas das mulheres que estiveram engajadas com o meio ambiente e são protagonistas de muitos movimentos na defesa do meio ambiente. Aqui, cabe destacar que o ambiente é considerado como “um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relação dinâmica e em constante interação aspectos naturais e sociais”. (REIGOTA, 2014, p. 36). Apesar de o autor destacar que na atualidade poderíamos estabelecer outras definições ou ampliar esta definição, acredita-se que a mesma possibilita problematizar as diferentes relações produzidas historicamente e constroem o meio ambiente.

Alguns estudos têm procurado visibilizar e problematizar as aproximações de gênero e a educação ambiental. Algumas autoras como Moema Viezzer juntamente com Carmem Lúcia Rodrigues e Tereza Moreira (1996) buscaram analisar as relações de gênero e a educação ambiental a partir da análise dos materiais paradidáticos e literários. As autoras entendem as relações de gênero como relações sociais e assinalam que não significa tratar algum assunto específico das mulheres como por muito tempo foi atribuído a essas discussões. E citam, ainda, as contribuições do ecofeminismo que buscavam visibilizar as formas de dominação do Velho paradigma de controle da mulher e da natureza. Assim, é destacado a importância que os movimentos em defesa do meio ambiente tiveram para a libertação das mulheres. Com isso, as análises que lançam sobre os materiais não se resumem ao tratamento dado aos gêneros, mas as concepções, conceitos, visão de mundo e abordagens presentes. Assim, as autoras destacam que, na análise de 21 materiais paradidáticos e 10 obras literárias, o sexismo da linguagem estava presente em quase todas as obras. No tratamento da questão de gênero com um viés harmônico e equilibrado de equidade e respeito, as autoras

apontam para quatro publicações. Nos materiais paradidáticos há abordagens explícitas das relações de gênero e potenciais educativos. Assim, as autoras se preocupam em trazer algumas contribuições, principalmente no que se refere às questões de gênero e, abordam-nas para evitar o uso da linguagem sexista que procura privilegiar o masculino e desprivilegiar o feminino. Destacam, também, as recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 1996, bem como a declaração do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Ministério da Educação do Brasil sobre a eliminação da linguagem sexista nos materiais didáticos das escolas do Brasil. Outra contribuição das autoras está no tratamento dos assuntos ambientais complexos que precisam ser abordados de forma simples sem descaracterizar as suas complexidades a partir de traduções de palavras, expressões e jargões de ecologia. Vê-se, da mesma forma, que apontam para a necessidade de anunciar propostas, soluções e saídas para os problemas para além da simples denúncia; evitam a relação utilitária com a natureza necessitando construir relações de elo e de parte dessa natureza; e, para além de regras e normas, atentam para o fato de que a educação ambiental precisa focar no desejo de viver e de compartilhar a vida com todos os seres, mostrando a importância de pensar nas relações de gênero na educação ambiental, para que se construa, de verdade, outras formas de relações humanas e ambientais.

Cristine Storey (1998) aborda a relação de gênero e a educação ambiental na Amazônia situando autores como Chiro, a autora destaca a perspectiva crítico-social para a análise de gênero na educação ambiental e, além disso, amplia até as contribuições de Paulo Freire para pensar nas diversas opressões e desigualdades para não “cometer o mesmo equívoco das correntes do ecofeminismo, que separam a mulher do homem, criando uma outra hierarquia, em que as mulheres são superiores e somente elas podem ser consideradas capazes de buscar soluções para os problemas ambientais”. (STOREY, 1998, p. 68).

Nesse sentido, a autora aponta que, nos livros de educação ambiental utilizados na região da Amazônia, a temática de gênero “quase não existe”. A sua presença está nas esteiras do ecofeminismo, na qual, as mulheres salvariam o mundo. Em seus encontros de Colóquios e Congressos sobre educação ambiental na região, também se fazia ausente a discussão de gênero. A autora ainda nos contribui a pensar nas referências que adotamos em educação ambiental com relação à temática humana. Nomeamos as relações da humanidade com a natureza ou o meio ambiente como Homem e Meio Ambiente, Homem e Natureza. Não é apenas uma questão gramatical, mas uma produção de linguagem que vem posicionando os homens e invisibilizando as mulheres. Em seu trabalho com mulheres, diversos temas fizeram parte de suas reflexões, tais como: alimentação, saúde, planejamento familiar, entre outros.



Aparentemente esses temas não seriam identificamos como educação ambiental ou fazendo parte desse campo. Mas, assim como a autora, acreditamos que temas aparentemente distantes fazem parte da educação ambiental, pois “a educação ambiental é para ‘melhorar a triangulação de relações ecológicas entre os seres humanos e a natureza e os seres entre si’”. (p. 72).

Outro estudo que contribui para pensarmos na importância das problematizações de gênero na educação ambiental é o de Elizete dos Santos, Regina da Silva e Michele Sato (2015). Ao trazer a comunidade negra rural quilombola de Mata Cavallo, em Mato Grosso, as autoras destacam o papel das mulheres na luta pela terra e liderança no quilombo e nas famílias. Nessa temática, procuram abordar as relações de gênero e ambiente com os jovens e as jovens de uma escola quilombola, e, para isso, a “Educação ambiental nos traz grandes contribuições para a compreensão/interpretação que perpassa as relações com ambiente, as relações de gênero na escola quilombola com abordagens teóricas, crítica e emancipadora”. (2015, p. 217). Assim, a pesquisa desdobra-se em uma oficina de bonecas étnicas e em entrevistas com nove meninas e dois meninos que, quando perguntados sobre o papel da mulher na comunidade, tanto meninas como meninos destacaram o cuidado com a casa, a família, os filhos e a ajuda da mulher ao marido na roça. Centrados ainda em uma dualidade marcadamente pelo gênero, as autoras destacam a importância de trazer outras histórias e referências que foram apagadas da história que nos contaram sobre quilombos como as mocambeiras que eram mulheres que representavam elo com divindades e ajudavam os habitantes, as mulheres que lutavam nas batalhas ao lado dos homens e, ainda, em outras atividades “transportavam alimentos, pólvora, armamentos, e cuidavam dos feridos”. (p. 227).

O estudo de Elisângela Madruga e Camila Magalhães (2016) buscou colocar em xeque o modelo do sujeito contemporâneo. A partir de suas pesquisas no campo da educação ambiental relacionadas à criação de um avatar e a literatura infantil apontam para um estereótipo de sujeito centrado no gênero masculino. Nessa direção, as autoras procuram problematizar o caráter universal e binário (homem/mulher) quando se trata de gênero. Ao destacar a construção do avatar de uma turma de crianças do 2º ano, as autoras apontam a predominância de um personagem masculino, magro, branco e com nome de super-herói. Na pesquisa com a literatura infantil a partir de livros, parte do acervo complementar disponibilizado pelo Plano Nacional do Livro Didático para as escolas públicas, as autoras perceberam a recorrência a um modelo de sujeito, ou seja, meninos brancos, cabelos claros ou pretos que desempenham o papel principal das histórias na resolução dos problemas ambientais apresentados. Nesse sentido, as análises dos materiais apontaram “o gênero

masculino aparece como aquele que apresenta características heroicas, corajosas, inventivas e capaz de solucionar problemas. Já a mulher, em segundo plano, auxilia nessa resolução, tendo um papel menor”. (p. 11). Com isso, as autoras apontam a necessidade de desacomodar tal compreensão que vem produzindo nossos olhares e formas de olharmos para as relações sociais entre homens e mulheres e para as suas relações ambientais.

Estes são alguns dos estudos e autoras/es que têm se preocupado em problematizar a dimensão de gênero e as questões de educação ambiental. Outros estudos e autores/as, como Braidotti; Charkiewicz; Hausler; Wieringa (1994); Castro; Abramovay (1997); Velazquez (1996) também desenvolvem contribuições para a tese e serão incorporados ao longo dos próximos capítulos.

Nesse sentido, é imbuída dessas problematizações que passo a desconfiar da proliferação de iniciativas de organizações internacionais para a inclusão do gênero e, das mulheres, às políticas ambientais para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Assim, procuro defender ao longo desta tese que há uma incorporação discursiva de mecanismos de poder que passam a agir na sociedade contemporânea para regular, mapear, examinar e criar metas para a população de mulheres.

As mulheres são consideradas pelos documentos internacionais e programas globais importantes aliadas para a busca do desenvolvimento sustentável, não são apenas a soma de indivíduos, mas uma população constituída por um conjunto de elementos variáveis (idade, classe, raça e etnia, sexualidade, etc.). Neste sentido, provocar a discussão sobre as mulheres, os modos como elas se relacionam com o meio ambiente e a natureza, as condições materiais, sociais, econômicas e políticas que elas enfrentam e a desvinculação dos homens nesse processo, torna-se fundamental para uma educação ambiental problematizadora que busca, para além de resolver os problemas ambientais, outra forma de existência no planeta.

Assim, acredito contribuir com a linha de pesquisa ao colocar em discussão o discurso do desenvolvimento sustentável e suas implicações nas relações e subjetividade dos sujeitos na contemporaneidade. Além disto, analisar os programas e organismos internacionais que ensinam certa forma de ser mulher em uma sociedade sustentável também será estudado.

A partir das ferramentas de emergência, proveniência, história, discursos, dispositivos e biopolítica de Michel Foucault, procurei desenvolver alguns movimentos de análise. Estas ferramentas me possibilitam pensar na emergência do gênero no discurso do desenvolvimento sustentável, nas relações de forças para a sua produção, nas condições para a sua aparição e proliferação na atualidade. Além disto, a presença de estratégias bio/ecopolíticas na regulação das populações, especialmente a população de mulheres para a segurança da vida e do

planeta, bem como os efeitos dos discursos de gênero e sustentabilidade na constituição dos sujeitos ecológicos e os modos de captura a partir dos dispositivos (sustentabilidade, educação ambiental, gênero) que os convoca a entrar na ordem do discurso para as futuras gerações são assuntos que permeiam este trabalho.

Nesta perspectiva, assumo o gênero como uma construção social e cultural que diz respeito às masculinidades e feminilidades, que se desenvolveram de forma hierárquica e desigual ao longo da história. Assim, mulheres e homens ocupam lugares, atividades e modos de ser e estar em sociedade de acordo com o seu gênero. O olhar que será colocado para as relações é de suspeitar das verdades sobre gênero e sobre as questões das mulheres nesses programas, a fim de refletir a importância dessa categoria como ferramenta teórica e política para uma sociedade plural e democrática.

Para as problematizações sobre discurso e dispositivo, foi necessária a articulação dos entendimentos de Michel Foucault e Gilles Deleuze com outros autores, para pensar nas formas de captura, regulação e controle produzidas na sociedade contemporânea. Assim, o dispositivo da sustentabilidade, apontado por Shaula Sampaio (2012) possibilita colocarmos em xeque a produção discursiva sustentável, verde e/ou ecológica, atribuída às relações e ações dos sujeitos. O dispositivo da Educação Ambiental, a partir de Barbara Garré (2015), visibilizou a forma como somos ensinados nos diferentes espaços sociais para a melhoria do planeta. E o dispositivo de gênero, entendido como um dispositivo de poder pelas autoras Amigot Leache e Pujal I LLombart (2009), contribuiu para problematizar a operação e regulação dos sujeitos de acordo com seu gênero presentes nos programas globais ambientais.

Ao produzir o movimento de pensar em algumas estratégias nas esteiras de Foucault e de alguns/algumas pesquisadores/as na seara ambiental com as bio/ecopolíticas a partir da estatística e da preocupação com o futuro da vida e do planeta foi necessário abordar as discussões de biopolítica e de ecopolítica que possibilitaram a ampliação das formas contemporâneas de regulação das populações.

Frente a esses desdobramentos, destaco os objetivos que compõem os movimentos de análise:

- investigar a emergência do gênero no discurso do desenvolvimento sustentável;
- analisar as estratégias que colocam em funcionamento o gênero nos programas globais;
- problematizar a operação do gênero nos programas globais através dos dispositivos – Educação ambiental, sustentabilidade e gênero;

- investigar os efeitos que a discursividade dos programas globais (UICN e PNUD) produzem para a Educação Ambiental na contemporaneidade.

Nas análises desenvolvidas a partir da perspectiva teórica dos estudos foucaultianos, passei a tratar os documentos como monumentos contemporâneos. A análise não procurou decifrar ou recontar o passado a partir dos documentos internacionais e dos programas globais do PNUD e UICN, mas problematizar e visibilizar as relações de poder presentes na constituição das masculinidades e feminilidades contemporâneas.

Por fim, acredito que a pesquisa contribuirá para desestabilizar algumas certezas instituídas aos homens, às mulheres e suas relações com o meio ambiente, bem como a contribuição da dimensão de gênero nas políticas públicas de nosso país para o enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas, políticas, etc.

Além disto, desejo que a pesquisa seja tratada como um convite à abertura de um diálogo para além da binaridade positivo/negativo, certo/errado que as discussões de gênero e desenvolvimento sustentável têm sido relacionadas. Por este viés, apresento o movimento teórico-metodológico que subsidia as discussões no âmbito da pesquisa.

## **DELINEANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA**

## 2 DELINEANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

*[...] não se sabe de antemão aonde se vai chegar, tampouco quais encontros se darão pelo caminho. (GODOY, 2008, p. 52).*

Neste capítulo, seguimos o caminho da imprevisibilidade e da insegurança ao encontrar perspectivas que se distanciam do que estamos acostumadas/os a compreender sobre os sujeitos, as relações sociais e ambientais nas sociedades. Com isso, procuramos apresentar os caminhos trilhados para a construção desta pesquisa ao destacar os movimentos teórico-metodológicos-analíticos realizados a partir de alguns/mas autores/as do campo da Educação Ambiental, dos estudos de gênero e foucaultianos.

Ao escrever o presente capítulo, acreditamos que as escolhas do objeto de estudo, do material empírico, das ferramentas utilizadas e formas de análises não são neutras, estão implicadas em um modo de fazer pesquisa. Nesta direção, corroboramos com Sandra Corazza ao destacar: “[...] não é por tal ou qual método se opta, e sim por uma prática de pesquisa que nos “toma”, no sentido de ser para nos significativa”. (CORAZZA, 2007, p. 120-121).

Apresentar uma prática de pesquisa, não significa fixar um jeito certo de fazer pesquisa, mas a escolha de um modo que, para nós, é significativa e potente para problematizarmos o objeto de estudo. Esta escolha emerge dos encontros proporcionados pelo nosso caminhar investigativo e de aproximações teóricas/empíricas que estão fundamentadas nas contribuições da perspectiva denominada de pós-crítica. Esta perspectiva busca, principalmente, a desconfiança investigativa ao colocar em suspeita os discursos e as coisas que nos acontecem.

Nessa perspectiva, tencionar as verdades, duvidar das certezas e compreender o mundo como um jogo de relações são *insights* para nossas investigações o que não desconsidera a articulação com as contribuições de autores/as de outras perspectivas, pois os mesmos são abordados como ferramentas para pensar a temática do estudo.

Nesta direção, a fim de investigarmos o gênero no discurso do desenvolvimento sustentável e seus efeitos para pensar a Educação Ambiental (EA) na contemporaneidade, organizamos as discussões em duas seções: primeiramente apresentamos as ferramentas selecionadas para a produção das reflexões e análises da pesquisa. Para tanto, procuramos estabelecer algumas interlocuções entre os conceitos de sociedade de controle (DELEUZE, 1992), gênero (SCOTT, 1995; BUTLER, 2003), desenvolvimento sustentável (SAMPAIO, 2012; TOZONI-REIS, 2008) e as ferramentas foucaultianas de discurso, dispositivo, emergência e proveniência, bem como biopolítica que sustentam as análises desenvolvidas

posteriormente. Cabe ressaltar, que utilizamos esses conceitos como ferramentas de análises potentes para tencionar o nosso objeto de estudo na atualidade procuramos, assim, nos afastar de prescrições ou tomá-las como “[...] um guia futuro para o nosso contexto presente e suas possibilidades”. (RABINOW; ROSE, 2006, p. 38). Na seção seguinte, destacamos o percurso do estudo com base no material selecionado e a forma com que pretendemos operar as análises.

Assim, apresentamos os encontros que delinearão o nosso caminhar!

## 2.1 A educação ambiental e a seleção das ferramentas teórico-analíticas

A cada época, os contemporâneos estão, portanto, tão encerrados em discursos como em aquários falsamente transparentes, e ignoram que aquários são esses e até mesmo o fato de que há um. (VEYNE, 2011, p. 25).

Ao trazer a metáfora de um aquário, o historiador Paul Veyne provoca-nos a pensar no instituído como verdadeiro e nas generalidades de nosso tempo que, muitas vezes, não percebemos e/ou ignoramos. Como um aquário que aprisiona os seres limitando seus movimentos e ações, os discursos tomados de forma universal nos aprisionam e passamos a admiti-los sem maiores questionamentos. Isso nos provoca a pensar na discursividade ambiental crescente em nosso século: O que estaria fora do aquário da crise ambiental? E que aquário é esse do desenvolvimento sustentável que articula o gênero? A fim de visibilizar ou mesmo rachar estes aquários é que estabelecemos interlocuções com a perspectiva de Michel Foucault e de alguns/algumas autores/as que nos fazem pensar a partir de seus pressupostos.

Mauro Grun (1995, p. 167) já havia destacado que vivemos uma explosão discursiva produzida a partir das preocupações com o meio ambiente. O autor destaca que a Educação Ambiental está imersa neste *boom* ecológico permeado pela intersecção do discurso eco-matemático, que produz cálculos, estatísticas, projeções e comparações ambientais com o eco-catastrófico seguido de preocupações sombrias com a sobrevivência da humanidade. Esses discursos são produzidos, conforme o autor, a partir de acontecimentos “exteriores” como a explosão da bomba atômica em 1945. Em suas palavras,

Assistimos hoje a um crescente aumento de conhecimento relativo aos danos provocados pelas ações humanas aos ecossistemas naturais. Já é *visível* o declínio da capacidade de sustentação dos sistemas naturais. Os estragos provocados pelos humanos no meio ambiente já podem ser *mensurados* e devidamente *calculados*. (GRUN, 1995, p. 170, grifos do autor).

Estes discursos influenciaram a Educação Ambiental, apresentando-a como tarefa de solucionar ou salvar o meio ambiente e a natureza. Nessa direção foi produzida a ideia de um retorno ou restauração da natureza pela visão antropocêntrica do homem<sup>4</sup>. Para o autor essa discursividade é o que há de mais perigoso, pois é aceita sem questionamentos pela sociedade e por educadores ambientais. De acordo com Foucault, “[...] em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos [...]” (FOUCAULT, 1970, p. 4). Isso significa que a problematização e a desnaturalização desses discursos tornam-se um ato político imprescindível para o entendimento dessa produção e da Educação Ambiental.

Neste sentido, consideramos as potencialidades da Educação Ambiental como um campo de problematização e desmistificação desses discursos tomados como naturais. É um campo que se constitui frente à discursividade apontada por Grun em meio a diferentes relações de força no século XX. Além disto, reconhecemos sua heterogeneidade de perspectivas, pesquisas e modos de entender a educação na atualidade para além das atividades escolares, mas também em contextos informais e não formais. Para Marcos Reigota (2012), na atualidade, é difícil falarmos em Educação Ambiental no singular, devido aos distintos e, muitas vezes, conflitantes referenciais teóricos e políticos abordados no campo. O autor refere-se a “educações ambientais”, a fim de estabelecer uma ruptura com a ideia hegemônica e formadora de consciência que a Educação Ambiental foi produzida. Corroborando com o autor, consideramos as diferentes educações ambientais existentes; entretanto, com a finalidade de proporcionar fluidez à leitura, utilizaremos a Educação Ambiental no singular, reconhecendo as suas multiplicidades.

Assim, não procuramos abordar a EA como uma resposta para essa explosão discursiva do gênero e do desenvolvimento sustentável, mas, a partir dela e com ela, problematizar os modos como somos capturados e subjetivados a partir de determinados dispositivos e discursos. Visibilizar os processos que nos colocam em aquários transparentes e regulam nossas ações e relações sociais e ambientais. Neste sentido, destacamos as palavras de Reigota:

Nosso campo não será mais emergente nem uma promessa futura, quando cotidianamente correremos os riscos de não repetirmos fórmulas caducas, mas ainda poderosas; de não nos subjugarmos a conceitos, autores e temáticas da moda e difundidas pelos organismos internacionais, apoiados

---

<sup>4</sup> Como escolha teórica, quando falamos em humanidade, utilizaremos o termo; entretanto, nesta visão, o homem como representação de todos e todas é o centro do discurso.



prioritariamente pelas agências de financiamento de pesquisas ligadas ao Estado, nem nos deixarmos seduzir pelos interesses dos meios de comunicação de massa, que transformam em espetáculo sérios e complexos problemas socioambientais. (2012, p. 512).

Nesta perspectiva, procuramos tencionar o desenvolvimento sustentável, os programas globais ambientais de organismos internacionais e a integração do gênero nesses discursos. Assumimos nosso compromisso ético e político de educadoras-pesquisadoras ambientais, conforme destaca Reigota, e lançamos nossos olhares para pensar o que produziu a proliferação desses discursos na sociedade?

Além da constituição do campo da Educação Ambiental, os discursos eco-matemáticos e eco-catastróficos definidos por Mauro Grun interpelaram também uma série de práticas pós Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, Foucault aponta que precisamos entender os discursos para além de

como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais do que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. (FOUCAULT, 2008b, p. 60).

Os discursos nessa perspectiva são mais do que o ato da fala. Ao dissertar sobre o pensamento de Michel Foucault, Veyne (2011, p. 50) aponta que “os discursos são as lentes através das quais, a cada época, os homens perceberam todas as coisas, pensaram e agiram [...]”. É no que os discursos podem fazer para além do ato da fala que se faz necessário à problematização. Desde as primeiras preocupações alarmistas com a publicação de Rachel Carson, em 1964, sobre a relação do uso dos defensivos agrícolas e o desaparecimento de espécies em “Primavera silenciosa” e o relatório do Clube de Roma sobre a degradação ambiental e o crescimento econômico vimos sendo produzidos por diferentes estatísticas, estimativas e palavras de escassez, riscos, destruição, etc. Na década de 1970, inúmeras conferências, tratados e relatórios foram lançados por organizações governamentais e não governamentais e todos os sujeitos e os países do globo foram convocados a pensar na questão ambiental, ou melhor, a entrar na ordem desses discursos.

Assim, a instituição de um novo modelo de desenvolvimento com a carta de Belgrado, adotada em 1974, são destacados, pelos organismos internacionais, os desejos e necessidades de todos habitantes da terra. Isso quer dizer que continuou-se a apoiar o crescimento econômico associado a tudo que não seja prejudicial às pessoas e seu ambiente. Além disso,

esta nova ordem de desenvolvimento passa a integrar as questões sociais como a pobreza, a fome, o analfabetismo, a contaminação, entre outros.

Com isso, percebemos noções que incorporam as discussões desse novo modelo de desenvolvimento como o discurso do ecodesenvolvimento. Segundo Gilberto Montibeller Filho (1993), o ecodesenvolvimento foi introduzido pelo secretário da conferência de Estocolmo, Maurice Strong, e difundido por Ignay Sanchs, a partir de 1974. Esta definição se refere a um desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e meio. Nesse sentido, as questões econômicas são articuladas às problemáticas sociais e ambientais. O autor situa como um projeto de civilização que tem como componente a dimensão cultural dirigida às necessidades fundamentais das populações e as possibilidades de desenvolvimento para as futuras gerações.

Gilberto Montibeller Filho (1993), citando Sanchs, polonês que se graduou em economia pela Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas do Rio de Janeiro e autor da difusão do conceito de ecodesenvolvimento, aponta os deslocamentos desse conceito para o de desenvolvimento sustentável. O autor destaca que ao abordar o ecodesenvolvimento, Sanchs enfatiza cinco dimensões da sustentabilidade: sustentabilidade social (redução das diferenças sociais), econômica (eficiência econômica baseada em critérios macrossociais), ecológica (preservar o equilíbrio dos ecossistemas, recursos energéticos e naturais), espacial (relação equilibrada cidade-campo) e sustentabilidade cultural (evitar conflitos culturais).

Nessa perspectiva, na década de 1980, se desenvolveu o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo Gilberto Montibeller Filho (1993), o termo tem influência anglo-saxã e foi utilizado pela União Internacional de Conservação da Natureza ou Internacional Union of Conservation Nature (IUCN). Na conferência mundial sobre Conservação e o Desenvolvimento, em 1986, o conceito de desenvolvimento sustentável e equitativo foi destacado. Entretanto, foi com a publicação, em 1987, do relatório Brundtland ou “Nosso futuro Comum”, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que o desenvolvimento sustentável foi visibilizado e, juntamente com ele, a noção de sustentabilidade. De acordo com Gilberto Montibeller Filho (1993, p. 135) ao examinar o termo, podemos entender o que é desenvolvimento, pois não se reduz simplesmente a um crescimento quantitativo, já que inclui as necessidades humanas e os valores socio-culturais, e sustentável, por responder às necessidades atuais da população sem comprometer as futuras.

Elimar Pinheiro do Nascimento (2012), ao dissertar sobre a trajetória da sustentabilidade, aponta que, apesar de ser um conceito presente na biologia, por meio da ecologia, o crescimento do conceito ao longo do século XX está articulado ao

desenvolvimento. O mundo passou a integrar uma nova discursividade frente aos diferentes acontecimentos como a poluição nuclear, os pesticidas e inseticidas, as chuvas ácidas, entre outros. Segundo Nascimento (2012), a noção de desenvolvimento sustentável presente no relatório Brundtland expande a dimensão social e introduz a justiça social. Para o autor, “*Our common future* coloca-se contra os efeitos do liberalismo que, naquela época, provocava o aumento das desigualdades sociais entre os países, e consagra a dimensão social como parte integrante da questão ambiental”. (NASCIMENTO, 2012, p. 54).

Para Tozoni-Reis, o documento aponta as desigualdades econômicas e sociais como causa da degradação ambiental, entretanto, não problematiza a sua construção:

Em nenhum momento esse documento expressa críticas ao modelo de desenvolvimento em si; o que vemos é o delineamento de uma proposta que modifica suas estratégias. Assim, desenvolvimento sustentável diz respeito a uma forma de crescimento econômico das nações que considerem o comprometimento dos recursos naturais para as futuras gerações. A nova ordem internacional a que se refere é o controle da exploração dos recursos naturais em níveis suportáveis em todo o mundo, a ideia de desenvolvimento sustentável aí veiculada é de “crescimento econômico com controle ambiental” em todos os países do mundo. (2008, p. 45-46).

É no controle e regulação das mudanças climáticas, dos desastres ambientais, da poluição, da pobreza, da diminuição das desigualdades, do consumo, entre outras questões ambientais que se procura um desenvolvimento sustentável, mas sempre um desenvolvimento. É nesse viés que alguns/mas autores/as tecem críticas à junção de desenvolvimento e sustentabilidade, mostrando haver diferenças nas expressões de desenvolvimento sustentável e construção de sociedades sustentáveis, “enquanto sustentabilidade é um conceito ecológico, crescimento é um conceito social, político e econômico. Assim, desenvolvimento sustentável teria dois significados: desenvolvimento com sinônimo de sociedade ou como conjunto de medidas paliativas”. (TOZONI-REIS, 2008, p. 52).

Além disso, Nascimento (2012) destaca que o termo, desenvolvimento sustentável, torna-se problemático ao incorporar apenas as dimensões de sustentabilidade social, ambiental e econômico sem considerar as estruturas e decisões políticas. Isso quer dizer que a despolíticação da sustentabilidade torna-se caro para as discussões ambientais considerando que as mesmas estão situadas em meio às relações de poder. Outro aspecto dessas dimensões que o autor destaca é a cultura, uma vez que valores e comportamentos estão imersos em um modo de vida e produz efeitos ambientais. Nesse sentido, Nascimento defende que a

sustentabilidade precisa ser entendida em suas cinco dimensões, como aponta Sanchs e, não, somente três.

Frente às discursividades ambientais que emergem os programas que serão analisados: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; e União Internacional de Conservação da Natureza – UICN que procuram integrar o gênero em suas ações, bem como os documentos internacionais. Estes programas buscam estabelecer metas e planos para um desenvolvimento sustentável em todas as áreas da sociedade a partir do gênero.

Assim, para compreender como o gênero passou a integrar as discussões de meio ambiente e o discurso do desenvolvimento sustentável, recorreremos à história. Entretanto, não é com uma visão histórica convencional que abordamos como se forma esse objeto gênero nos programas globais e documentos internacionais. É uma história que se aproxima das inspirações genealógicas, que mobiliza ferramentas foucaultianas de emergência e proveniência. Segundo Foucault, podemos entender a genealogia como “uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história”. (1979, p. 7).

Nesse contexto, Foucault considera os eventos, as séries, as dispersões da história sem se preocupar com a origem ou a essência exata dos acontecimentos como a história universal. De acordo com o autor, isto é desconsiderado pelo genealogista que escuta a história, justamente porque não há nada atrás, oculto, que deve ser desvelado, desmascarado, para achar “aquilo mesmo”. Para Foucault, as coisas “são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhes eram estranhas”. (1979, p. 18). Em suas palavras:

É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades; (...) A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas sínopes, é o próprio corpo do devir. (1979, p. 19-20).

Neste sentido, em “A arqueologia do saber”, Foucault menciona a Escola de Annales reconhecida por uma nova concepção de história. Para alguns/mas autores/as, ele revolucionaria a história com seu pensamento que nos mostra “Uma outra relação com o passado, com o tempo, com a História, pensada agora em sua historicidade [...]”. (RAGO, 2000, p. 104). Assim, Foucault recusa, a partir de Nietzsche, a busca da origem como

*Ursprung*, investindo em um outro conceito para os acontecimentos a partir das noções *Herkunft* como proveniência e *Entstehung* de emergência.

A proveniência carrega uma perigosa herança, pois, conforme Foucault, *Herkunft* “é o tronco de uma raça, é a *proveniência*; é o antigo pertencimento a um grupo – do sangue, da tradição, de ligação entre aqueles da mesma altura ou da mesma baixaza. Frequentemente a análise da *Herkunft* põe em jogo a raça, ou o tipo social”. (1979, p. 20). Entretanto, para a análise genealógica não se trata de reencontrar em um indivíduo, por exemplo, características para assimilá-lo aos outros, trata de “descobrir todas as marcas sutis, singulares, subindividuais que podem se entrecruzar nele e formar uma rede difícil de desembaraçar; longe de ser uma categoria da semelhança, tal origem permite ordenar, para colocá-las a parte, todas as marcas diferentes [...]”. (FOUCAULT, 1979, p. 20). Assim,

Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente. (FOUCAULT, 1979, p. 21).

Por esse viés, a proveniência mostra o jogo das forças para a emergência, a maneira como lutam, o combate frente às diversas circunstâncias, etc. Entretanto, o autor aponta que “Ninguém é, portanto, responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício” (...). Assim, Foucault designa *Entstehung*

de preferência a *emergência*, o ponto de surgimento. E o princípio e a lei singular de um aparecimento. Do mesmo modo que se tenta muito frequentemente procurar a proveniência em uma continuidade sem interrupção, também seria errado dar conta da emergência pelo termo final. (FOUCAULT, 1979, p. 23, grifo do autor).

Por tudo isso, Foucault irá nos dizer que a genealogia é cinza e meticulosa. Segundo Margarete Rago, “A história genealógica proposta trabalha com a descontinuidade, desfaz os pontos fixos, quebra as identidades e introduz o corpo na História. Faz ressurgir o acontecimento naquilo que pode ter de único e agudo, marca as singularidades”. (RAGO, 2000, p. 108).

Com base nessas inspirações, olhamos para a discursividade de coloca em funcionamento o gênero no discurso do desenvolvimento sustentável e seus efeitos para a Educação Ambiental. Segundo Foucault (2008b), para entender a formação de um objeto num

discurso, é necessário compreender seu regime de existência; entretanto, apenas a descrição da superfície da emergência, das instâncias de delimitação e das grades de especificação são insuficientes. Foucault aborda algumas observações que possibilitam compreender o objeto a partir de um conjunto de relações.

Assim, a partir do autor, podemos entender que, ao demarcarmos as condições de emergência do objeto gênero no discurso do desenvolvimento sustentável, significa identificar as condições necessárias para que apareça nesse discurso. Conforme Foucault,

o objeto não espera nos limbos a ordem que vai libertá-lo e permite-lhe que encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por alguns obstáculos aos primeiros contornos de luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe de relações. (FOUCAULT, 2008b, p. 54-55).

Por este viés, as condições que possibilitam o aparecimento do objeto só podem existir a partir de um conjunto de relações (Foucault destaca as relações primária, secundárias e discursivas) que não estão presentes no próprio objeto gênero, pois de acordo com o autor podem estar formuladas no próprio discurso ou nos limites do discurso. Essas relações “são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização [...]”. (FOUCAULT, 2008b, p. 55).

Desse modo, destacamos que os efeitos dos acontecimentos, a partir das 1º e 2º Guerras Mundiais, impulsionaram a reorganização das sociedades, pois as dívidas e catástrofes causadas pela guerra tiveram efeitos devastadores e modificaram as relações entre os países, a humanidade e o meio ambiente.

Para Deleuze, temos, a partir desse período, um novo tipo de sociedade “É certo que entramos em uma sociedade de ‘controle’, que já não são exatamente disciplinares”. (1992, p. 215, grifo do autor). Traçando discussões pertinentes ao nosso momento histórico, Deleuze irá, a partir das problematizações de Michel Foucault discutir sobre a sociedade disciplinar do século XVIII e XIX que atingiram seu apogeu no século XX e apontar para a produção de uma sociedade de controle. Isso não quer dizer que em nossa sociedade não há/houve disciplinamentos sobre os corpos dos indivíduos como destaca Foucault em sua obra *Vigiar e Punir*, mas que as disciplinas passam por uma crise. Em uma conferência no Instituto Franco-japonês de Kansai, em Quioto, 18 de abril de 1978, Foucault explica a crise da sociedade disciplinar:

Nesses últimos anos, a sociedade mudou e os indivíduos também; eles são cada vez mais diversos, diferentes e independentes. Há cada vez mais categorias de pessoas que não estão submetidas à disciplina, de tal forma que somos obrigados a pensar o desenvolvimento de uma sociedade sem disciplina. A classe dirigente continua impregnada da antiga técnica. Mas é evidente que devemos nos separar, no futuro, da sociedade de disciplina de hoje. (FOUCAULT, 2006, p. 268).

Assim, a crise nas disciplinas, mencionada por Foucault, possibilitou a emergência de um novo tipo de sociedade que difere no modo como as instituições e os mecanismos são colocados em funcionamento. Por esse viés, Deleuze discorre sobre os deslocamentos da sociedade disciplinar para a sociedade de controle.

O primeiro deslocamento apontado por Deleuze está no confinamento. Já não estamos restritos a escola, prisão, hospital ou fábrica. Em suas palavras, “Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação espontânea”. (1992, p. 216). Nessa sociedade, continua Deleuze, destaca-se a produção de novas formas de educação, atendimento e tratamento.

Nessa direção, “São as *sociedades de controle* que estão substituindo as sociedades disciplinares. “Controle” é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo”. (Ibid., p. 220). Como todas as sociedades, a de controle também possui suas maquinarias que “exprimem as formas sociais capazes de lhes darem nascimento e utilizá-las”. (Ibid., p. 223). Para o autor, na sociedade de soberania, as máquinas eram simples como alavancas e relógios; nas sociedades disciplinares, os equipamentos energéticos; nas sociedades de controle, operam com máquinas de informática e computadores.

A partir dessas máquinas, a linguagem se dá de forma numérica que marca, a partir de senhas, o acesso ou rejeição à informação. Nessa sociedade, os indivíduos tornam-se divisíveis; e as massas, amostras e dados, conforme o autor. Assim, podemos identificar como a comunicação se torna, nessa sociedade, espontânea. Esta compreensão é importante para percebermos as mutações que ocorreram, por exemplo, com o capitalismo.

Para Deleuze (1992) o capitalismo do século XIX não é o mesmo que o atual, pois “o que vende são serviços, e o que quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado”. (p. 223-224). Nesse aspecto, vemos articulações com as questões ambientais, pois as ações precisam ser “verdes”; para isso, inúmeros serviços e materiais são desenvolvidos pelo *marketing*, instrumento de

controle social, para um consumo verde, alimentação sustentável, gerando vendas e prêmios para as empresas que na sociedade de controle ocupam maior destaque do que as instituições de confinamento.

Assim, a leitura de Deleuze sobre Foucault, a partir dos deslocamentos da sociedade disciplinar para a sociedade do controle possibilitou compreendermos outros mecanismos de poder que não são apenas disciplinares. Segundo Maurizio Lazzarato (2006, p. 72), “Não se trata de disciplinar no espaço fechado, mas de modulá-las em um espaço aberto. O controle se sobrepõe, dessa maneira, à disciplina”. Por esse viés, as relações de poder são modificadas.

É na pretensão de tencionar essas relações que abordamos os autores e suas contribuições para pensar a sociedade contemporânea que prolifera uma discursividade, fazendo funcionar o gênero no discurso do desenvolvimento sustentável e produzindo efeitos para a educação ambiental. Com isso, não apenas o controle integra as novas relações de poder, mas também a segurança como mecanismo que constituem a nossa sociedade, especialmente, as questões ambientais atuais. É ao encontro dessa perspectiva que trabalhamos com a biopolítica de Michel Foucault que passa a modificar as disciplinas:

[...] a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. (FOUCAULT, 1999, p. 289).

Assim, administrar as multiplicidades de indivíduos afetadas por conjuntos próprios da vida se torna o investimento desse novo mecanismo de poder. Defender a vida procurando mapear, controlar e regular seus riscos se torna a principal preocupação dos organismos internacionais nessa explosão discursiva. Nesse sentido, um pacto com a população é estabelecido. A segurança irá trabalhar com os dados naturais e artificiais, a partir das probabilidades e estatísticas que calculará os custos, estabelecendo limites do aceitável. Com isso, é preciso classificar e esquadrihar a população diagnosticando seus riscos e custos.

Na ampliação desse conceito foucaultiano é que alguns autores e algumas autoras têm problematizado o que se passou a chamar de ecopolítica. Como políticas da vida ela continuará envolvendo a vida da população, mas também a vida planetária<sup>5</sup>. A bio/ecopolítica entendida, neste estudo, como estratégias de defesa da vida humana e planetária passam a regular as populações, a partir dos programas globais.

---

<sup>5</sup> Esta discussão é explorada no segundo artigo de análise.



Os acontecimentos, destacados pelas autoras e autores, são materialidades dos fenômenos que têm afetado a vida da população e entram nesta ordem bio/ecopolítica da contemporaneidade:

[...] a morte de um milhão de pessoas na África atingida pela pobreza e pela seca naquele continente; o vazamento de uma fábrica de pesticida em Bhopal, Índia, matando mais de duas mil pessoas; a explosão do reator nuclear em Chernobil (ex-URSS); acidentes na Suíça (incêndio de um depósito de agrotóxicos) puseram em risco o abastecimento de água na Holanda e Alemanha; no México explosões de gás liquefeito mataram milhares de pessoas; cerca de 60 milhões de pessoas morreram de desnutrição no planeta. (SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007, p. 29).

Esses acontecimentos foram primordiais para a construção, por exemplo, de uma resposta produzida através do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, passamos a compreender os programas globais do PNUD e da UICN como mecanismos de controle social, econômico, político e ambiental na sociedade contemporânea, efeito de uma discursividade produzida em contextos políticos, econômicos, sociais e ambientais que se propaga no espaço e tempo das tecnologias. Com isto, não pretendemos fixar nossas análises de forma negativa ou positiva sobre o controle e sua regulação, mas pensar em seus mecanismos e efeitos nas relações de gênero e ambientais do século XXI. Nas palavras de Deleuze:

Um controle não é uma disciplina. Com uma estrada não se enclausuram pessoas, mas, ao fazer estradas, multiplicam-se os meios de controle. Não digo que esse seja o único objetivo das estradas, mas as pessoas podem trafegar até o infinito e “livremente”, sem a mínima clausura, e serem perfeitamente controladas. Esse é o nosso futuro. (DELEUZE, 1999, p. 12, grifo do autor).

Assim nos reportamos à metáfora do início do texto. Muitas vezes, não percebemos como somos controlados devido à limitação que os discursos tomados de forma universal nos colocam. No entanto, acreditamos não ser algo que necessitamos temer como aponta Deleuze e, sim, pensar nas possibilidades de buscar novas armas e formas de compreender este cenário. De acordo com André Queiroz, “Deleuze aponta: novas formas de captura - que não aquelas de sequestro por inclusão [...]; mas sim, estas, por formação constante, por modulação “divisual” e não mais por moldes individualizados”. (2011, p. 163).

Assim nos interessa pensar que novas formas de captura e modulação são essas? Na reflexão do cenário atual com os programas globais, identificamos algumas formas de captura a partir do que Foucault chama de dispositivo que não são apenas disciplinares, mas de

controle. Nesse viés, Deleuze destaca: “as disciplinas descritas por Foucault são a história daquilo que vamos deixando pouco a pouco de ser; e a nossa actualidade desenha-se em dispositivos de *controle* aberto e contínuo, muito diferente das recentes disciplinas fechadas”. (DELEUZE, 2005, p. 93, grifo do autor).

Ao abordar o conceito dispositivo, Michel Foucault entende primeiramente como um conjunto heterogêneo que engloba uma série de elementos:

[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Como no emaranhado de uma rede, o dispositivo ou dispositivos articulam todos esses elementos, inclusive, o próprio discurso. Foucault, a partir da obra “História da Sexualidade I: A vontade de saber”, mostra-nos a emergência de um dispositivo denominado dispositivo da sexualidade. O autor destaca a relação que pode existir entre os elementos, pois “entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes”. (FOUCAULT, 1979, p. 244). Por último, Foucault entende o dispositivo como uma formação que teve por função responder uma urgência histórica possuindo uma função estratégica dominante.

Seguindo as suas ferramentas, alguns/mas autores/as ampliaram a discussão de dispositivos e/ou engendraram a produção de novos dispositivos na atualidade. Para Giorgi Agamben (2005), o dispositivo é um termo central na obra de Foucault e seu uso envolve práticas e mecanismos:

Certamente o termo, no uso comum como no foucaultiano, parece se referir à disposição de uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito. (2005, p. 11).

Apesar de Agamben abandonar Foucault em alguns aspectos de suas análises, possibilita-nos pensar nos efeitos dos dispositivos e sua proliferação nas fabricações de subjetividades e urgência histórica, ao traçar discussões sobre sua pesquisa que se aproxima de uma genealogia teológica da economia. Este abandono não seria visto como algo negativo por Foucault, pois, ao destacar seu trabalho, o autor aponta como gostaria que seus livros atingissem seus/suas leitores/as: “[...] gostaria de escrever livros-bombas, quer dizer, livros que sejam úteis precisamente no momento em que alguém os escreve ou os lê”.

(FOUCAULT, 2006, p. 266). Assim como bombas depois da explosão, o autor destaca a possibilidade de gerar fogos de artifícios, demonstrando a utilidade de sua obra. Neste sentido é que utilizamos suas ferramentas, as que produziram fogos de artifícios e foram úteis, e ainda são, para a produção desta pesquisa. Por isto, temos uma proliferação de trabalhos e pesquisas que vem abordando os conceitos foucaultianos.

Óscar Abadía (2003) também desenvolve discussões sobre o conceito de dispositivo inquietado pela pergunta de Deleuze “O que é um dispositivo”. Além da proliferação do conceito, o autor procura trazer problematizações devido à ausência de reflexão teórica sobre o mesmo<sup>6</sup>. Utilizado em trabalhos de perspectivas diferentes como filosofia, pedagogia, feminismos e campos da sociologia da comunicação, sociologia do trabalho, entre outros, para o autor o conceito dispositivo possui uma escassa reflexão teórica. Neste sentido o autor provoca a discussão de seu texto sem a pretensão de estabelecer uma definição clara e concisa do que Foucault entende por dispositivo. Para tanto, Abadía reporta-se para o conceito anterior ao de dispositivo formulado por Foucault, o de *episteme*. Nas palavras do autor:

La *épistémé* foucaultiana toma cuerpo en un período muy concreto de la trayectoria del filósofo (la segunda mitad de los años sesenta) en el que su preocupación fundamental giró en torno a una cuestión central: ¿Qué es el saber? Para dar respuesta a esta pregunta, Foucault trabaja con varios conceptos que van a llevarle primero hasta la definición de *épistémé* y, más adelante, hasta el dispositivo. (ABADÍA, 2003, p. 32, grifos do autor).

Neste sentido, para o autor, é no movimento de transição presente nas obras de Foucault em meados de 1970, ou seja, da arqueologia para genealogia, que o conceito de dispositivo é desenvolvido. A partir do conceito de *episteme*<sup>7</sup> já podemos notar algumas ideias, o que mais tarde integrará o conceito de dispositivo.

Abadía aponta que ambos se referem a um espaço definido pela posição que ocupam seus elementos como por suas funções, e em segundo lugar, ambos se referem a uma multiplicidade. Entretanto, não podemos considerar que os conceitos significam a mesma coisa e que apenas houve uma substituição. Nas palavras do autor

---

<sup>6</sup> Michel Foucault não se preocupou com as definições do termo, pois o que o interessava era seus efeitos e mecanismos de poder. Ao longo de suas obras, podemos identificar algumas passagens de como compreende que é o dispositivo.

<sup>7</sup> Para Veiga-Neto, “episteme designa um conjunto de condições, de princípios, de enunciados e regras que regem sua distribuição, que funcionam como condições de possibilidade para que algo seja pensado numa determinada época”. (VEIGA-NETO, 2003, p. 115).

Como la *épistémé*, el dispositivo describe el espacio de una dispersión, la realidad de una multiplicidad de elementos. Sin embargo, el dispositivo introduce nuevos elementos: (a) define una serie de conexiones íntimas entre saber y poder (el examen es una forma de saber y, al mismo tiempo, el ejercicio de un poder), (b) establece la dispersión del poder a través una multiplicidad de dispositivos (la vigilancia, el castigo, el examen) y (c) describe la producción de modos de subjetivación del individuo a partir de determinadas técnicas (el propio examen). (ABADÍA, 2003, p. 37-38).

Assim, ao trazer o exemplo do exame presente em *Vigiar e Punir*, o autor nos mostra a ampliação do conceito de dispositivo que Foucault utiliza destacando as conexões entre saber e poder, o que, para Foucault, o poder/saber estão implicados. Neste sentido, o poder, para Foucault, não está ligado ao desconhecimento, pois pode funcionar com uma formação de saber. De acordo com o autor, “O poder está em toda a parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”. (1988, p. 89).

Em uma entrevista intitulada “Sobre a história da sexualidade”, concedida no ano de 1977, o autor destaca:

Em *As Palavras e as Coisas*, querendo fazer uma história da *épistémè*, permanecia em um impasse. Agora, gostaria de mostrar que o que chamo de dispositivo é algo muito mais geral que compreende a *épistémè*. Ou melhor, que a *épistémè* é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos. (FOUCAULT, 1979, p. 246).

A fim de mostrar essas relações do dispositivo, Abadía apoia-se nas análises de Deleuze sobre o dispositivo, partindo da definição de dispositivo como um conjunto multilinear constituído de linhas diferentes.

Deleuze foi um dos autores que teceu discussões sobre dispositivo. Em seu livro “O mistério de Ariana”, desenvolve algumas pistas que nos possibilitam analisar certos dispositivos. O autor aponta para quatro linhas que compõem um dispositivo e fazem-no aparecer e desaparecer em um momento histórico: linhas de visibilidade, linhas de enunciabilidade, linhas de força e linhas de subjetivação. A respeito dessas linhas, que não são fixas, Deleuze destaca que qualquer uma pode ser quebrada e sujeitas as variações.

As primeiras linhas (visibilidade e enunciabilidade) é que fazem ver e falar sobre um dispositivo. O autor aborda os regimes de luz e de enunciados que possibilitam o visível e o enunciável. Assim,

Não são nem sujeitos nem objetos, mas regimes que é necessário definir pelo visível e pelo enunciável, com as suas derivações, as suas transformações, as suas mutações. E em cada dispositivo as linhas atravessam limiares em função dos quais são estéticas, científicas, políticas, etc. (DELEUZE, 2005, p. 85).

No estabelecimento do ver e do dizer é que as linhas de força perpassam as linhas de visibilidade e de enunciabilidade. Para Deleuze, “Invisível e indizível, ela está estreitamente enredada nas outras e é todavia desenredável”. (2005, p. 85). Neste sentido, estas linhas são como uma dimensão do poder que perpassam o interior de um dispositivo estabelecendo a relação saber e poder. Foucault, em sua obra *Arqueologia*, evidencia que um saber está vinculado profundamente a uma série de efeitos do poder.

Em seguida, Deleuze traça as linhas de subjetivação, demonstrando que elas nascem de uma preocupação de Foucault com o encerramento dos dispositivos nas linhas de forças, possibilitando alterar o mapa dos dispositivos. Com isso, as linhas de subjetivação tornam-se linhas de fuga que escapam as forças em um processo individual ou coletivo. Assim, “uma linha de subjetividade é um processo, uma produção de subjetividade num dispositivo: ela está para fazer, na medida em que o dispositivo o deixe ou torne possível”. (DELEUZE, 2005, p. 87). O autor aponta para a produção de outras linhas que identifica como linhas de brechas/fissura/fractura//ruptura que possibilitam algumas fugas no modo como os sujeitos são produzidos. Estas linhas são responsáveis pela atualização do dispositivo.

Fabiane Marcello (2009), ao apontar a característica multilinear do dispositivo desenvolvido por Deleuze, destaca que o mesmo age em três eixos: a produção de saber em uma rede de discursos; as relações e disposições estratégicas dentro dos dispositivos, ou seja, o poder; e a produção de sujeitos. Esses eixos são importantes, pois delineiam os dispositivos, seu funcionamento e operação.

Frente à descrição de algumas linhas descritas por Deleuze, nos perguntamos: que implicações produzem os dispositivos? Ao descrever dispositivos, estamos imersos em um processo de problematização dos universais e no desvio do Eterno. Assim,

O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto, o sujeito não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objectivação, de subjectivação, imanentes a dado dispositivo. E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, distintos dos que operam noutro dispositivo. (DELEUZE, 2005, p. 89).

Ao longo de suas obras, Foucault procurou recusar os universais para pensar nesses diferentes processos pelos quais se produz as relações, subjetividades, os sujeitos e as sociedades no decorrer dos tempos e neste sentido que se distancia do eterno para apreender o

novo como criatividade. “Assim, todo o dispositivo se define pelo que detém em novidade e criatividade, e que ao mesmo tempo marca a sua capacidade de se transformar [...]”. (DELEUZE, 2005, p. 92).

Nessa perspectiva é que destacamos a emergência de novos dispositivos traçados por autoras/es impulsionados pelas problematizações de Foucault e Deleuze. O primeiro dispositivo que abordamos na pesquisa corrobora com nossas primeiras problematizações sobre os discursos que produziram a Educação Ambiental<sup>8</sup>. Das contribuições de Mauro Grun (1995) até a atualidade, muito se vem discutindo sobre a educação ambiental agregando outras propostas e questionamentos. Nesse sentido, a educação ambiental não está fora desse campo discursivo que produz nossas ações e relações ambientais. Barbará Garré, ao traçar discussões sobre a Educação Ambiental, aponta para a emergência na atualidade da Educação Ambiental como um dispositivo que envolve um conjunto de elementos.

discursos de Organização Não Governamentais (ONGs) preocupadas com as questões ecológicas; enunciados midiáticos (campanhas publicitárias, propagandas, filmes, histórias em quadrinhos, revistas, jornais, etc.); discursos científicos; bem como discursos propagados a partir da implementação de políticas públicas, e de tantas outras formas. (GARRÉ; HENNING, 2015, p. 55).

A partir do que é enunciado nas reportagens de capas da revista *Veja*, a autora procura mostrar como esses elementos se produzem e constituem sujeitos educados ambientalmente. Ao mostrar a composição desse dispositivo, a autora o articula com outros dispositivos, como o dispositivo pedagógico da mídia e o dispositivo da sustentabilidade. Segundo a autora,

compreendemos que as reportagens, em destaque, enredam os sujeitos nas tramas de um dispositivo que opera na constituição de subjetividades de um marketing “verde” ou de um marketing “sustentável”. Os sujeitos são fabricados por esse dispositivo e esse constitui seus modos de ver, de falar e de pensar sobre a questão ambiental a partir de uma trama de diferentes discursos que se engendram, sejam eles legais, midiáticos, políticos, educacionais, científicos, ecológicos ou econômicos. (GARRÉ; HENNING, 2015, p. 71).

Neste sentido, com base nas linhas de visibilidade, enunciabilidade e subjetividade e brecha/fissura/fractura do dispositivo, presentes nas reportagens da referida revista que a autora apresenta, podemos notar um controle para a fabricação de sujeitos e seus modos

---

<sup>8</sup> Não pretendemos aprofundar as discussões desses dispositivos, pois os mesmos serão retomados nos movimentos de análises. Entretanto, entendemos ser fundamental apresentar os conceitos e como estamos compreendendo.

sustentáveis de tratar a questão ambiental. Aqui, podemos relacionar com outro dispositivo deste tempo o dispositivo da sustentabilidade.

Em sua tese de doutorado, Shaula Sampaio discorre sobre a operação de um dispositivo bastante ativo na nossa atualidade:

Somos convidados (e conclamados) a entrar em relação com este dispositivo todos os dias, seja no momento em que abrimos uma revista ou jornal, seja quando ligamos a televisão, quando frequentamos nosso local de trabalho, quando conversamos com nossos amigos, quando viajamos... (SAMPAIO, 2012, p. 100).

Que dispositivo exerceria tamanho controle em nossa sociedade? Poderíamos associá-lo a diferentes dispositivos, inclusive, o da Educação Ambiental, considerando que vivenciamos uma sociedade de controle. No entanto, a autora destaca o dispositivo da sustentabilidade, que tornou palavras de ordem “sustentável” e “ecológico”.

Apesar das contradições e críticas, os termos desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ganharam os espaços sociais, meios de comunicação, instituições, arquiteturas, tecnologias, enfim “vem se popularizando e se disseminando cada vez mais”. (SAMPAIO, 2012, p. 102), respondendo a uma urgência histórica em nossas sociedades dos conflitos entre crescimento econômico e degradação ambiental. Nesse contexto de propagação é que se constituem suas linhas de subjetivação:

Poderíamos conjecturar que o dispositivo da sustentabilidade precisa ambientalizar seus sujeitos, ou mesmo “esverdeá-los”. Isso significa dizer que ver a sustentabilidade enquanto um dispositivo demanda a produção de um tipo de sujeito afinado com as discursividades ambientalistas, bem como disposto a mudar seus hábitos de vida, além de ser sensível aos apelos ligados à promoção da sustentabilidade. (SAMPAIO, 2012, p. 104).

Nesse viés, as discursividades da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável se fazem presentes nas relações e formas de ser dos sujeitos na contemporaneidade. Somos ensinados a ser “verdes” pelo dispositivo da sustentabilidade e pela educação ambiental, pois a EA não está fora dessa teia discursiva.

Alguns autores e autoras têm problematizado a produção de outras educações aliadas à discursividade do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade para tencionar a educação ambiental que se apresenta em nosso tempo. Michele Sato e Pablo Moreira (2005) apontam uma ácida crítica a respeito da necessidade de, na educação ambiental, mudarmos de lentes frente a uma década (2005-2014) de uma educação para o desenvolvimento sustentável.

Este movimento é uma tentativa de fortalecimento do campo frente a sua invisibilidade nas políticas e organismos internacionais-

Barbieri e Silva (2011) abordam pesquisas<sup>9</sup> realizadas no Brasil e em países da América Latina e Caribe com educadores ambientais, em 2004, que apontam que a possibilidade de perceber os debates sobre os conceitos de EA e Educação para o Desenvolvimento sustentável (EDS). A mudança de EA para EDS não é aceita por 53% da amostra total, entretanto, os que consideraram a mudança justificam que: a EDS envolveria as questões sociais e econômicas com mais intensidade e a EA estaria focada na dimensão ecológica; a EDS seria uma evolução da EA; a mudança seria uma tendência internacional e os apoios financeiros os acompanham. Aos que se posicionaram contra a mudança entendem que a EA já contempla o social e o econômico não se resumindo apenas à dimensão ecológica e apontam a inconveniência na mudança de termos.

De modo geral, podemos perceber que a educação tem sido articulada nos ciclos de conferências mundiais como um instrumento para se alcançar algo - a melhoria do meio ambiente ou o desenvolvimento sustentável. Sauv ; Berryman e Brunelle (2008), a partir de suas análises sobre propostas internacionais de uma educa o para o meio ambiente, destacam a ênfase da educa o a serviço da gestão do meio ambiente, de sua resolu o e, na atualidade, transformada em estratégia para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, prescrever e apontar o “como” se tornou o principal objetivo da educa o às questões ambientais. Este fato não   novo se olharmos para a história da educa o. Equipar -la a um projeto de desenvolvimento estritamente econômico faz parte das abordagens predominantes educacionais. As teorias críticas educacionais<sup>10</sup> já problematizavam o viés mercadológico e instrumentalista da educa o pelos governos. Na  rea ambiental, vemos a insistência nesse projeto educacional que desconsidera a educa o como processo contínuo de forma o. Sauv ; Berryman e Brunelle (2008) nos provocam a pensar na educa o ambiental frente a essa discursividade, pois, como uma dimensão da educa o a educa o ambiental, foi atrelada a prevalência de uma perspectiva desenvolvimentista e instrumentalista de educa o. Como aponta os autores, se revisitarmos os documentos das conferências mundiais como cartas, tratados e declara es, identificamos o “como” educar para se alcançar a melhor gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento.

---

<sup>9</sup> “No Brasil, a pesquisa foi feita com 1.740 participantes do V Fórum Brasileiro de Educa o Ambiental, realizado em Goiânia, com base no mesmo questionário de uma pesquisa realizada pela Secretaria de Educa o Pública do México, enviada por meio eletr nico a 101 especialistas em EA, de 17 países latino-americanos e caribenhos”. (BARBIERI; SILVA, 2011, p. 65).

<sup>10</sup> Para saber mais: SILVA, Tomaz Tadeu da. Teorias críticas do currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdu o às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 37-81.



A educação ambiental, como destacado por Sato e Meira, necessita trocar as suas lentes e perceber a sua imersão nesse projeto político-econômico de desenvolvimento sustentável. (SAUVÉ; BERRYMAN; BRUNELLE, 2008). Na atualidade, a educação ambiental é compreendida como um processo de relações. Ela possui uma especificidade nas relações consigo, com os outros e com o meio ambiente

Corresponde al campo de la educacion ambiental, la esfera de las relaciones consigo mismo (espacio de la construccion de la identidad) y las esfera de las relaciones com otros seres humanos (espacio del desarrollo de la alteridad humana), la esfera de relaciones com [...], nuestra casa de vida comun compartida con otros seres humanos y también com otros seres, mas-que-humanos". (SAUVÉ; BERRYMAN; BRUNELLE, 2008, p. 47).

Frente à ambientalização e ao esverdeamento das relações pelos dispositivos, questionamos: de que maneira o gênero se articula nessa discursividade?

## **2.2 Compreendendo o gênero como um dispositivo**

As questões de gênero e das mulheres não eram uma preocupação vigente de Michel Foucault em sua época, assim como a sustentabilidade e a Educação Ambiental. Entretanto, na contemporaneidade, alguns/mas autores/as têm se dedicado a pensar a partir do olhar foucaultiano as problemáticas do presente. Com isso, os estudos de gênero e feministas têm utilizado as ferramentas do autor para suas análises. Nas palavras de Patricia Amigot Leache e Margot Pujal i Llmbart, “En este sentido, la obra foucaultiana ha sido y es una aliada estratégica del feminismo para la comprensión y la exploración de las relaciones de poder contemporáneas y una fuente de recursos para problematizar las aseveraciones y olvidos del propio autor”. (2009, p. 117). Dentre as análises feministas na perspectiva foucaultiana, destacamos a noção do gênero como um dispositivo.

Dizer que o gênero é um dispositivo de poder significa considerar seu caráter produtor e regulatório da vida social e das subjetividades. (AMIGOT LEACHE; PUJAL I LLOMBART, 2009). Neste sentido, o gênero “opera como problematización de identidades, relaciones e instituciones sociales y discursos, incluso para aquellos que se consideran progresistas”. (Ibid., p. 146). É na problematização desses sistemas de relações que Foucault influencia as análises feministas, na desconstrução da essencialização e naturalização e, na mobilização das relações de poder que produzem os corpos e as subjetividades.

O conceito de gênero ganhou importante destaque nos últimos séculos de ações governamentais e não governamentais, instituições religiosas, políticas, familiares e áreas da educação, saúde, economia, ambiente, entre outras. Ao passo que os esforços das feministas e movimento de mulheres impulsionaram a inclusão do gênero e das temáticas sobre as mulheres em diferentes âmbitos das sociedades, principalmente a partir dos anos de 1970, vimos crescer uma onda de impedimentos em todo o mundo de defesa da família natural e da binaridade masculino e feminino, instituindo o que pode e o que não pode ser dito sobre gênero. Assim, diante dos últimos acontecimentos no Brasil e no Mundo com a chamada “ideologia de gênero” como, por exemplo, o projeto de lei “Escola sem partido”<sup>11</sup> e a retirada do gênero dos Planos Nacionais e Municipais de Educação no Brasil, cabe problematizar o campo de disputa desse conceito, os discursos que são produzidos, bem como os autorizados a falar na ordem desses discursos.

Como a sexualidade, podemos reconhecer que o gênero a partir da perspectiva de Michel Foucault foi entendido de diferentes formas e campos de saber ao longo dos tempos. Assim, nem sempre este conceito esteve ligado à noção biológica ou cultural de masculino e feminino. Etimologicamente o termo vem do latim *genus*, significando “nascimento”, “família”, “tipo”, possuindo um sentido de classificação das palavras em masculino, feminino e neutro. A partir do século XV, sua origem grega, *genos* e *geneã* passam a ser mais utilizados e o termo gênero é associado ao sexo biológico, sendo masculino para os machos e feminino para as fêmeas. Entretanto, é a partir do final do século XVIII que se inicia uma preocupação em diferenciar masculino e feminino; o que se acreditava até então é que homens e mulheres tinham órgãos genitais iguais, ou seja, em um isomorfismo sexual. Com o avanço dos estudos da anatomia, desenvolveu-se um campo de saber sobre as diferenças entre os sexos passando para um dimorfismo sexual. (PUC-Rio, 2016).

Neste século, houve o que Foucault (1979, p. 26) aponta como uma explosão discursiva do sexo, na qual “nasce uma incitação política, econômica, técnica, a falar de sexo” e não em forma de uma teoria da sexualidade, mas de análises e pesquisas. Para o autor, não houve época em que mais se produziu discursos sobre sexo que o século XVIII. Entretanto, esses discursos não apenas instituíram uma forma de falar dos órgãos genitais e de viver os desejos sexuais, mas, também, um modo de ser homem e de ser mulher.

Isso quer dizer que as diferenças anatômicas entre dois sexos estáveis e opostos instituíram também diferenças na vida econômica, cultural e moral de homens e mulheres.

---

<sup>11</sup> Institui a proibição nas escolas de discussões que envolvem temáticas como gênero e política.

Como exemplo, podemos destacar uma das estratégias apontadas por Foucault, no século XVIII, que desenvolveu dispositivos de poder e saber sobre o sexo e a vida de mulheres, a histerização do corpo da mulher. Este corpo foi analisado e integrado ao campo das práticas e discursos médicos:

Foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível dessa histerização. (1979, p. 99).

Neste sentido, com a proliferação de discursos sobre o sexo vemos emergir um poder de normalização e controle para um modo de ser homem e mulher. Dispositivos da aliança, instituindo um sistema de matrimônio, transmissão de nomes e bens, parentescos, entre outros; dispositivo da sexualidade penetrando nos corpos e controlando as populações. Como mecanismos de poder, nos termos de Michel Foucault, eles produziram posições de homens e mulheres nas sociedades.

Além do discurso médico, outros campos de saber produziram discursos como a psicanálise no século XIX e as ciências sociais. Nos anos de 1950, os discursos das ciências sociais passaram a explicar as diferenças homens e mulheres ao integrar questões sobre o comportamento e os papéis sexuais, determinando mundos distintos para homens e mulheres. Neste período pós-segunda Guerra Mundial, o conceito de gênero passa a ser desvinculado de sexo ganhando uma perspectiva sociocultural e o termo como “papel de gênero” começa a ser utilizado.

No final da década de 1960, identificado como a segunda onda do movimento feminista, as preocupações teóricas com a opressão das mulheres se valem do termo gênero para as análises das situações das mulheres na sociedade. Linda Nicholson (2000) aponta para duas formas usuais de se utilizar esse termo. Primeiramente, o entendimento de que o gênero está relacionado à oposição a sexo construído culturalmente. Essa concepção está interligada com as primeiras discussões teóricas e analíticas do gênero que se preocupavam com a compreensão da opressão das mulheres. Como uma das autoras que influenciou essas análises, Gayle Rubin, militante feminista contra as agressões às minorias sexuais, lançou a obra “The Traffic in Women” no esforço de entender a opressão das mulheres. Para a autora, é a partir das obras de Claude Lévi-Strauss e Sigmund Freud que se pode perceber o sistema de relações que oprime e subordina as mulheres. (RUBIN, 1986).

O segundo uso do gênero, para Linda Nicholson (2000), está relacionado a qualquer construção social que envolve masculino/feminino. Nesse viés, encontra-se Joan Scott (1995), que aponta a categoria útil do gênero para as análises. Esta passa a emergir no fim do século XX como “uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais”. (SCOTT, 1995, p. 85).

Judith Butler contesta as formulações do gênero como uma construção social de um determinado sexo. Para a autora, a dicotomia sexo/gênero coloca um sistema binário em que o primeiro é dado como natural e o segundo como construído. Em suas análises, Butler (2003) destaca que sexo é tão discursivo quanto gênero de forma que a diferença sexo e gênero torna-se nenhuma. Em suas palavras: “Se o gênero ou o sexo são fixos ou livres, é função de um discurso que, como se irá sugerir, busca estabelecer certos limites à análise ou salvaguardar certos dogmas do humanismo como um pressuposto de qualquer análise do gênero”. (p. 23). Com isso, é em meio a diferentes discursos (científicos, econômicos, psicanalíticos, social, biológico, entre outros) que os conceitos de gênero e sexo são produzidos. Nossa intenção é visibilizar esses discursos e problematizar seus efeitos nas relações sociais e ambientais de mulheres e homens na sociedade.

Nossa intenção, ao visibilizar as discussões sobre gênero, é mostrar que o mesmo não está apenas no campo de uma teoria, mas que integra e regula as relações sociais, políticas, econômicas e culturais entre homens e mulheres e entre homens e entre mulheres. Além de suas intersecções com outros marcadores de classe, raça e etnia, etc. Assim, pela discursividade e penetração que o conceito de gênero se desenvolveu no século XX que podemos corroborar com Patricia Amigot Leache e Margot Pujal I Llombart a sua funcionalidade de dispositivo. Com suas linhas de visibilidade e enunciabilidade, vem constituindo subjetividades generificadas. Com isto, nossa proposta de pesquisa se desdobrará em alguns momentos:

- 1. investigar a emergência do gênero no discurso do desenvolvimento sustentável;**
- 2. analisar as estratégias que colocam em funcionamento o gênero nos programas globais;**
- 3. problematizar a operação do gênero nos programas globais através dos dispositivos – Educação ambiental, sustentabilidade e gênero;**
- 4. investigar os efeitos que a discursividade dos programas globais (UICN e PNUD) produzem para a Educação Ambiental na contemporaneidade.**

Para tanto, destacamos algumas questões que irão orientar estas análises:

- Como o conceito de gênero se tornou parte do discurso do desenvolvimento sustentável no século XXI?
- De que maneira o gênero atravessa os programas globais imersos na discursividade do desenvolvimento sustentável?
- Como se desenvolve a operação do gênero nos programas a partir dos dispositivos - Educação Ambiental, Gênero e Sustentabilidade?
- Qual o espaço da Educação Ambiental nesta produção discursiva?

Nesta perspectiva, analisaremos o material empírico, ou seja, os documentos internacionais e os programas globais. Para Foucault,

Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso geral. (FOUCAULT, 2008b, p. 32).

Por este viés, apresentamos como chegamos até o material empírico constituído pelos programas da UICN e PNUD, bem como os documentos internacionais.

### **2.3 O percurso de construção do material empírico**

O objeto da análise é sempre determinado pelo tempo e pelo espaço, embora se tente lhe dar uma universalidade. (FOUCAULT, 2006, p. 267).

Aparentemente esta pesquisa poderia ser denominada de uma pesquisa qualitativa de investigação documental por meio digital, já que nos valem do material presente em sites de referências para a produção dos documentos internacionais e programas globais de uma agência da Organização das Nações Unidas, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e os programas da União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN. Entretanto, como apontado no início deste capítulo, estamos no caminho da insegurança das perspectivas denominadas de “pós”. Isso significa que não estabelecemos de antemão qual o procedimento, método ou forma de análise que utilizaríamos para compreender o objeto de estudo. Os encontros foram acontecendo conforme o nosso caminhar. Nesse sentido, corroboramos com Corazza ao destacar os labirintos da pesquisa

“pós”, porque não há um critério de escolha que nos faça optar por determinado método ou metodologia. Isso não quer dizer que o esforço de delimitação metodológica não foi realizado. Corazza desta que “[...] não escolhemos, de um arsenal de métodos, aquele que melhor nos atende, mas somos “escolhidos/as”. (2007, p. 121).

Fomos escolhidas pela potência das relações de poder que as ferramentas analíticas de emergência, proveniência, bio/ecopolíticas e dispositivos nos proporcionam para olhar o nosso objetivo de estudo, ou seja, a discursividade que coloca em funcionamento o gênero no discurso do desenvolvimento sustentável e seus efeitos para a educação ambiental. Mas, também fomos escolhidas pelas possibilidades de investigar o presente pelos documentos internacionais e programas globais.

Para a delimitação do material empírico, constituído em primeira instância pelos documentos internacionais - Agenda 21, Plataforma de Ação de Pequim, Declaração do Milênio, Declaração de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável, Declaração final da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável e Agenda 2030 sobre desenvolvimento sustentável - realizamos um mapeamento sobre a temática da pesquisa no portal do Google.

Neste primeiro movimento, fomos levadas para o portal do Observatório de gênero (<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais>) que fazia um apanhado dos principais documentos internacionais que abordavam significativas mudanças com relação ao gênero, mulheres e meio ambiente. Ao pesquisar sobre os documentos, no *google*, encontramos as versões em português sitiadas no site brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (<http://www.mma.gov.br/>). De acordo com a sua relevância para o estudo, fomos mapeando os documentos abordados. Também utilizamos o site da ONU Mulheres, no Brasil, para mapear esses documentos de referência (<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia/>). Com tais movimentos, organizamos os documentos analisados com base na sua contribuição para a temática do estudo, pois envolvem mudanças significativas de gênero, mulheres e desenvolvimento sustentável, como podemos observar na tabela abaixo.

**Tabela 1-** Documentos internacionais analisados na pesquisa

<b>Documento</b>	<b>Ano/local</b>	<b>Evento realizado</b>	<b>Descrição</b>
<b>Agenda 21 (Capítulo 24)</b>	1992, Rio de Janeiro/ Brasil	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92; Rio-92)	Plano de ação elaborado internacionalmente adotado em escala global, nacional e local. Capt. 24: Ação mundial pela mulher, com vista a um desenvolvimento sustentável e equitativo.
<b>Plataforma de Ação de Pequim</b>	1995, Pequim/China	Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres	Estabeleceu um plano de ação para a igualdade de gênero em todas as dimensões da vida.
<b>Declaração do Milênio (ODM 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia da mulher)</b>	2000, Nova Iorque/ Estados Unidos	Cúpula do Milênio	Estabeleceu a declaração do milênio com medidas para paz, segurança, luta contra a pobreza, meio ambiente e direitos humanos. Originou os oito (8) objetivos do milênio (ODM).
<b>Declaração de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável</b>	2002, Joanesburgo/África do Sul	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento sustentável (Rio + 10)	Discutiu os avanços da Agenda 21. A declaração reafirma compromissos da reunião Eco92.
<b>Declaração final da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável</b>	2012, Rio de Janeiro/ Brasil	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20)	Renova os compromissos das conferências anteriores e estabelece a economia verde. A igualdade de gênero e empoderamento das mulheres como área temática e questões transversais.
<b>Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável</b>	2015, Nova Iorque/Estados Unidos	Cúpula das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável	Estabelece um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Institui os dezessete (17) objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS)

Fonte: Autoria própria, 2018.

Como podemos observar, os documentos internacionais são produzidos em meio a um contexto político-econômico-ambiental de busca por soluções para os problemas ambientais que afetam o planeta. Resultado de conferências e cúpulas, os documentos são trabalhados como produção de nosso tempo permeado por relações de poder.

Em segunda instância, selecionamos os programas globais que traziam ações direcionadas às mulheres envolvendo gênero e desenvolvimento sustentável. Assim, utilizamos o portal de cada organização (UICN e PNUD) para a produção dos dados, ou seja, de seus programas globais. Entendemos que o que é visibilizado e enunciado pelos documentos internacionais e programas globais contribui para a proliferação de discursos ambientais e de gênero na contemporaneidade. Em uma sociedade que se preocupa com o controle das mudanças climáticas, desastres ambientais, recurso natural, natalidade, entre outras questões ambientais e sociais, é de extrema importância problematizar a disseminação dessas discursividade que traz ensinamentos sobre as mulheres, gênero e nossos modos de ser e viver no mundo.

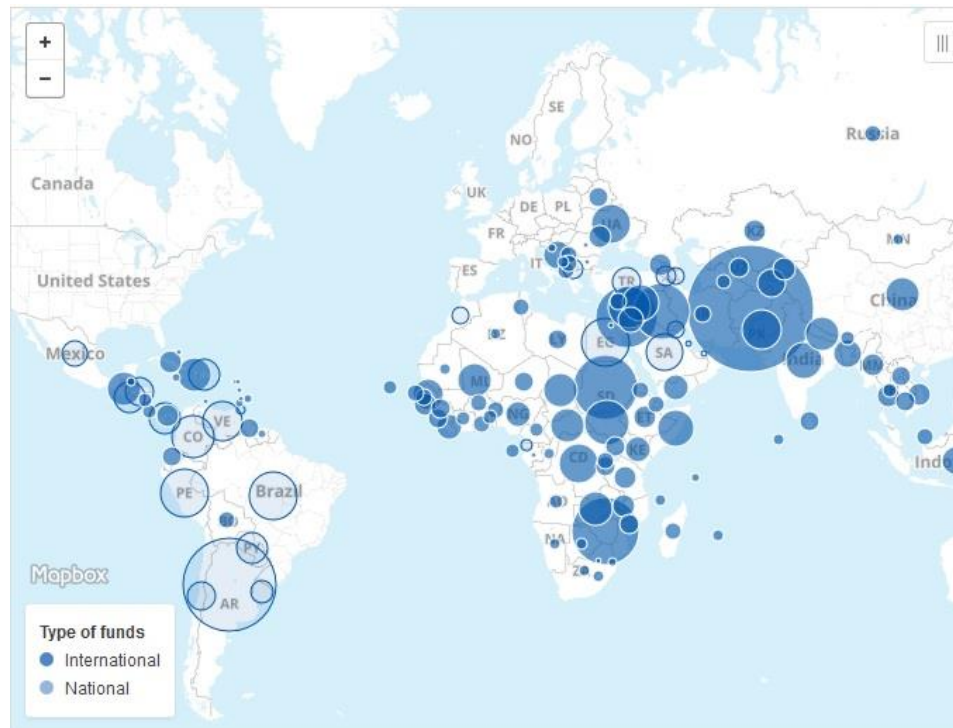
Ao navegar no *site* do PNUD e da UICN, identificamos diferentes sujeitos (empresários, economistas, ambientalistas, estudantes, embaixadores da boa vontade (estrelas do futebol, príncipes, atores e atrizes), instituições (Nações Unidas, Organizações da sociedade civil, Governos, Instituições Financeiras Internacionais; Setor Privado, Fundações) e públicos envolvidos (homens, mulheres, jovens, indígenas, pobres etc.) que possibilitam o trabalho desenvolvido por essas organizações.

#### **2.4 Apresentando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD**

Há mais de 50 anos, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no âmbito das Nações Unidas, trabalha para erradicar a pobreza, as desigualdades e a exclusão em 170 países, aproximadamente, incluindo o Brasil. Assim, essa agência da ONU caracteriza-se pela abrangência e preocupação com as questões do desenvolvimento humano. Como podemos notar no mapa, a seguir, a agência atua com projetos em diferentes países (África, países Árabes, Ásia e Pacífico, Europa e Ásia Central, América Latina e Caribe) em âmbito nacional e internacional com maior concentração em países denominados em desenvolvimento, foco das políticas de desenvolvimento sustentável na atualidade.



**Figura 1-** Ações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no mundo



Fonte: UNDP, 2016.

O mapa (Figura 1) traz a relação dos projetos desenvolvidos em mais de 170 países, seus temas e o financiamento atribuído aos mesmos. É uma iniciativa de transparência dessa agência da ONU. Assim, podemos identificar a relação dos temas destes projetos em desenvolvimento pelas ações do PNUD, em parceria com os governos e sociedade civil, e os recursos a eles destinados: 38% para as instituições responsáveis; 29% para crescimento inclusivo e sustentável; 11% para governança democrática; 10% para prevenção e recuperação de crises; 6% para mudanças climáticas e resistência a catástrofes; 4% para impacto e eficácia de desenvolvimento e 1% para igualdade de gênero que possui 84 projetos com esse foco em 2016. (UNDP, 2016).

Neste sentido, destacamos o trabalho desenvolvido pelo PNUD sobre a igualdade de gênero presente no portal e pela qual tivemos acesso à publicação sobre a estratégia para a igualdade de gênero do PNUD (2014b). Nessa direção, trabalha com a noção de igualdade de gênero e empoderamento das mulheres como agentes de transformação social para o desenvolvimento sustentável. Assim, desenvolve projetos que dizem respeito a violência contra as mulheres, programas de apoio à liderança política, segurança alimentar.

Ao focar no desenvolvimento sustentável, o PNUD traz outras questões e linhas de ação para os projetos, pois considera a igualdade de gênero, baseada nos direitos humanos, como meta para o desenvolvimento e vital para o desenvolvimento sustentável. Nessa direção, o PNUD trabalha com os objetivos do desenvolvimento sustentável em que o gênero constitui a quinta posição para ser alcançada até 2030. A fim de auxiliar os países, o PNUD desenvolve seu Plano Estratégico Global para os anos de 2014-2017, juntamente com a estratégia para a igualdade de gênero de mesma vigência. Além disso, em seu relatório anual do desenvolvimento humano do ano de 2011, estabeleceu um Índice de Desigualdade de Gênero em 145 países, que mede a perda de desenvolvimento humano. Há uma perda de desenvolvimento humano com maior concentração nos países denominados em desenvolvimento.

Além da perda do desenvolvimento humano focado em algumas dimensões pelo índice como, por exemplo, saúde reprodutiva, empoderamento e atividade econômica, o relatório traz uma relação das atitudes com o meio ambiente com base no gênero. Nos países com índice baixo, as atitudes com o ambiente não diferem muito entre homens e mulheres; entretanto, nos países com o índice elevado, as mulheres destacam-se nas atitudes e preocupações com as alterações climáticas, qualidade do ar, entre outras o que podemos pensar sobre a dimensão do empoderamento e autonomia da mulher presente nesse índice. Além disso, podemos notar um entendimento de ambiente pautado na utilização de recursos e construção de políticas ambientais sem especificações.

Neste sentido, as relações que homens e mulheres estabelecem com o meio ambiente, na atualidade, são frequentemente focadas em atitudes conservacionistas para uma melhor utilização e satisfação. Por este viés, é necessário expandir as discussões que envolvem esses termos e o próprio entendimento de meio ambiente, considerando-o como um todo integrado, pois há outros aspectos que integram o ambiente que não são enfocados como os culturais, econômicos, entre outros. Michele Sato (1997) destaca o caráter instável e múltiplo do termo ambiente ao ser colocado como sinônimo de ecologia ou como tudo que cerca e envolve os seres vivos por todos os lados. Para a autora, o ambiente não pode ser apontado como uma totalidade, uma vez que é construído historicamente.

Assim, analisamos a discursividade do programa global, **Programa Global do PNUD (2014)**. Como o processo de pesquisa é feito de escolhas, destacamos que o programa dessa agência da ONU compõe nosso *corpus* de análises devido a sua abrangência e especificidade de políticas de gênero. Além disso, é a principal agência da ONU responsável pelo desenvolvimento humano e no combate às desigualdades de gênero.

Retornaremos as discussões do programa ambiental a partir da análise de suas enunciações, entretanto, para que o/a leitor/a compreenda-o de forma contextualizada apresentamos a sua estrutura, apresentada no quadro 1:

**Quadro 1-** Mapa organizacional do programa global

Capa
Índice
1.Nuestro entorno estratégico
2.Nuestra visión, resultados y enfoques generales
3.Remodelacion de nuestras principales esferas de trabajo em el ámbito del desarrollo
4.Revitalización de la cooperacion, las asociaciones y la coordinacion Sur-Sur
5.Transformacion de la eficacia institucional
Créditos e imagens gráficas

Fonte: PNUD, 2014a.

O documento do programa global do PNUD investe nas imagens para acompanhar ou mesmo ilustrar o que se propõem. A maioria das imagens traz mulheres e meninas e, neste sentido, podemos perceber a preocupação do programa com a igualdade de gênero pelos diferentes exemplos distribuídos ao longo de seu documento. Como exemplo:

**ELIMINACIÓN DE LOS PAPELES TRADICIONALES DE GÉNERO**  
Mujeres y hombres trabajan a la par en la confección de vestimentas “multiuso” en una fábrica en el parque industrial Sonapi, en Haití. (PNUD, 2014a, s/p).

**LAS MUJERES NECESITAN MÁS OPORTUNIDADES PARA EJERCER LIDERA ZGO** En la India, Somwati Bai y otras representantes elegidas ahora pueden dirigir reuniones y responder a preguntas que van desde las prestaciones de distintos planes gubernamentales hasta el acceso a servicios básicos gracias a la capacitación intensiva ajustada a sus necesidades que recibieron. (PNUD, 2014a, p. 5).

**DE LOS MERCADOS LOCALES A LOS MUNDIALES** En el Líbano, la cooperativa Nijmet Al Sobeh, dirigida por 20 mujeres, produce todo tipo de mermeladas y mouneh libanés (alimentos en conserva para el invierno). La cooperativa tiene lugares de venta en mercados locales, regionales, europeos y americanos. (PNUD, 2014a, p. 41).

Mesmo com um programa específico de estratégia para a igualdade de gênero, para o mesmo período, o PNUD procura dar ênfase a essa questão em seu programa global, o que vai ao encontro de sua visão: “Ayudar a los países a lograr em forma simultánea la erradicación de la pobreza y una reducción significativa de las desigualdades y la exclusión”. (2014a, p. 11). Nesse sentido, apresenta-se como um programa potente de disseminação de verdades sobre gênero e desenvolvimento sustentável a partir de ações direcionadas, principalmente, às mulheres como grupos excluídos. Colocar em problematização o programa de uma das maiores organizações internacionais, a ONU, é tencionar o que se apresenta em nosso tempo como verdade, bem como a implicação de suas práticas. O que nos possibilita pensar em escala global, mas articulada aos seus efeitos para os demais níveis regional, local, etc.

Por esse viés, analisamos os programas de outra importante organização internacional que tem contribuído na produção de verdades sobre gênero e desenvolvimento sustentável.

## **2.5 Apresentando a União Internacional de Conservação da Natureza- UICN**

“Quanto você ama a natureza? Recorda da sua primeira caminhada em uma floresta? A primeira vez que nadou no mar? A primeira vez que viu um animal silvestre? Todos amamos a natureza. Todos dependemos da natureza”. (UICN, 2012a, tradução nossa). A partir desses excertos, presentes no vídeo sobre a União Internacional de Conservação da natureza – UICN, é apontado o objetivo dessa instituição. Uma união internacional que procura conservar a natureza que amamos da qual dependemos. Mas que natureza é essa apresentada pela UICN? O conceito de natureza que conhecemos a partir da modernidade é baseado em aspectos físicos e exteriores aos seres humanos, caracterizado como um objeto de investigação e dominação. Entretanto, ao longo dos anos, a organização procurou articular outros temas sociais e ambientais a partir das necessidades das sociedades, articulando conservação, meio ambiente e questões ecológicas.

Essa organização é reconhecida como a mais antiga sobre as questões ambientais, motivo pelo qual elegemos para o *corpus* de análise da pesquisa. Em seu portal encontramos um arquivo de diversos programas desde os anos de 2004, o que nos motivou a entender que deslocamentos e continuidades podemos identificar nesses programas. Assim como o PNUD, a UICN possui uma especificidade com a perspectiva de gênero.

A organização atua em mais 160 países em parceria com ONGs, pequenas e grandes empresas, estados e agências governamentais, instituições acadêmicas e associações empresariais, abrangendo Ásia, África, México, América Latina e Caribe, América do Sul,

Europa e Oceania. Para o desenvolvimento de seu trabalho, a UICN dedica-se aos temas que têm relação com a conservação, meio ambiente e questões ecológicas. Com isso, destaca: empresas e biodiversidade, mudanças climáticas, economia, ecossistemas, direito ambiental, bosques, gênero, política global, meio marinho e polar, áreas protegidas, ciência e saber, política social, espécies, água e patrimônio mundial.

Apresentamos, abaixo (Figura 2), o mapa da organização sobre um de seus projetos de energia renováveis e gênero, a fim de identificarmos a abrangência de suas ações em diferentes países.

**Figura 2-** Ações da UICN sobre energia renovável e gênero



Fonte: GLOBAL, 2016.

Considerando a abrangência o envolvimento da organização com as questões de gênero é que pretendemos analisar seus programas globais. Neste sentido, exploramos a sua plataforma de publicações e pesquisas, a fim de conhecer seus programas globais (Figura 3).

**Figura 3-** Plataforma da IUCN ou UICN

Fonte: IUCN, 2015.

Nessa plataforma, encontramos os programas da UICN ou IUCN desde o ano de 2001 até a atualidade, os quais são analisados neste estudo (Quadro 2).

**Quadro 2-** Mapa organizacional Programa cuadrienal de la UICN 2001-2004

Índice
Entrando en el nuevo milenio
Área Principal de Resultados 1: Manejo eficaz y restauración de los ecosistemas
Área Principal de Resultados 2: Acuerdos, procesos y políticas
Área Principal de Resultados 3: Incentivos, incluidos los financieros, para la conservación de la diversidad biológica y la utilización sostenible de los recursos naturales
Área Principal de Resultados 4: Reparto equitativo de los costos y beneficios
Área Principal de Resultados 5: Evaluación de la biodiversidad y de los factores sociales y económicos conexos
Área Principal de Resultados 6: Sistemas de gestión de la información y la comunicación
Área Principal de Resultados 7: Administración y dirección eficientes, eficaces y responsables de la Unión Garantizar la calidad : controlar y evaluar la labor de la unión - aprender de la experiencia
Principales referencias utilizadas em el documento
Glosario

Fonte: UICN, 2000.

Publicado em abril do ano de 2000, o documento da UICN apresenta uma continuidade dos objetivos do milênio. A partir de sua visão, “Um mundo justo que valore y

defienda la naturaleza” (UICN, 2000, p. 121), se preocupa com o mundo que deixaremos até 2025. A demografia e a estatística se fazem presentes para evidenciar os problemas atuais e as projeções futuras. Além disso, a igualdade entre homens e mulheres é abordada como uma preocupação do programa, por isso a sua orientação para que os países produzam estudos sobre as disparidades homem/mulher.

**Quadro 3-** Mapa organizacional programa 2005–2008 de la UICN muchas voces, una tierra

**Capa**

**Resumen Ejecutivo**

**Introducción**

**Un repaso al Programa 2005–2008 de la UICN**

**Salud ambiental y bienestar humano**

**Las causas de la insostenibilidad**

Dinámica de la población humana

Patrones de consumo

Fallas en los mercados y distorsiones en las políticas

Riqueza, pobreza e inequidad

**Atención a las causas de la insostenibilidad**

La respuesta internacional

Atención a la pobreza y a la falta de equidad

Atención a las fallas en los mercados y las distorsiones en las políticas

Atención a las brechas en el conocimiento para la toma de decisiones

**El marco del Programa 2005–2008 de la UICN**

Conocimiento

Empoderamiento

Gobernanza

**Los resultados del Programa de la UICN**

Área de Resultado Clave 1: Comprensión de la biodiversidad

Área de Resultado Clave 2: Equidad social

Área de Resultado Clave 3: Incentivos y financiamiento para la conservación

Área de Resultado Clave 4: Acuerdos, procesos e instituciones internacionales para la conservación

Área de Resultado Clave 5: Ecosistemas y fuentes de sustento sostenibles

Área de Resultado Clave 6: Ejecución del Programa

Referencias

Abreviaturas y siglas

Glosario

Adotado em novembro de 2004, esse programa da UICN (Quadro 3) procura destacar a nova ordem mundial do desenvolvimento sustentável, apontando seus limites e avanços a partir da tríade econômica, social e ambiental. Também traz conceitos como equidade e empoderamento ao tratar das questões referentes aos homens e às mulheres, como podemos observação na enunciação abaixo:

La UICN va a integrar, gestionar y diseminar el conocimiento relativo a la conservación; crear la capacidad de la gente y las instituciones para planificar, gestionar, conservar y utilizar la naturaleza y los recursos naturales de manera sostenible y equitativa (empoderamiento); y promover la gobernanza ambiental efectiva a nivel mundial, regional, nacional y local. (UICN, 2004, p. 6).

Por esse viés, o programa se dedica à produção e disseminação de conhecimentos sobre a conservação da natureza abarcando a noção de sustentável e equitativo. Com isso, destaca a importância de maiores articulações entre os pilares do desenvolvimento.

**Quadro 4-** Mapa organizacional do programa 2009–2012 de la Diseñando un futuro sostenible

Capa
PREFACIO
P.4 RESUMEN EJECUTIVO
P.6 INTRODUCCIÓN
P.7 CONSERVACIÓN Y SOSTENIBILIDAD
P.9 EL MUNDO ACTUAL VISTO CON UNA LENTE AMBIENTAL
P.9 Introducción
P.9 ¿Dónde estamos actualmente?
P.11 Los cambios en los servicios de los ecosistemas y el bienestar humano
P.18 Consideraciones adicionales para lograr el cambio
P.20 LA PARTICULAR FUNCIÓN DE LA UNIÓN
P.24 EL PROGRAMA DE LA UICN 2009–2012
P.27 Área central del Programa – Conservar la biodiversidad
P.29 Área temática del Programa 2 – Cambiar el pronóstico sobre el clima
P.31 Área temática del Programa 3 – Asegurar la energía natural del futuro
P.33 Área temática del Programa 4 – Manejar los ecosistemas para el bienestar humano
P.35 Área temática del Programa 5 – Lograr una economía mundial verde

Fonte: UICN, 2008.



Adotado em outubro de 2008, esse programa (Quadro 4) direciona as suas ações para um futuro sustentável, e se dedica a trazer questões sobre diversidade cultural e empoderamento, principalmente, no item, “Diferenças e desigualdades de gênero”. Além disso, a economia verde se torna uma de suas áreas temáticas que passa a ser uma das principais discussões da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012.

**Quadro 5-** Mapa organizacional programa de la UICN 2013-2016

Capa
<b>Contenido</b>
Resumen
Introducción
El nicho de la UICN y el propósito de su Programa
El marco del Programa de la UICN
Resultados globales del Programa
Área del Programa: Valorar y conservar la naturaleza
Área del Programa: Gobernanza efectiva y equitativa en la utilización de la naturaleza
Área del Programa: Implementar soluciones basadas en la naturaleza para los desafíos globales en el clima, la alimentación y el desarrollo
Prioridades del Programa
Implementación del Programa de la UICN 2013-2016
Anexo 1: Soluciones basadas en la naturaleza
Anexo 2: Prioridades del Programa que necesitan un mayor desarrollo

Fonte: UICN, 2012.

Já, o programa, adotado em setembro de 2012, chama a atenção para soluções baseadas na natureza (Quadro 5). Assim, traz o gênero como transversal em suas ações abarcando políticas sensíveis ao gênero. Como exemplo, destacamos uma de suas soluções:

Tendencias en los beneficios que las personas obtienen de determinados servicios de los ecosistemas (v. gr. cambios diferenciados por género en la seguridad en el acceso al agua y en la alimentación). Este es un indicador que sirve como sustituto para medir los beneficios derivados de soluciones basadas en la naturaleza para el cambio climático y la seguridad alimentaria. El acceso al agua y la seguridad alimentaria pueden servir como un indicador de cambios debidos a la adaptación al cambio climático. (UICN, 2012, p. 9).

Assim, o gênero passa a ser um importante indicador de medição e melhoria para esses programas, mas também está presente em outras enunciações que serão problematizadas ao

longo da tese. As informações e análises sobre gênero e desenvolvimento sustentável que emergem dessas enunciações dos programas estão distribuídas nos movimentos de análises constituídos pelos três artigos produzidos.

Nesse movimento, ao analisar os documentos internacionais e programas globais a partir da perspectiva foucaultiana, procuramos nos distanciar das universalidades. Neste sentido, tratamos os documentos sem a pretensão de buscar a verdade única e sua decifração, mas procuramos trabalhar no seu interior, recortar, organizar e estabelecer séries. Foucault aponta que

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. (FOUCAULT, 2008b, p. 8).

Assim, é no tecido documental dos programas da UICN e PNUD e dos documentos internacionais que iremos analisar as relações que se estabelecem para a integração do gênero no discurso do desenvolvimento sustentável no século XXI. Entretanto, não compreendemos este recorte como definitivo, “nem como válido de forma absoluta; trata-se de uma primeira aproximação que deve permitir o aparecimento de relações que correm o risco de suprimir os limites desse primeiro esboço”. (FOUCAULT, 2008b, p. 37).

A partir desta perspectiva, analisar o *corpus* empírico significa explorar ao máximo o que foi dito. E assim que condições sociais, políticas, econômicas e culturais possibilitaram o gênero no âmbito do discurso do desenvolvimento sustentável? Como podemos pensar essa discursividade ambiental e de gênero a partir dos dispositivos e estratégias bio/ecopolíticas? Que verdades são produzidas?

Segundo Veiga-Neto “Ao falar em problematizar os regimes de verdade, está-se falando em analisar o *dictum* como um monumento e não como um documento”. (2003, p. 125). Assim, a partir destas problematizações, pretendemos analisar o *corpus* empírico. No entanto, não buscamos realizar uma análise do discurso, enunciativa, arqueológica ou arqueogenealógica, mas, a partir do legado de Foucault, propomos operar com algumas de suas ferramentas que nos possibilita problematizar o que é dito.

Ao considerar uma leitura monumental como parte da análise dos programas, das declarações e agendas, é necessário o cuidado com as reduções e ingenuidades que são frequentemente relacionadas aos textos. De acordo com o autor:

A leitura monumental transita-se entre os dois pólos extremos, cuidando para não cair em nenhum deles. De um lado, tem-se de evitar a redução da leitura aos seus elementos puramente lógicos e formais, como procedem ou algumas correntes sensualistas, ou algumas análises de conteúdos. De outro tem-se de cuidar para não embarcar na ingenuidade de pensar que tudo já está ali no texto, independente daquele que lê, visível e apreensível diretamente por aquele que lê. (VEIGA-NETO, 2003, p. 127).

Nesse sentido, a partir dessa perspectiva, o material empírico é tratado para além da redução ou ingenuidade. Como uma multiplicidade de acontecimentos em meio às relações de poder, como pesquisadoras também estamos implicadas nesse processo, pois “o que importa não é apenas que as ferramentas pós-disciplinares forneçam estrategicamente, outras práticas de pensamento, de análise e de crítica [...]” a autora acrescenta “[...] num esforço ainda maior, que também por nossas práticas de investigação nos constituamos implicadas/os em diferenciados processos culturais de subjetivação e individuação [...]” pela coragem de se colocar e problematizar, indagar e questionar as verdades de nosso tempo. (CORAZZA, 2007, p. 124).

Assim, no primeiro artigo intitulado “**O gênero e o discurso do desenvolvimento sustentável: o encontro com algumas condições de emergência**” propomos olhar para algumas condições que possibilitaram o aparecimento do gênero no discurso do desenvolvimento sustentável de forma a integrar as ações de gênero dos programas globais. Procuramos mobilizar as ferramentas foucaultianas de emergência e proveniência, bem como o sentido da história abordada por Foucault a partir das inquietações de nosso presente. Para isto, trazemos autores e autoras que abordam as questões de gênero e meio ambiente, Mary Garcia Castro e Miriam Adramovay; e mulher, ambiente e desenvolvimento sustentável Rosi Braidotti, Ewa Charkiewicz, Sabine Hausler e Saskia Wieringa. Além disto, recorreremos à análise do que é dito nos documentos recentes que integram o gênero na agenda global.

No artigo intitulado “**Segurança e gênero nas estratégias bio/ecopolíticas: análise de programas globais**”, abordamos os atravessamentos do gênero e desenvolvimento sustentável nos programas da UICN e PNUD que corroboram com um desejo de regular as populações, especialmente as mulheres. A partir dos conceitos de bio/ecopolítica que integram a biopolítica de Michel Foucault e a ecopolítica de autores/as contemporâneos/as nos propomos a desconfiança de um projeto de governança ambiental ao focar em uma governamentalidade ambiental.

No terceiro, artigo intitulado “**O gênero é fundamental para o desenvolvimento sustentável: reflexões sobre a operação de dispositivos em programas globais e seus**

**efeitos para a Educação Ambiental**”, buscamos traçar algumas reflexões e articulações entre as ferramentas foucaultianas de dispositivo com o que é enunciado nos programas globais do PNUD e da UICN, a fim de entender as continuidades e descontinuidades presentes nos mesmos e como os dispositivos da Educação Ambiental, da sustentabilidade e de gênero se articulam no tecido documental. Para isto, destacamos alguns marcadores: *mujer*, *mujeres*, *género* que possibilitaram atentar para a leitura do texto e a pensar na articulação dos dispositivos.

Além disto, realizamos o movimento de pensar o campo da Educação Ambiental nesse processo, partindo do convite de Mauro Grun de construir juntos as verdades sobre a Educação Ambiental. Assim, os artigos ou movimentos de análise objetivam desestabilizar os assuntos e temas recorrentes na Educação Ambiental e visibilizar as novas formas de captura das subjetividades “verdes”, “ecológicas” e “sustentável” que as estratégias bio/ecopolíticas e os dispositivos em rede desenvolvem no tecido documental dos programas da UICN e do PNUD.

Nesta direção, apresentamos os movimentos de análises, a partir dos artigos produzidos neste estudo.

**OS MOVIMENTOS DE ANÁLISES NO TECIDO DOCUMENTAL**

**Artigo I**

**Gênero e o discurso do desenvolvimento sustentável: o encontro com algumas condições de emergência**

### 3 OS MOVIMENTOS DE ANÁLISES NO TECIDO DOCUMENTAL

#### 3.1 Gênero e o discurso do desenvolvimento sustentável: o encontro com algumas condições de emergência<sup>12</sup>

**Resumo:** O presente texto busca analisar algumas condições de emergência para a abordagem do gênero no discurso do desenvolvimento sustentável. Para isto, utilizamos as ferramentas de emergência, proveniência e história de Michel Foucault, em suas interlocuções com os estudos de gênero no âmbito da educação ambiental. Além disso, a partir da análise dos eventos ambientais e dos documentos Agenda 21, Plataforma de Ação de Pequim, Declaração do Milênio, Declaração de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável, Declaração final da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável e a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, foi possível observar a emergência do discurso do desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável que articulam as mulheres como grupo populacional vulnerável e sujeito dessas políticas. Com isso, provocamos a educação ambiental para a forma como as relações ambientais e de gênero são produzidas na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Gênero. Desenvolvimento Sustentável. Discurso. Emergência.

#### **Gender and the discourse of sustainable development: the encounter with some conditions of emergency**

**Abstract:** The present text seeks to analyze some emergency conditions for the approach of gender in the discourse of sustainable development. Therefore, we use the tools of emergence, provenance and history of Michel Foucault, in his interlocutions with the studies of gender in the scope of environmental education. In addition, from the analysis of the environmental events and of the documents 21 Agenda, Beijing Platform for Action, Millennium Declaration, Johannesburg Declaration on Sustainable Development, outcome document of the United Nations Conference on Sustainable Development and the 2030 Agenda for Sustainable Development, it was possible to observe the emergence of the discourse on development and on sustainable development that articulate women as vulnerable population group and as subject to these policies. As a result, we bring environmental education to the way environmental and gender relations are produced in the contemporary world.

**Keywords:** Gender. Sustainable Development. Discourse. Emergency.

#### **Situando nosso ponto de partida**

Na atualidade, vivenciamos uma explosão discursiva do conceito de gênero. Em diversas partes do mundo e em diferentes espaços sociais – família, movimentos sociais, escola, etc. – discute-se a sua relevância para os processos educacionais, políticos, ambientais, entre outros. Esse conceito como problematizador das masculinidades e feminilidades colocou

---

<sup>12</sup> Uma versão inicial deste texto foi apresentada no GT “Políticas públicas de gênero e agenciamento: da disciplina dos corpos à inclusão e às garantias de direitos.” do V Congresso Internacional em Estudos Culturais: Gênero, Direitos Humanos e Ativismos. Coimbra: Grácio Editor, 2016, v. 1. p. 315-322.

na ordem dos discursos a produção das relações sociais entre homens e mulheres. Assim, o gênero provocou a “ordem social” e continua a provocar a partir da regulação das relações na contemporaneidade.

Neste sentido, como se constituiu essa discursividade de gênero? E que condições foram estabelecidas para a sua articulação com o desenvolvimento sustentável? Inquietadas com essas questões, temos buscado investigar e analisar no âmbito da educação ambiental os eventos ambientais e documentos que representam alguns dos movimentos ocorridos na sociedade contemporânea: Agenda 21, Plataforma de Ação de Pequim, Declaração do Milênio, Declaração de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável, Declaração final da conferência das nações unidas sobre desenvolvimento sustentável e Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Seguindo as contribuições de Michel Foucault (2008b) sobre a emergência e a proveniência provocamos um olhar a partir dos rastros da histórica para pensar os eventos ambientais e a articulação do gênero ao discurso do desenvolvimento sustentável. Entendemos que a educação ambiental, com base nessa perspectiva, pode tencionar a discursividade contemporânea do gênero para além das universalidades. Isso quer dizer que outros olhares sobre a história, ao reconhecer os diferentes saberes e formas de contar os acontecimentos que diferem das universalidades e explicações unívocas da história tradicional, podem ser traçadas. Assim, buscamos, nos episódios da história, encontrar algumas das emergências do gênero no desenvolvimento sustentável.

Nesta perspectiva, passamos a olhar para uma história em que as mulheres não estão às margens de forma invisibilizada e silenciada. As autoras feministas Michele Perrot (1998), Ana Colling (2014), Joan Scott (1995) e Judith Butler (2003) nos provocam a pensar que a história ocupou-se por muito tempo, de explicações com viés masculino e eurocêntrico. Assim, considerar a importância de uma história das mulheres é encontrar outros olhares, acontecimentos, relações e construções sociais de forma menos binária e essencialista. É a partir dessa história e considerando seus abalos e desvios que problematizamos a emergência do gênero na atualidade, especialmente no discurso do desenvolvimento sustentável trazendo provocações a educação ambiental.

Assim, apresentamos algumas contribuições teórico-metodológicas para pensarmos na emergência do gênero na atualidade.

## **Contribuições teórico-metodológicas: gênero, mulheres e desenvolvimento sustentável nos engendramentos das ferramentas genealógicas**

Inspiradas nas contribuições do filósofo Michel Foucault, propomos um olhar sobre os eventos ambientais e o gênero nos últimos tempos que se aproxima das ferramentas de emergência e proveniência. Ao traçar essas relações, propomos suspeitar da naturalização dos mesmos e visibilizar os eventos dispersos que possibilitaram o gênero no desenvolvimento sustentável.

Sendo assim, abordamos um dos objetos próprio da genealogia traçada por Michel Foucault, a partir de Friedrich Nietzsche, a emergência histórica. Para o autor, a emergência é um lugar de afrontamento, produzida sempre em determinado estado de forças. Entretanto, ela não pertence a um espaço ou a alguém, pois está em um “não-lugar”. “Ninguém é, portanto, responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício”. (FOUCAULT, 1979, p. 24).

Neste sentido, governos, sociedade civil, movimentos sociais, agências internacionais e organizações não governamentais não são os responsáveis pela emergência do gênero no desenvolvimento sustentável, pois ele se produz em suas rachaduras e fissuras. Foucault irá questionar: “Por que Nietzsche genealogista recusa, pelo menos em certas ocasiões, a pesquisa da origem?”. (1979, p. 17). Dentre as problematizações destacadas por Foucault está que a pesquisa, nesse sentido, esforça-se para extrair a essência exata. O que é desconsiderado pelo genealogista que escuta a história, justamente porque não há nada atrás, oculto, que deve ser desvelado, desmascarado para achar “aquilo mesmo”.

Por este viés, procuramo-nos afastar da pesquisa que busca a essência ou a origem de um objeto na história, pois de acordo com o autor ela aponta para um estado de perfeição inicial das coisas e é apontada como o lugar da verdade. Não temos a pretensão de procurar uma verdade universal sobre o gênero no desenvolvimento sustentável; na perspectiva de Foucault, tratamos a verdade como uma produção ou invenção de nosso tempo e, como Foucault, nosso interesse desdobra-se em “ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos”. (FOUCAULT, 1979, p. 7).

Ver e problematizar os efeitos de verdades nos discursos significa entender: Como eles aparecem em um dado momento histórico? O que aconteceu na sociedade para se estabelecer um discurso de desenvolvimento sustentável? E ainda: O que fez o gênero se tornar uma verdade a ser defendida dentro desse discurso? Os recentes documentos que serão analisados



(Agenda 21, Plataforma de Ação de Pequim, Declaração do Milênio, Declaração de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável, Declaração final da conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável e agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável) são materialidades do discurso do desenvolvimento sustentável contemporâneo que ganhou visibilidade e importância a partir da publicação do relatório Brundland<sup>13</sup> ou “Nosso futuro comum”, apresentado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas.

Analisar essas materialidades significa considerar que o discurso do desenvolvimento sustentável está para além de uma palavra produzida pelos organismos internacionais. Para Foucault (2008b), os discursos produzem subjetividades, relações, instituições, entre outras questões naturalizadas em nossa sociedade. Nosso objetivo é visibilizar esses processos de construção presentes em alguns acontecimentos da história.

Neste sentido, consideramos o discurso do desenvolvimento sustentável construído historicamente em meio às diferentes relações de poder. Segundo o relatório Brundland, “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. (COMISSÃO, 1991, p. 46). Como elementos-chave aponta a necessidade direcionada para os “pobres do mundo” e a noção de limitações que as tecnologias e organizações sociais colocam para o meio ambiente. Além disso, a crise do meio ambiente e do desenvolvimento dos anos de 1980 é destacada, abordando no relatório as preocupações para “o modo como a deterioração ambiental pode impedir ou reverter o desenvolvimento econômico”. (Ibid., p. 38). Assim, esses elementos e tensões presentes no relatório apresentam uma outra maneira de ver o meio ambiente, o desenvolvimento e determinadas populações fruto de uma construção histórica.

Recorrentemente é destacado o período da II Guerra Mundial como um acontecimento que transformou as relações com o meio ambiente e provocou preocupações com o planeta a nível global. Entretanto outros fatores, fenômenos e deslocamentos aconteceram ao longo dos séculos que merecem atenção pelos efeitos que provocaram no que chamaríamos mais tarde de gênero e desenvolvimento sustentável. Como sugere Foucault (1979), é preciso olhar para os eventos em suas intensidades e desvios.

Assim, trazemos outro objeto próprio da genealogia de Foucault que denomina de proveniência. Ela permite “reencontrar sob aspecto único de um caráter ou de um conceito a

---

<sup>13</sup> O relatório recebe o nome da primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que presidia a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

proliferação dos acontecimentos através dos quais (graças aos quais, contra os quais) eles se formaram”. (FOUCAULT, 1979, p. 20-21). Neste viés, a proveniência aponta para os diversos acontecimentos que formam um objeto. Para Foucault, a proveniência não se funda, “ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo”. (Ibid., 1979, p. 21).

A proveniência, para o autor, mostra o jogo das forças para a emergência, a maneira como lutam, o combate frente a diversas circunstâncias. Nesse jogo de forças é que consideramos as relações de poder. Para Foucault, “o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado”. (FOUCAULT, 1979, p. 248). Nesta direção, podemos entender que poder e saber estabelecem uma relação:

Não há que se contentar em dizer que o poder tem necessidade de tal ou tal descoberta, de tal ou tal forma de saber, mas sim que exercer o poder cria objetos de saber, os faz emergir, acumula informações, as utiliza. Não se pode compreender nada do saber econômico se não se sabe como se exercia, em sua cotidianidade, o poder, e o poder econômico. O exercício do poder cria perpetuamente o saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder. (FOUCAULT, 2006, p. 172).

Neste viés, destacamos outro aspecto da proveniência que articula saber e poder, ou seja, a sua relação com o corpo e tudo o que é atribuído a ele. Para Foucault,

sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito. (FOUCAULT, 1979, p. 22).

Nesta direção, o corpo é apontado pelo autor como uma superfície dos acontecimentos marcado pela história. Por este viés, nos reportamos para o trabalho da historiadora Michelle Perrot (1998) que nos contribui a pensar em uma história das mulheres e a visibilizar a forma como seus corpos foram marcados e disciplinados pelos discursos ao longo da história.

A produção de uma história das mulheres ainda é muito recente, pois por muito tempo foram invisibilizadas e silenciadas; narradas a partir da visão masculina e por ela posicionadas. Nas palavras da historiadora Ana Colling,

A História sempre foi uma profissão de homens que escreveram a história dos homens, apresentada como universal, na qual o “nós” é masculino e a história das mulheres desenvolve-se à sua margem. Estes homens descreveram as mulheres, foram seus porta-vozes, e com este procedimento as enclausuraram, tornando-as invisíveis. (2014, p. 12).

Neste sentido, a história desenvolveu-se de forma androcêntrica e hierarquizada, na qual os saberes das mulheres foram sujeitados. Foucault aponta para duas formas de entendermos os saberes sujeitados: A primeira entende como saberes sujeitados como “blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica pôde fazer reaparecer pelos meios, é claro, da erudição”. (1979, p. 11). Em segundo, “toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores [...]”. (Ibid., p. 12). Nesta perspectiva o autor aponta as potencialidades da genealogia e de suas ferramentas emergência e proveniência. Ela procura fazer aparecer esses saberes sepultados e desqualificados, que denomina de saber histórico das lutas. Para o autor, a genealogia é “a tática que faz intervir, a partir dessas discursividade locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem”. (1979, p. 16).

Com isso, não pretendemos contar a história das mulheres, mas a partir de suas problematizações visibilizar seus deslocamentos. Joan Scott (1995) irá mostrar que a História foi responsável pelas diferenças entre os sexos e nos propõe a colocar as discussões das relações de gênero como um elemento de poder na História Geral. Assim, o gênero como categoria atribuída às relações sociais entre homens e mulheres que problematiza as desigualdades, discriminações e violências, principalmente dirigidas às mulheres, torna-se parte dos discursos na contemporaneidade. A autora impulsionou as discussões sobre os estudos de gênero ao destacar que falar sobre as relações das mulheres é falar sobre as relações dos homens, pois um implica no outro. Neste sentido, ao falar em gênero e não em sexo, questionamos a produção que essencializa as identidades e relações dos sujeitos ao biológico. Entretanto, ao longo da história notamos a afirmação desse biológico como uma estratégia de poder sobre os corpos, as identidades e relações, especialmente das mulheres.

Nessa direção, Michelle Perrot (1998) aponta certas práticas direcionadas às mulheres no século XVIII e XIX, que podemos pensar na operação dos mecanismos de poder disciplinares e regulatórios de Michel Foucault<sup>14</sup>. A autora destaca que as cidades foram estabelecidas como um domínio masculino e, neste sentido, as mulheres burguesas eram confinadas ao lar que servia para regulá-las. Desde a Grécia antiga, o público foi atribuído ao masculino; por isso, a autora destaca o caráter problemático do mesmo com relação às

---

<sup>14</sup> Foucault (1999) em sua obra “Em defesa da sociedade”, aponta para a formação de um poder nos séculos XVII e XVIII, destinado aos indivíduos a partir de algumas técnicas centradas em seus corpos. Em vigiar e punir, o autor aborda o disciplinamento dos corpos para a produção da sociedade. No final do século XVIII, Foucault identifica uma outra tecnologia de poder que não é mais disciplinar, mas não exclui a disciplina, identificado como biopoder que produz mecanismos regulatórios e técnicas biopolíticas para fazer viver a população.

mulheres. As que ousavam ultrapassar o domínio privado no envolvimento com as questões públicas como, por exemplo, algumas rainhas e princesas, eram identificadas como megeras. Para a autora, este século moldou a nossa modernidade e seu pensamento atravessou os tempos das diferenças entre os “sexos”.

Neste sentido, assim como Foucault a autora destaca a importância da cidade. Perrot colocou em cena as figuras femininas e a regulação das diferenças entre homens e mulheres. É interessante o quanto podemos articular com a discursividade do sexo apontada por Foucault (1988), em *História da Sexualidade I* pois, ao passo que houve uma explosão discursiva sobre o sexo no século XVIII, houve regulações e disciplinamentos nos modos de ser homem e mulher, ou seja, podemos apontar o dispositivo da sexualidade como uma condição de visibilidade para as relações e ações masculinas e femininas nos séculos seguintes. Segundo Foucault,

Durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. “*Vocês são apenas o seu sexo*”, dizia-se a elas há século. E este sexo, acrescentaram os médicos, é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doença. “*Vocês são a doença do homem*”. E este movimento muito antigo se acelerou no século XVIII, chegando à patologização da mulher: o corpo da mulher torna-se objeto médico por excelência. (FOUCAULT, 1979, p. 234, grifos do autor).

Assim, diferentes discursos impulsionaram essa produção “vocês são apenas o seu sexo”, o discurso médico e, posteriormente, a psicanálise, com Sigmund Freud. Outra questão, que podemos destacar nessa produção de relações neste século, refere-se aos marcadores de classe nessa produção discursiva, pois as mulheres de camadas populares, por exemplo, não ficavam enclausuradas como as burguesas. Elas perceberam na cidade a possibilidade de trabalho como as lavadeiras e as costureiras. Para as burguesas, a literatura foi seu primeiro acesso ao que acontecia fora das vigiadas casas de família.

Para Michele Perrot (1998), “no século XIX, as mulheres se mexem, viajam. Migram quase tanto quanto os homens, atraídas pelo mercado de trabalho das cidades, onde acham emprego principalmente como empregadas domésticas”. (p. 37). Neste sentido, como um segundo espaço sexuado que passam a frequentar, depois do privado da casa, as mulheres pouco a pouco diluem as fronteiras entre os “sexos”. Podemos notar que se estabelecem condições para as mulheres questionarem e aclamarem seus direitos. Assim, destacamos a diluição do espaço público a partir da construção das cidades como uma das condições para se fazer ver e falar de mulheres.

Neste viés, podemos identificar a operação dos mecanismos disciplinares de Foucault para esses corpos que, assim como o das crianças, mereciam controle. O recorte dos espaços por sexo, as práticas alimentares diferenciadas e os gestos posicionavam as mulheres “decentes” na cidade. Para a autora,

[...] a coersão pesava com mais força sobre as mulheres “da sociedade”, em razão de sua função de representação, do que sobre as mulheres do povo, infinitamente mais livres em seus movimentos, pelo menos enquanto não educadas. A escola e a moda certamente desempenharam, sob este aspecto, certo papel. (PERROT, 1998, p. 41).

Assim, a proibição do uso de calças compridas na França por um decreto imperial, e o uso de chapéus e véus, pela proibição da cabeça descoberta, são exemplos destacados pela autora, que relacionamos ao disciplinamento dos corpos das mulheres. Neste sentido, a autora destaca que as diferenças sexuais não se estabeleceram apenas pelos espaços, mas, por uma questão de vida, sangue e reprodução.

“O mundo muda, e modificam-se as fronteiras, também entre os sexos”. (PERROT, 1998, p. 86). Por este viés, as mulheres passam a integrar espaços e funções que antes eram proibidas como trabalho assalariado. Perrot destaca que podemos falar em uma “feminilização do mundo” o processo de acesso das mulheres ao domínio público e, encontramos nesse fenômeno, a possibilidade para pensar nas ações e relações das mulheres em diferentes espaços. Para a autora, com o acontecimento da guerra, esse processo se intensifica:

Em tempo de guerra, os homens estão na frente de batalha, as mulheres na retaguarda. Fazem tarefas masculinas e, com isso, invadem espaços que antes não ocupavam. Durante a Grande Guerra, elas dirigem bondes ou táxis, entram nas usinas metalúrgicas onde, principalmente na Inglaterra, elas pouco trabalhavam; moldam obuses, ajustam peças, manejam o maçarico, às vezes com alegria. (PERROT, 1998, p. 93).

Assim, o acontecimento da guerra impulsionou uma reviravolta no âmbito doméstico e a resistência de quem “precisava” das donas do lar. Entretanto, elas não deixaram de ocupar espaços e trabalho. A autora destaca as condições demográficas e podemos notar a forma como um outro poder para além do que confinava e disciplinava os corpos das mulheres começa a emergir a partir do controle de natalidade e mortalidade, ou seja, o biopoder apontado por Foucault. Segundo o autor, “a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos conjunto que

são próprios da vida, que são processos como nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.”. (FOUCAULT, 1999, p. 289). Esses problemas, dirigidos à nova massa global que é a população, se instauram e modificam os espaços e relações. Nesta direção, as mulheres passam a ser vistas como um grupo populacional com especificidades.

Assim, o período da Primeira Guerra Mundial foi o grande movimento em que as mulheres, em diferentes partes do mundo, ocuparam diferentes postos e trabalhos destinados aos homens. Entretanto, após esse período, elas tiveram que retornar para seus lares. Com a II Guerra Mundial, vemos novamente um movimento de inserção das mulheres (muitas com experiências devido à primeira guerra) nos mais diversos ofícios da sociedade e, no seu término, novamente o retorno ao lar, mas agora, com maiores resistências e problematizações. As justificativas biológicas já não as convenciam de seu papel na sociedade. Simone de Beauvoir impulsionou as discussões sobre o papel das mulheres nas sociedades e a crítica a um destino biológico, psicológico, entre outros, atribuído às mulheres. Neste sentido, em 1949 publica seu livro “O segundo sexo” em um período que se clama “sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres”. (BEAUVOIR, 1967, p. 7). É uma das importantes autoras feministas que destacou a construção da feminilidade, ou seja, não nascemos mulheres, mas construímos o ser mulher. Sua escrita e militância política impulsionou o movimento de mulheres de forma mais organizada causando a “ordem dos sexos” ao visibilizar as mulheres que não queriam casar, ter filhos e cuidar do lar.

Ao destacar esses episódios da história procuramos visibilizar um processo de luta e resistência assumido pelas mulheres e, mais tarde, por homens que compartilhavam da igualdade entre os sexos. Isto possibilita-nos olhar para o gênero, desconsiderando uma naturalidade, pois “nada existe em história, já que, aí, tudo depende de tudo, como veremos, o que quer dizer que as coisas só existem materialmente: existência sem rosto, ainda não objetivada”. (VEYNE, 2008, p. 267).

Neste viés, o pós Segunda Guerra Mundial contribuiu para as manifestações da segunda onda<sup>15</sup> dos movimentos feministas que diferem das preocupações da primeira onda sobre os direitos políticos marcados pelo sufrágio. Nesses movimentos dos anos de 1960, as mulheres, como um grupo organizado, passam a ampliar o seu papel na sociedade e as relações que estabelecem com os homens, as outras mulheres, os espaços de poder e decisão,

---

<sup>15</sup> O movimento é identificado pelas autoras Meyer (2003) e Louro (2011) a partir de duas ondas. A primeira, o direito ao voto e a segunda, quando as mulheres passam a se inserir nas escolas e universidade, constituindo o conceito de gênero como relações com base no sexo. Apesar de enunciarmos duas ondas do movimento feminista, atualmente pesquisadores e pesquisadoras apontam para uma terceira e quarta onda feminista. Marlise Matos (2010) destaca a terceira como marca a década de 1990 e a quarta onda relacionada aos feminismos nas experiências dos países latino-americanos.

o meio ambiente, entre outros. Assim, é produzido o conceito de gênero pelas feministas norte-americanas, sendo ampliado na contemporaneidade para além de explicar as relações baseadas em um sexo biológico.

Entendemos o gênero como um construto social e linguístico de um conjunto de elementos. Neste sentido, não somos naturalmente de um gênero ou de outro, como já apontava Simone de Beauvoir, mas nos tornamos. De acordo com Judith Butler (2003) o tornar é uma repetição de atos em meio às práticas regulativas que governam as noções culturalmente inteligíveis. Assim, ao olhar para a história, compreendemos o gênero como uma “parte oculta do *iceberg*”. Segundo Paul Veyne,

para dizer que ela só se apresenta à nossa visão espontânea sob amplos drapeados e que é grandemente preconceptual; pois a parte escondida do *iceberg* não é uma instância diferente da parte imersa: é de gelo, como esta, também não é o motor que faz movimentar-se o *iceberg*; está abaixo da linha de visibilidade, e isso é tudo. (VEYNE, 2008, p. 251).

É com a finalidade de identificar as linhas de visibilidades do gênero no desenvolvimento sustentável que destacamos algumas condições presentes na sociedade para a emergência do gênero atribuído às relações de poder entre homens e mulheres. Neste sentido, passamos a pensar como este conceito integra o desenvolvimento sustentável?

Sendo assim, apresentamos alguns eventos que possibilitaram a articulação do gênero no recente discurso do desenvolvimento sustentável.

### **Dos eventos ambientais a uma discursividade em ação: o gênero no discurso do desenvolvimento sustentável e suas provocações à educação ambiental**

A educação ambiental (EA), na atualidade, tem se preocupado com inúmeras problemáticas ambientais na sua articulação com os contextos sociais, políticos, econômicos, culturais, entre outros. Distanciando-se da visão de resoluções imediatistas sobre os problemas ambientais, a EA tem contribuído para uma olhar crítico e problematizador das coisas que nos acontecem. Nesse sentido, torna-se primordial uma mudança de lentes quando revisitamos os eventos ambientais que possibilitaram tanto a produção da educação ambiental quanto uma discursividade que tem articulado o gênero ao desenvolvimento sustentável.

Com a emergência da questão ambiental e de outros movimentos sociais na década de 1960, é colocado em xeque o discurso do desenvolvimento. Segundo Sérgio Tavolaro (2001), uma nova onda do ambientalismo emerge a partir dos anos de 1950 e 1960, pois seria a

primeira geração a sofrer com as influências das consequências das guerras como indústrias, chuvas ácidas, escassez de recursos, força nuclear, entre outras. Com isso, outras preocupações integram o ambientalismo, constituindo-o como um movimento multifacetado abordando as questões dos animais, plantas, populações, espécies, ecossistemas, entre outros.

Assim, devido aos processos de industrialização e às preocupações globais com a população, Lazzarato destaca:

No final do século XIX, já se encontravam em gestação novas técnicas de poder, que não tinham mais nenhuma semelhança com as disciplinas ou com o biopoder. E como podemos definir a singularidade dessas relações, que Deleuze chama de relações de controle? (2006, p. 75).

Neste sentido, a partir de Gilles Deleuze (1992), o autor aponta para a construção de outras relações presentes em uma sociedade emergente após a segunda Guerra Mundial. Uma sociedade que precisava lidar com a proliferação de movimentos políticos, a diluição das fronteiras pela globalização e os tratados globais ambientais, o crescimento econômico, novas tecnologias, novos tempos e espaços. Uma sociedade de controle que necessitava estabelecer outros mecanismos de poder diferentes dos mecanismos disciplinares e de biopoder apontados por Foucault na sociedade disciplinar.

É nessa sociedade que as disputas presentes nas noções de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável são produzidas. Assim, as preocupações com o futuro e o equilíbrio presente no relatório do Clube de Roma, em 1968, e no livro “Primavera silenciosa” de Rachel Carson, em 1962, demonstram que vigora nesse período uma visão de denúncia das consequências do crescimento econômico e reconstrução pós-guerra que produz a busca por soluções para os problemas sociais e ambientais. Em meio à degradação e a opressão visibilizada pelos movimentos sociais de mulheres, feministas, *hippies*, estudantes, é produzida uma disputa entre desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente, o que possibilitou a produção de novas técnicas para a população como a organização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo/Suécia. Nessa conferência foi produzida a Declaração sobre Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo e a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A partir de programas, comissões, tratados, relatórios e conferências entre os países, a ONU produziu a agenda ambiental global. Essas preocupações desencadearam a produção de uma educação ambiental que ganhou destaque com a criação do Programa Internacional de



Educação Ambiental (PIEA) pelo Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA) em parceria com a UNESCO.

Os debates continuam nas conferências seguintes das Nações Unidas e, em Belgrado (1975), é produzido um programa de educação ambiental. Nesta estratégia para resolver os problemas ambientais, a educação passa a integrar a agenda ambiental, e o conceito de desenvolvimento, criticado por ambientalistas e sociedade civil, passa a ser questionado. De acordo com a carta de Belgrado à Declaração das Nações Unidas para uma Nova Ordem Econômica Internacional, adotada em 1974, instituiu-se um novo conceito de desenvolvimento que considera os desejos e necessidades de todos habitantes da terra. Este novo conceito de desenvolvimento passa a integrar as questões sociais como a pobreza, a fome, o analfabetismo, a contaminação, entre outras. Temos como primeira tentativa o conceito de ecodesenvolvimento e, em 1987, o desenvolvimento sustentável é implementado.

Nesse contexto, diante das condições sociais, políticas, econômicas e ambientais ainda não estabelecidas em alguns países que tanto o discurso de desenvolvimento como o do desenvolvimento sustentável produziram noções de “menos desenvolvimentos” e “Terceiro mundo”, instituindo graus de vulnerabilidade na população. As mulheres, as crianças, jovens, indígenas, etc., foram posicionados como grupos populacionais vulneráveis.

A educação ambiental procura tensionar o discurso do desenvolvimento assim como outros setores da sociedade civil e organizações não governamentais. Como aponta Meira e Sato (2005), a própria nomenclatura do desenvolvimento é contraditória. Entretanto, diante de seus efeitos, principalmente para as relações ambientais e sociais entre homens e mulheres, necessita ser problematizada para além do viés econômico que a mesma carrega. O discurso do desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável instituem formas de olharmos para as relações das mulheres com o meio ambiente, ensinando como essas relações devem ser desenvolvidas. Assim, a EA, atravessada por esses discursos desde a sua produção, necessita tensioná-los para não invisibilizar seu caráter crítico e político.

As mulheres começam a fazer parte de políticas específicas para o desenvolvimento. A abordagem de desenvolvimento que integrava as Mulheres (WID), cunhada por uma ONG estadunidense, a Society for International Development, apontava para “programas de planejamento familiar e controle da população, cuidados com a saúde da mãe e dos filhos, nutrição, economia doméstica, etc.”. (BRAIDOTTI; CHARKIEWICZ; HAUSLER; WIERINGA, 1994, p. 119). Essa prática pode ser identificada quando alguns programas possibilitam atividades de costura, artesanato como projetos de desenvolvimento. Apesar disso, essa abordagem visibilizou o papel das mulheres e estudos e programas passaram a

considerar a influência das mulheres no desenvolvimento. A partir disso, as mulheres foram novamente visibilizadas como “defensoras da nação”, como o ocorrido nos períodos da guerra, entretanto, com uma nova atualização: a sua relação com o meio ambiente e gestora da vida. Isso interpelou uma série de práticas nos anos 1970 e 1980, como a primeira conferência das Nações Unidas sobre a Mulher e o Desenvolvimento, em 1975; e a declaração dos anos de 1976 a 1985 como o decênio da mulher. Nesse contexto, “as mulheres vieram a ser vistas como uma fonte valiosa a ser aproveitada para o desenvolvimento econômico”. (BRAIDOTTI; CHARKIEWICZ; HAUSLER; WIERINGA, 1994, p. 122).

Esses debates, no final dos anos de 1980, nos países do Sul no Ocidente sofreram deslocamentos a partir da transição da noção de Mulheres em Desenvolvimento (WID) para Gênero e Desenvolvimento (GAD), pois esse último oportunizaria não somente integrar as mulheres às discussões de meio ambiente, mas transformar as relações desiguais e incluí-las nos espaços de poder e decisão. Aqui, podemos notar que os movimentos de reivindicação de direitos proliferaram no mundo ao mesmo tempo e temos o encontro com as discussões da segunda onda do movimento feminista com o movimento ambientalista. Segundo Braidotti; Charkiewicz; Hausler; Wieringa (1994, p. 124), “A GAD, um elemento importante para trazer a equidade para as mulheres, constitui produto de pensamento progressivo e recente sobre as mulheres e o seu papel no processo do desenvolvimento”. Entretanto, assim como a WID na GAD, as preocupações feministas enfraquecem e as mulheres são apenas adicionadas às agendas políticas e ambientais. Assim, questionamos: O que produz esse enfraquecimento?

Os debates sobre as mulheres, o ambiente e o desenvolvimento sustentável (WED) começaram a partir de disciplinas sobre o ambiente, como florestação e agricultura no desenvolvimento e passaram a integrar os programas da ONU para a participação das mulheres na gestão ambiental, ou seja, houve uma institucionalização dos saberes e relações das mulheres com as questões ambientais. Em 1982 as ações direcionadas às mulheres e ao meio ambiente tornam-se visíveis na agenda global, como exemplo, as do Instituto Internacional das Nações Unidas de Investigação e Formação para o Progresso da Mulher (INSTRAW) a fim de promover o envolvimento das mulheres nas soluções dos problemas ambientais.

Mas, o que provocou a visibilidade das mulheres na agenda ambiental? Como mencionado, ninguém é responsável por uma emergência, mas diversas condições são produzidas nas sociedades para algo acontecer e aparecer. Assim, podemos considerar a operação dos mecanismos de poder na gestão da população, na qual as mulheres ocupam

grande destaque. Vejamos o que é abordado no relatório Brundland, que disseminou a noção de desenvolvimento sustentável:

O rápido crescimento populacional, cujo impacto sobre o meio ambiente e o desenvolvimento foi tão profundo em algumas regiões, derivou em parte de fatores como o status das mulheres na sociedade e outros valores culturais [...]. Pode-se argumentar que a distribuição de poder e influência na sociedade está no âmago da maioria dos desafios do meio ambiente e do desenvolvimento. Por isso novas abordagens têm de incluir programas de desenvolvimento social, principalmente para melhorar a posição das mulheres na sociedade, proteger os grupos vulneráveis e promover a participação local no processo decisório. (COMISSÃO, 1991, p. 41-42).

Nessa direção, apesar de o documento não abordar o termo gênero, ele traz algumas noções que integram o conceito como a distribuição de poder, a posição das mulheres na sociedade, a participação delas nos espaços de decisão, entre outras questões. No entanto, no documento “é apresentado o papel das mulheres no tema de população e seguranças, mas ele não apresenta conclusões sobre a relação gênero-meio ambiente”. (HERNÁNDEZ, 2010, p. 18).

Após a publicação do Relatório Brundtland, gradualmente as discussões sobre as “mulheres, o meio ambiente e o desenvolvimento” deslocaram-se para “mulheres, o meio ambiente e desenvolvimento sustentável”. O que provocou esse deslocamento? Para a autora

As imagens das mulheres pobres no Sul como vítimas transformaram-se em imagens de força e engenho. No debate mais amplo sobre o desenvolvimento sustentável, as mulheres foram cada vez mais promovidas a gestoras ambientais privilegiadas e representadas como tendo capacidades e conhecimentos específicos no cuidado ambiental. (BRAIDOTTI; CHARKIEWICZ; HAUSLER; WIERINGA, 1994, p. 132).

Neste sentido, a autora aponta que as agências de desenvolvimento dirigiram-se mais especificamente às mulheres do Sul<sup>16</sup>, no ocidente, para a construção de projetos que promovessem a sua formação enviando mulheres “peritas” do Norte que seguiram as discussões do tema “as mulheres e o meio ambiente” presente nos movimentos de mulheres, por volta de 1970, a partir da corrente do ecofeminismo.

De acordo com a autora Rosi Braidotti, em 1991, um grupo de mulheres denominado “As Mulheres, o Meio-Ambiente, e o Desenvolvimento sustentável: para uma estrutura teórica” se reuniu na Holanda para apresentar suas perspectivas, as quais configuraram o

<sup>16</sup> Nas discussões teóricas produzidas pelas autoras, as expressões mulheres do Sul e mulheres do Norte fazem referência aos países do Norte e do Sul; desenvolvimentos e “Terceiro Mundo”. Trazem essas diferenças para demarcar as especificidades teóricas e os movimentos políticos que diferem nesses contextos.

primeiro relatório integrado com outras percepções e perspectivas na publicação do INSTRAW “Mulher, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: para uma síntese teórica” (BRAIDOTTI; CHARKIEWICZ; HAUSLER; WIERINGA, 1994, p. 10), juntamente com membros da Organização Mundial das Mulheres.

Essas preocupações, partilhadas com as mulheres de todo o mundo, constituem na criação da rede internacional da Organização das Mulheres para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente (WEDO) e, no mesmo ano de 1991, o Congresso Mundial das Mulheres para um planeta saudável. Em 1992, realiza-se o Convênio da Diversidade Biológica e a Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, bem como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92. Essa conferência produziu uma agenda para o século XXI, conhecida como Agenda 21 e o ponto de emergência e expansão para o conceito de gênero no desenvolvimento sustentável.

### **Mas, afinal, o que os documentos apontam? Provocações contemporâneas**

Na perspectiva histórica apontada por Foucault, os documentos são analisados como monumentos. Isso significa que não pretendemos tomá-los como resultados de grandes acontecimentos, tampouco procurar saber o que realmente se pretendia fazer, mas pensar na sua produção discursiva. Assim, não procuramos recriar o passado a partir desses documentos, porque nos é um passado recente e, além disso, a história mudou a forma de tratar os documentos. Segundo Foucault,

[...] a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. (FOUCAULT, 2008b, p. 7).

Neste sentido, passamos a olhar e analisar o tecido documental que visibiliza toda uma produção discursiva no século XX para o discurso do desenvolvimento sustentável e sua articulação com o gênero. Nas problematizações, a seguir, é possível acompanhar os movimentos de integração do gênero nesses documentos<sup>17</sup> produzidos a partir de debates e embates das conferências e cúpulas das Nações Unidas.

---

<sup>17</sup> Os documentos foram produzidos a partir do mapeamento dos principais documentos internacionais que se referem às temáticas de mulheres, gênero e desenvolvimento sustentável. Assim, o site da ONU Mulheres, no

Atualmente as mulheres fazem parte de uma das linhas da Agenda 21 para a equidade de gênero produzida na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92; Rio-92), no Rio de Janeiro/Brasil. Segundo Hernández (2010, p. 19), “Nesta agenda descrevem-se as prioridades de ação para alcançar um Desenvolvimento Sustentável para o próximo século. Esta ideia foi plasmada no princípio 20 da Declaração do Rio 92”. A Agenda 21 foi primordial para estabelecer ações específicas para as mulheres. De acordo Rosi Braidotti e autoras,

Juntou mulheres do Norte e do Sul, cerca de 1500 mulheres de 83 países, desde activistas a tempo inteiro, agrónomas, intelectuais e economistas, até enfermeiras, parlamentares, técnicas e zoólogas. Eram originárias de grupos de mulheres populares (muitas frequentando a sua primeira conferencia internacional), de grupos religiosos e de mulheres ambientalistas e de desenvolvimento, de universidades, de agências da ONU, de fundações e meios de comunicação social. (BRAIDOTTI; CHARKIEWICZ; HAUSLER; WIERINGA, 1994, p. 14).

Para as autoras, essa agenda deveria servir como guia de ação da dimensão das mulheres nas decisões sobre meio ambiente em todos os níveis internacional, nacional e local. A Agenda 21 é constituída de 40 capítulos que trazem um conjunto de resoluções para os países com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável para o século XXI. Segundo o documento, a agenda é ao mesmo tempo mapa e roteiro para uma sociedade sustentável e o início de uma nova associação mundial.

Nossa intenção é analisar, especialmente, como o gênero se articula no capítulo construído para e pelas mulheres. Juntamente com a conferência da ONU, foi estabelecido o Fórum Global denominado de Planeta Fêmea, organizado para pensar o que foi feito até o momento sobre as políticas para as mulheres. Ao trazer memórias do planeta fêmea, a autora destaca:

O século XX chega ao fim, confrontando-nos a uma constatação perturbadora: o pensamento tem sido até hoje uma atividade dos homens. A versão do mundo que a ciência nos propôs como origem, percurso e destino de todos nós foi, na verdade, a de um sexo, de apenas um dos sexos, que, até agora, pensou o mundo e a cultura em nome dos homens e das mulheres. Esta mutilação é ponto cego da civilização. Excluídas as mulheres, o pensamento se transformou no produto de uma humanidade lobotomizada. (OLIVEIRA, 1992, p. 134).

Travessias em territórios masculinos são o que a autora destaca para falar nos lugares e espaços que as mulheres ao longo dos tempos passaram a ocupar. Para a autora, a voz feminina, para além de ser ouvida, passou a reivindicar um outro projeto civilizatório. Neste sentido, reunidas mulheres de todos os cantos do mundo produziram a “agenda 21 das mulheres” que integra a Agenda 21 global. Diante desse contexto é que algumas autoras como Moema Viezzer, Carmem Lúcia Rodrigues e Tereza Moreira (1996) têm problematizado no âmbito da educação ambiental a universalidade que as mulheres foram submetidas pela ciência e pelas questões ambientais com base na linguagem. Propagar as relações da humanidade com o meio ambiente e a natureza como relação homem-natureza produz uma invisibilidade das mulheres como sujeitos ativos em suas comunidades e sociedade.

Ao seguir as palavras – gênero e mulheres - neste movimento de análise, passamos a identificar certa posição do gênero nessa política sustentável. Antes mesmo do Capítulo 24, “Ação mundial pela mulher, com vistas a um desenvolvimento sustentável e equitativo”, nos objetivos e atividades da Agenda, encontra-se referência de orientações para os países sobre a condição das mulheres como um grupo especialmente desfavorecido ou grupo populacional vulnerável; por isso, a especial atenção às mulheres em todas as ações: gerenciamento de terras, saúde, educação, manejo dos recursos hídricos, treinamentos, saneamento ambiental, aumentar a proporção de mulheres em postos de decisão, entre outras.

No Capítulo 24 encontramos menção ao gênero com o objetivo de avaliar e implementar nos currículos e materiais educacionais a promoção de homens e mulheres para as questões de gênero, avaliando o papel das mulheres no ensino formal. Como podemos identificar no item 24.2:

Avaliar, examinar, revisar e implementar, quando apropriado, currículos e materiais educacionais, tendo em vista promover entre homens e mulheres a difusão dos conhecimentos pertinentes à questão do gênero e da avaliação dos papéis da mulher por meio do ensino formal e informal, bem como por meio de instituições de treinamento, em colaboração com organizações não-governamentais. (CONFERÊNCIA, 1995, p. 354).

Nesse sentido, para além da inclusão das mulheres nas políticas a discursividade que tem impulsionado o gênero na agenda destaca a produção de conhecimentos de gênero no ensino formal para a promoção da igualdade. Cabe-nos questionar: De que forma estes conhecimentos são potentes para a educação ambiental? Problematizando a relação da educação ambiental e das relações de gênero algumas autoras destacam a linguagem sexista. De acordo com Cristine Storey (1998) não é apenas uma questão gramatical, mas uma

produção que posiciona os homens como referência invisibilizando as mulheres. Além disso, essa binaridade masculino/feminino que posiciona o masculino de forma privilegiada nas representações e ações de resolução de problemas ambientais nos materiais didáticos e paradidáticos também é questionada nos estudos de Elisângela Madruga e Camila Magalhães (2016). Assim, tanto no ensino formal como no informal se faz necessário o questionamento dos conhecimentos que ensinam e produzem os sujeitos na contemporaneidade.

Além disso, é destacado na implementação dos órgãos das Nações Unidas, governos e organizações não governamentais considerações sobre as diferenças de gênero nas políticas e programas “Análise das relações estruturais entre relações de gênero, meio ambiente e desenvolvimento”. Nos dados populacionais é destacado que precisam discriminar sexo e idade, considerando a divisão do trabalho por gênero e o uso e manejo dos recursos naturais. Como áreas mais urgentes destacam-se:

Os países devem tomar medidas urgentes para evitar a degradação rápida do meio ambiente e da economia em andamento nos países em desenvolvimento, a qual afeta, em geral, a vida da mulher e da criança nas zonas rurais sujeitas a secas, desertificação e desmatamento, hostilidades armadas, desastres naturais, resíduos tóxicos e às conseqüências do uso de produtos agroquímicos inadequados. (CONFERÊNCIA, 1995, p. 366).

Outro aspecto em que o gênero é colocado refere-se ao incentivo de que todos os países promovam a equidade, fortaleçam a cooperação internacional para compensar as disparidades econômicas, sociais e de gênero. As colocações da agenda apontam para a necessidade da criação de programas que integrem as questões que se referem, principalmente, às mulheres em todas as esferas da sociedade.

Na Agenda, as ações são apontadas como importantes de serem desenvolvidas até o ano de 1995, em que foi desenvolvida a Quarta Conferência Mundial das Mulheres em Pequim/China. Essa conferência marca o décimo aniversário da Conferência de 1985 com o tema Decênio da Mulher, em Niterói. É nela que há uma sistematização e uma discussão teórica sobre o conceito de gênero diferente de mulher e a integração transversal do mesmo nas políticas e agenda global.

De acordo com a declaração da plataforma de Ação de Pequim da Quarta Conferência (DECLARAÇÃO, 1995), a mesma consagrou três inovações: o conceito de gênero, o empoderamento e o enfoque da transversalidade. Segundo o excerto do texto da plataforma,

O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e, portanto, passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade. (CONFERÊNCIA, 1995a, p. 149).

Assim, essa conferência possibilitou a articulação do gênero em todos os segmentos políticos de forma transversal a partir de um roteiro para a preservação de conquistas já alcançadas e novos avanços. Além disso, percebemos que, na plataforma de ação de Pequim, há uma maior articulação desse conceito fruto das discussões que se desenvolvem com o movimento feminista e os estudos de gênero.

É nesse aspecto que o termo empoderamento começa a fazer parte dos programas e planos de ação dos países. Segundo a plataforma de ação,

O empoderamento da mulher – um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação – consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre o seu desenvolvimento, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-la nesse processo. (CONFERÊNCIA, 1995a, p. 149).

O termo empoderamento foi desenvolvido pelos movimentos feministas do “Sul”, sendo utilizado mais amplamente a partir dos anos de 1990. (PRÉVOST, 2014). As críticas recaem no esvaziamento do conceito por sua utilização nas políticas e programas internacionais “A dimensão inicial e fundamental do conceito em torno do poder está abandonada. A dimensão individual também se torna dominante”. (p. 3843). Além disso, o empoderamento, ao ser institucionalizado pelas políticas, passou a ficar restrito a um viés econômico.

Outro documento que contribuiu para a expansão do discurso do desenvolvimento sustentável e aponta as questões de gênero no ano de 2000, em Nova Iorque, foi a elaboração da Declaração do Milênio pelas Nações Unidas com objetivos do milênio. (ORGANIZAÇÃO, 2002). No documento encontra-se a promoção da igualdade entre os sexos a fim de combater a pobreza, fome e as doenças, e a promover um desenvolvimento sustentável.

Além disso, no documento da declaração, é abordada a continuidade da cooperação das Nações Unidas e os Estados para com as questões de gênero. Assim, notamos pouca menção ao gênero na declaração como na Agenda 21, entretanto, nessa declaração, ele



equivale a sexo, diferentemente da Agenda 21 que articula ao termo mulher e a plataforma de Pequim que traz a especificidade do termo.

Na Declaração de Joanesburgo, constituída na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento sustentável, em Joanesburgo/África do Sul, no ano de 2002, é reafirmado o compromisso com o desenvolvimento sustentável. (ORGANIZAÇÃO, 2002). Nessa cúpula é assegurado o compromisso com a igualdade de gênero em todas as atividades abrangidas na Agenda 21, Metas do Desenvolvimento do Milênio e o Plano de Implementação de Joanesburgo, no qual é destacada a igualdade de gênero em todas as políticas e programas. Além disso, a declaração destaca a especial dedicação aos Estados em desenvolvimento e países menos desenvolvidos.

A declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro/Brasil, em 2012, destaca o compromisso afirmado entre os países para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas. Ampliando e especificando este compromisso a declaração, orienta os países para a criação de medidores de gênero e o foco de suas ações em determinadas populações de mulheres como de zonas rurais, comunidades locais e minorias étnicas.

Esta declaração possuiu um item específico sobre gênero “A igualdade de gênero e empoderamento da mulher”. Apesar disso, procurou propagar a igualdade também em outros itens, tais como: educação, redução de riscos e desastres, saúde e população, energia, etc. Em seu item específico, aborda que são elementos importantes para o desenvolvimento sustentável, a igualdade de gênero e o papel vital que as mulheres desempenham no desenvolvimento sustentável, como motores desse modelo de desenvolvimento. Para tanto, é destacado a participação plena e efetiva nas políticas, programas e tomadas de decisão em todos os níveis envolvendo o desenvolvimento sustentável; a redução da mortalidade materna e infantil; o planejamento familiar; a melhoraria na situação das mulheres e meninas.

Na atual discursividade que articula gênero ao desenvolvimento sustentável, encontra-se a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável fruto da Cúpula das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, em Nova Iorque/Estados Unidos, no ano de 2015. A mais recente agenda ambiental global visa a traçar um plano de ação para os países. A agenda 2030 possui 17 objetivos do desenvolvimento sustentável e 169 metas planejadas até 2030. O gênero se encontra no quinto objetivo da agenda “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. A desigualdade de gênero é apontada como um desafio chave, pois segundo a agenda, alcançar o desenvolvimento sustentável não é possível se para metade da humanidade continua a ser negado plenos direitos humanos e

oportunidades. Assim, seguindo o que foi apresentado na declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável destaca a integração sistemática da perspectiva de gênero como crucial para a agenda. Temas como violência, discriminação, práticas nocivas (casamentos prematuro, mutilação genital), acesso universal à saúde reprodutiva e sexual; direitos iguais no acesso a terra, entre outros, são preocupações que receberam intervenções, inclusive com o engajamento dos homens.

Com base nesses documentos, temos, de forma inicial, um panorama da emergência do conceito de gênero no desenvolvimento sustentável a partir das abordagens de gênero e desenvolvimento nos anos de 1980 e sua expansão nos anos de 1990. Entretanto, consideramos como ponto de emergência a Conferência de Pequim, a que instituiu o conceito para além de sinônimo de mulher ou de sexo como nos demais documentos.

Essas modificações demonstram a apropriação da construção de um saber sobre o gênero pelos organismos internacionais. A partir desses documentos e movimentos na sociedade, identificamos as relações de forças entre movimentos sociais, agências internacionais e ONGs, na produção do discurso de desenvolvimento sustentável para o século XXI e na integração do gênero. Essa produção discursiva estabeleceu as mulheres como um grupo populacional vulnerável e, também, fortes aliadas para a construção de um desenvolvimento sustentável.

Podemos notar essa compreensão pelo processo denominado feminização da pobreza presente nesses documentos. A partir de seu trabalho remunerado ou não remunerado, as mulheres podem lutar contra a pobreza para uma melhor economia como destaca o documento da plataforma de ação de Pequim. Além disso, aponta-se para as mulheres rurais que são as mais afetadas pela pobreza. Para tanto, a plataforma de Pequim dedica um tópico específico sobre feminização da pobreza e aborda a importância da perspectiva de gênero para o seu combate e, como consequência, um desenvolvimento sustentável:

O desenvolvimento sustentável e o crescimento econômico ao mesmo tempo sustentado e sustentável só podem ser alcançados mediante a melhoria da condição econômica, social, política, jurídica e cultural das mulheres. Para alcançar um desenvolvimento sustentável, é fundamental um desenvolvimento social equitativo que reconheça a necessidade de dar aos pobres, em particular às mulheres, a possibilidade de utilizar os recursos ambientais de maneira sustentável. (CONFERÊNCIA, 1995, p. 165).

Ao visibilizar alguns rastros da história, procuramos traçar pistas sobre a urgência histórica do gênero com base em um conjunto de elementos produzidos em determinadas condições, tais como: a organização do poder nas sociedades disciplinar e a emergência do

biopoder; as lutas e resistências das mulheres a partir do estabelecimento da cidade e o processo de “feminilização do mundo”; o problema da população a partir de suas técnicas biopolíticas de controle da natalidade, fertilidade, demografia, etc; os efeitos dos discursos médicos produzidos pelo dispositivo da sexualidade que atribuía o permitido e o proibido sobre os sexos, disciplinando e regulando os corpos das mulheres; os mecanismos de controle do meio ambiente e da população a partir de tratados e conferências na sociedade de controle, entre outras.

### **Algumas considerações**

Diante das práticas de desenvolvimento e de desenvolvimento sustentável, o conceito de gênero é produzido na agenda global ambiental ora como sinônimo de mulheres; ora como um conceito mais amplo e transversal. Assim, identificamos a proliferação de acontecimentos e as cenas das relações de poder que possibilitaram a emergência do gênero no desenvolvimento sustentável no século XX.

Notamos a expansão e relações de forças com maior visibilidade a partir dos acontecimentos deste século, considerando algumas condições de possibilidade como: as práticas de desenvolvimento a partir da segunda Guerra Mundial; a criação da ONU; bem como, a conferência conhecida como Eco 92. Em meio a esses acontecimentos, identificamos jogos de forças com a luta dos movimentos de mulheres, feministas e ambientalistas, publicações da sociedade civil, a crise econômica e ambiental, entre outras.

Ao narrar a especial atenção ao grupo ou população vulnerável de mulheres para se alcançar o desenvolvimento sustentável, esse discurso produz uma convocação desses sujeitos na tentativa de salvar o planeta para as futuras gerações. Entendemos que ao estabelecer políticas para a população de mulheres em situações de vulnerabilidade dos países em desenvolvimento para alcançar o desenvolvimento sustentável, são construídas narrativas ou metanarrativas das mulheres na política ambiental global. O que necessita ser problematizado pela educação ambiental considerando que as relações sociais e ambientais são produzidas pelas verdades deste tempo disseminadas pelas agendas ambientais.

Foucault (2008b) aponta que os discursos, mais do que atos de fala, produzem coisas. Neste viés, ao olhar para alguns episódios da história para encontrar a emergência do objeto gênero no discurso do desenvolvimento sustentável, bem como os eventos ambientais procuramos provocar a educação ambiental ao destacar que seus efeitos ensinam aos países sobre gênero, mulheres e desenvolvimento sustentável. De acordo com Veyne, “os objetos

parecem determinar nossa conduta, mas, primeiramente, nossa prática, de tal modo que o objeto ao qual ela se aplique só seja o que é relativamente a ela [...] A relação determina o objeto”. (2008, p. 249). Com base nestas inquietações é que lançamos nossos olhares de desconfiança para o que é instituído sobre o gênero e o desenvolvimento sustentável que tem ensinado ações e relações sociais e ambientais às populações, especialmente as mulheres.

### Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. A experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRAIDOTTI, Rosi; CHARKIEWICZ, Ewa; HAUSLER, Sabine; WIERINGA, Saskia. **Mulher, ambiente e desenvolvimento sustentável. Para uma síntese teórica**. São Paulo: Instituto Piaget, 1994.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados: Ed. UFGD, 2014. 114 p.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430p.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agenda 21**. De acordo com a Resolução n. 244/228 da Assembléia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21. 1995. [Versão eletrônica]. Brasília. Disponível em: <[www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf](http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2015.

DECLARAÇÃO e Plataforma de Ação da **IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim. 1995. [Versão eletrônica]. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2015.

DECLARAÇÃO de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. **Das nossas origens ao futuro**. [Versão eletrônica]. 2002. Disponível em: <[http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao\\_de\\_Joanesburgo\\_sobre\\_Desenvolvimento\\_Sustentavel.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_de_Joanesburgo_sobre_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2015.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992. Parte III MF. p. 105-147.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

HERNÁNDEZ, Carmen Osório. Gênero e Meio Ambiente: A construção do discurso para o Desenvolvimento Sustentável. [versão eletrônica] **Ambiente y Desarrollo**, Bogotá, v. 14, n. 26, p. 16-33, 2010. Disponível em: <[dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3696165.pdf](http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3696165.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2015.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MADRUGA, E. B.; MAGALHÃES, Camila. Educação Ambiental e Gênero: Provocações Pós-Estruturalistas. *In*: ANPED - Reunião Científica Regional da ANPED, 11, 2016, Curitiba. **Anais... ANPED SUL**, 2016.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. *In*: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-27.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Memórias do Planeta Fêmea. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 0, n. 0, p. 131-142, 2. sem. 1992. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15805/14298>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. **Declaração do Milênio**. Nova York, 2002. [Versão eletrônica]. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao\\_do\\_milenio.pdf](http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf)>. Acesso em: 19 nov. 2015.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PRÉVOST, Héloïse. O empoderamento através do prisma de um objetivo econômico: o caso do projeto "Gênero e Desenvolvimento" em Benin. *Redor*, 18, Recife. **Anais...** 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2187/88>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

STOREY, Cristine. Gênero e Educação Ambiental na Amazônia. *In*: NOAL, Fernando Oliveira; REIGOTA, Marcos; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (Org.). **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. p. 55-81.

TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

VIEZZER, Moema; RODRIGUES, Carmem Lúcia; MOREIRA, Tereza. Relações de gênero na educação ambiental. *In*: TRAJBER, Rachel; MANZOCHI, Lucia Helena. **Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: Materiais Impressos**. Editora Gaia, SP, 1996. p. 138-152.. Disponível em: <[http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/Relacoes\\_Genero.pdf](http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/Relacoes_Genero.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2017.

**OS MOVIMENTOS DE ANÁLISES NO TECIDO DOCUMENTAL**

**Artigo II**

**Segurança e gênero nas estratégias Bio/ECopolíticas: análise de programas globais**

### 3.2 Segurança e gênero nas estratégias Bio/Ecopolíticas: análise de programas globais<sup>18</sup>

#### Resumo

Buscamos problematizar a operação de estratégias bio/ecopolíticas que mobiliza a segurança e o conceito de gênero para a regulação das populações. Essas estratégias presentes no tecido documental de programas globais de duas autoridades internacionais – União Internacional de Conservação da Natureza (UICN) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) operam para a segurança de um futuro sustentável do planeta. A partir das ferramentas da biopolítica de Michel Foucault e da ecopolítica destacamos a presença das mulheres como populações vulneráveis nos programas ambientais a partir do saber da estatística e da preocupação com o futuro do planeta. Atentamos para a forma com que as relações de gênero e ambientais são produzidas.

**Palavras-chave:** Gênero. Desenvolvimento Sustentável. Educação Ambiental.

#### Security and gender in the strategies of Bio/Ecopolitics: analysis of global programs

#### Abstract

We seek to problematize the operation of bio/ecopolitical strategies that mobilizes the security and the concept of gender for the regulation of the populations. These strategies, present in the documentary tissue of global programs of two international authorities - International Union for the Conservation of Nature (IUCN) and United Nations Development Programme (UNDP), operate for the security of a sustainable future for the planet. From the tools of biopolitics of Michel Foucault and of ecopolitics we highlight the presence of women as vulnerable populations in environmental programs based on the knowledge of statistics and the concern about the future of the planet. We alert for the way in which gender and environmental relations are produced.

**Keywords:** Gender; Sustainable Development; Environmental Education.

A verdade, já enunciava Michel Foucault (1979) em *Microfísica do Poder*, é do nosso tempo. Verdade e poder estiveram presentes nas inquietações do autor ao tratar de temas atuais como loucura, sexualidade, prisão, etc. Dentre as verdades que circulam e produzem efeitos de poder em nossa atualidade encontra-se o discurso do Desenvolvimento Sustentável (DS). Apresentando questões polêmicas a respeito das esferas políticas, sociais, ambientais e econômicas há que se atentar para sua potência discursiva nos nossos modos de ser e estar no mundo na contemporaneidade.

Este discurso teve suas ideias presentes no conceito de ecodesenvolvimento<sup>19</sup>, ganhando força com a publicação do relatório *Our common Future*<sup>20</sup> (“Nosso Futuro

---

<sup>18</sup> Texto submetido à publicação na revista *Cadernos de Pesquisa*.

<sup>19</sup> Conceito apresentado por Maurice Strong, em 1973, na tentativa de superar os debates entre o desenvolvimento sem restrições e o catastrofismo do meio ambiente.



Comum”) em meados dos anos de 1987. Dos anos de 1987 até os anos de 2030<sup>21</sup> o discurso do desenvolvimento sustentável está presente na agenda global ambiental o que torna potente colocá-lo em análise e problematização no campo da educação ambiental.

Entendemos a educação ambiental como um potente campo de saber que nos ensina verdades sobre o meio ambiente, a natureza, a relação humano-natureza, entre outras. No entanto, esse mesmo campo pode ser tomado como instrumento para tencionar as verdades estabelecidas, olhar com cuidado e atenção os engendramentos que fabricamos na constituição de modos de vida. É por isso que, nesse texto, olhamos para a educação ambiental como aquela que pode contribuir para problematizar os ensinamentos de desenvolvimento sustentável que se alastram e fabricam sujeitos em nossa atualidade produzindo novos engendramentos como segurança e gênero nos programas ambientais.

Paradoxalmente, o desenvolvimento sustentável procurou apontar caminhos na articulação entre a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico. Ignacy Sachs (2009), autor da difusão do conceito de ecodesenvolvimento, aponta que o DS é um desafio planetário, principalmente pela relação colocada entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Por esse desafio do desenvolvimento sustentável vemos que “[...] a questão ambiental é situada no marco mais amplo das relações sociais onde se reconhece a desigualdade entre os países e o aumento da pobreza como ameaças a um futuro social e ambientalmente equilibrado para todos”. (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2007, p. 29). É na superação da pobreza e dos problemas sociais que a agenda ambiental do desenvolvimento sustentável passa a concentrar seus esforços na regulação das populações, especialmente nos países em desenvolvimento.

É na problematização dos efeitos dessa discursividade propagada pelo discurso do desenvolvimento sustentável que esse estudo se produz. A partir das contribuições do filósofo Michel Foucault abordamos a intervenção de algumas estratégias que buscam regular a população, especialmente dos grupos ditos vulneráveis como as mulheres de países em desenvolvimento. Nesse sentido, operamos com algumas ferramentas do autor como a biopolítica, “uma política dos seres vivos constituídos em populações segundo uma regra de um tipo novo, não mais jurídica, mas pretensamente natural: a norma [...]”. (REVEL, 2006, p. 53) esta que é potencializada por uma racionalidade político-econômica denominada por

---

<sup>20</sup> Relatório desenvolvido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Assembleia da ONU (Organização das Nações Unidas), em 1983.

<sup>21</sup> A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável aprovada na Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em setembro de 2015, possui 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável e 169 metas. Para saber mais: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

Foucault de liberalismo. A partir dessa ferramenta analítica compreendemos que irá agir a partir de suas estratégias para garantir a defesa da vida de uma população.

Na ampliação dos conceitos foucaultianos e deslocamentos para o nosso tempo histórico é que alguns autores e autoras (BRANCO, 2012; MALETTE, 2011; PASSETTI, 2013; VEIGA-NETO, 2014; HENNING *et al.* 2014) têm direcionado as suas análises. Em tempos de crise ambiental e desenvolvimento sustentável os/as autores/as apontam que esse poder produz ecopolíticas que estarão focadas não apenas na população, mas também no nível planetário. A pobreza, a perda da biodiversidade, os desastres ambientais, as mudanças climáticas são fenômenos que afetam as populações e ameaçam inúmeras vidas. Assim é, em nome da vida e do planeta, que a ecopolítica irá gerir as populações.

Nessa perspectiva, destacamos no presente estudo, dois organismos internacionais, a União Internacional de Conservação da Natureza (UICN) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ambos os organismos são autoridades globais nos assuntos de natureza, meio ambiente e desenvolvimento humano e, compreendemos que estão imersos na produção de biopolíticas e ecopolíticas ou bio/ecopolíticas que mobilizam a segurança a partir dos cálculos de riscos e medições sociais e de gênero para o futuro do planeta.

A União Internacional de Conservação da Natureza como uma organização civil internacional, objetiva a conservação da natureza e o uso equitativo e sustentável dos recursos naturais. Nesta pesquisa, analisamos os programas que foram disponibilizados na plataforma virtual da UICN: Programa Cuadrenal de la UICN 2001-2004 (UINC, 2000); El Programa 2005-2008 de la UICN (UINC, 2004); Programa de la UICN 2009-2012 (UINC, 2008); Programa de la UICN 2013-2016 (UINC, 2012). Os quatro programas analisados abordam a temática de gênero como necessária para o desenvolvimento sustentável que, a partir de sua política de gênero, produz e dissemina informações sobre a igualdade de gênero e as mulheres.

A UICN possui um escritório específico sobre as questões de gênero, a fim de orientar e expandir o conhecimento sobre gênero e meio ambiente. Há mais de 20 anos a instituição procura integrar as questões de gênero. Suas iniciativas envolvem construção e criação de uma plataforma sobre dados quantitativos, governos de apoio para criação de planos de alteração climática de ação de gênero, estabelecer uma rede de especialistas em gênero e energias renováveis, promoção de parcerias com a Rede de Mulheres Líderes do Meio Ambiente e Aliança Global do Clima (GGCA), bem como um centro de conhecimento com informações sobre gênero e meio ambiente.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é uma das agências da Organização das Nações Unidas (ONU) que tem se dedicado ao desenvolvimento humano e a erradicação da pobreza. O PNUD é um dos principais programas da ONU e está aliado aos objetivos do desenvolvimento sustentável. O programa, intitulado de Plan Estratégico del PNUD, 2014-2017 (PNUD, 2014a), disponível em sua plataforma é referência nos assuntos sobre desenvolvimento humano sustentável. O programa do PNUD aborda a igualdade de gênero como um dos principais temas a ser priorizado nos projetos de desenvolvimento humano.

Ao trabalhar com o empoderamento das mulheres o PNUD busca situá-las como agentes de transformação e, neste sentido, procura articular o gênero a diferentes frentes de ação, tais como: gênero ao desenvolvimento sustentável; gênero à governação democrática; gênero, HIV e saúde; enfrentamento da violência sexual e baseada no gênero; participação política das mulheres; as mudanças climáticas e desastres ambientais; programa de certificação de igualdade de gênero para empresas públicas e privadas (Selo Pró-Equidade)<sup>22</sup>; e respostas à crise oferecendo ajuda aos países em conflito. O programa também desenvolveu um plano de ação específico sobre igualdade de gênero para os anos de 2014-2017, bem como um Índice sobre Igualdade de Gênero, em 145 países que mede a perda do desenvolvimento humano, especialmente nos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, utilizamos as contribuições de alguns estudos que buscam pensar o gênero na sua articulação com o meio ambiente a fim de tencionar a posição ocupada pelas mulheres nos programas que buscam a regulação da população para a segurança do planeta. (BRAIDOTTI; CHARKIEWICZ; HAUSLER; WIERINGA, 1994; VELAZQUEZ, 1996). Assim, os programas serão analisados considerando seu caráter mais como monumentos históricos frutos das relações de forças presentes em nossa sociedade. (FOUCAULT, 2008b). A partir de suas enunciações sobre *população, segurança, gênero e mulheres*, problematizamos as estratégias bio/ecopolíticas presentes nos programas que colocam em funcionamento a segurança e o gênero para a regulação da população, especialmente de mulheres em tempos de desenvolvimento sustentável.

Por fim, destacaremos a educação ambiental na problematização das questões que envolvem o gênero, a segurança e o desenvolvimento sustentável em nossa sociedade, porque acredita-se que, como um importante campo de saber, a educação ambiental pode

---

<sup>22</sup> Mais de 400 empresas foram certificadas em dez países desde 2009. Os pontos de certificação são eliminação das diferenças salariais, aumento das mulheres na tomada de decisões, melhoria da relação trabalho-vida, melhoria do acesso das mulheres aos empregos não tradicionais, erradicação do assédio no trabalho, etc.

potencializar a análise crítica das verdades instituídas do gênero às questões ambientais, bem como a discursividade que coloca em evidência os problemas sociais atrelando-os aos ambientais.

### **Em nome da vida e do planeta: sobre as estratégias Bio/ECopolíticas e as potencialidades da educação ambiental**

A educação ambiental, sem dúvida, tem contribuído para o debate do desenvolvimento sustentável na atualidade. Muitos estudos e pesquisas (BASTOS, 2016; MEIRA; SATO, 2005, SAUVÊ; BERRYMAN; BRUNELLE, 2008) tem buscado abordar a educação ambiental, principalmente, em tempos em que a educação passa a se articular com as questões de desenvolvimento sustentável produzindo educação para o desenvolvimento sustentável ou ainda educação para a sustentabilidade<sup>23</sup>.

Frente aos desafios presentes com o discurso do desenvolvimento sustentável na produção de educações ambientais, a educação ambiental se torna fundamental. Os projetos de escolas sustentáveis para a educação formal ou os programas ambientais analisados estão implicados nessa produção, pois trazem ensinamentos e buscam uma outra forma de se relacionar com a vida e com o planeta. Assim, como um campo de saber potente para pensar e colocar em xeque as questões ambientais desde os anos de 1970, como apontado por Mauro Grun (1995), Marcos Reigota (2012) e Michele Sato (2003) para citar alguns/mas, a educação ambiental, a partir das perspectivas que nos constitui, é central para visibilizar “o que está em jogo” como já apontava Ana Godoy (2008). Assim, perguntamo-nos: que jogos de forças estão presentes e fazem do discurso do desenvolvimento sustentável uma verdade de nosso tempo? Como esta verdade penetra o tecido social, econômico, ambiental e cultural e coloca o gênero em evidência?

É na abordagem dessas questões que estabelecemos interlocuções na seara ambiental com Michel Foucault e suas pistas sobre os efeitos de verdade e relações de poder para as análises das relações sociais, econômicas e políticas de nosso tempo. Ao apontar a produtividade do poder para além de um Estado, governo ou instituições o filósofo estuda suas extremidades.

Nessa perspectiva, a partir de seu curso *Em Defesa da Sociedade*, no *College de France*, (1999) especificamente sua aula de 17 de março de 1976, Foucault aponta a

---

<sup>23</sup> Em 2002, a Assembleia Geral das Nações Unidas designa a UNESCO como órgão responsável por promover a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Em 2015, com a produção da agenda 2030, a educação se encontra como o quarto objetivo para o desenvolvimento sustentável.

emergência de algo novo sobre a noção de poder: a assunção da vida. O autor destaca as limitações da disciplina ou do poder disciplinar que se instalou no século XVII e no decorrer do século XVIII. A disciplina procurava se centrar no corpo do indivíduo em sua organização e distribuição espacial a partir da separação, alinhamento, série e vigilância. Também se preocupava em tornar esses corpos úteis com base em treinamentos e exercícios. Na segunda metade do século XVIII, Foucault aponta um novo mecanismo ou tecnologia de poder que não exclui as disciplinas, mas passa a incorporá-las e modificá-las. O que interessa para esse poder é a defesa da vida da espécie humana, como um poder que age sobre a vida da população, denominado por Foucault como biopoder, e procura, a partir das estratégias biopolíticas – políticas da vida –, a regulação da população.

As biopolíticas têm como primeiras intervenções os problemas com a natalidade, a reprodução, a morbidade, etc. Além disso, é potencializada pelo saber da estatística com as primeiras demografias sobre a população, produzindo estratégias políticas da vida como as campanhas de higienização, a medicalização da população e a contracepção. Outro campo de intervenção das biopolíticas, destacado pelo autor, refere-se ao conjunto de fenômenos presentes já no século XIX, como a industrialização, a velhice, os acidentes e enfermidades adversas. (FOUCAULT, 1999). O meio de existência de uma população também se torna uma intervenção das biopolíticas.

É na preocupação com o meio, ou melhor, com os efeitos do meio “sejam os efeitos brutos do meio geográfico, climático, hidrográfico: os problemas, por exemplo, dos pântanos, das epidemias ligadas à existência dos pântanos durante toda a primeira metade do século XIX” (FOUCAULT, 1999, p. 292), que podemos pensar as biopolíticas colocadas em funcionamento pela segurança. Ela irá planejar, organizar e minimizar os efeitos indesejáveis desse meio. Como exemplo, Foucault aponta a cidade com suas capitais, ruas, comércios e estruturas organizadas a fim de evitar a aglomeração da população que pode produzir doenças, conflitos, roubo, entre outros. Assim a segurança irá tratar de maximizar o que é positivo e minimizar os riscos. “Estar seguro” será a garantia do Estado para a população na modernidade como, apontado por Foucault<sup>24</sup>, não mais um pacto territorial, mas um pacto de segurança com a população.

Assim, a preocupação com a gestão da população e de seu meio incorpora as ações do governo. Neste Estado de governo, apoiado sobre a população a partir de instrumentos do saber econômico e também estatístico, é que se produz uma sociedade articulada ao controle e

---

<sup>24</sup> Discussão apontada por Guilherme Branco (2012), presente na entrevista de 1977, intitulada Michel Foucault: la sécurité et l'état.

à segurança. Pensar a população, gerir a população e conhecer suas variáveis se torna o objetivo final do governo. Objeto de investimento governamental, a população se torna a grande preocupação e, neste sentido, podemos perceber as potencialidades das biopolíticas e da segurança.

Ao trazer a discussão da biopolítica, Foucault (2008c) contribui para pensarmos não apenas em suas estratégias para a regulação da população em defesa da vida, mas a situa no quadro geral de uma forma de governo liberal. O liberalismo é compreendido pelo autor menos como uma ideologia ou teoria e mais como “uma arte específica de governar seres humanos”. (LEMKE, 2014, p. 110). Percebendo como alvo a população e baseando-se na economia política, esta arte nos provoca a pensar na ampliação do conceito da biopolítica, pois “É a partir do liberalismo, e não antes, que emerge a questão de como devem ser governadas as pessoas legais e os seres vivos”. (LEMKE, 2014, p. 110). Este contexto liberal é condição para a segurança considerando que ela só pode funcionar através da liberdade de circulação e, ainda, “[...] a liberdade nada mais é que o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança”. (FOUCAULT, 2008a, p. 63).

Assim, as biopolíticas buscam uma defesa da vida “não em nome de uma pretensa filantropia, mas porque ela é essencialmente força de trabalho, isto é produção de valor”. (REVEL, 2006, p. 56). Nessa direção, a vida sã e produtiva vale muito nas atuais formas de governo e tudo o que possa afetar a sua produção deve ser alvo de intervenções sejam os meios naturais ou artificiais.

A partir dessas leituras e estudos é possível entendermos que os fenômenos ambientais e sociais que afetam o meio de existência da população serão alvo das biopolíticas em tempos de desenvolvimento sustentável. Como destacado por alguns autores e autoras (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2007) a disputa sobre os efeitos do modelo desenvolvimentista e da degradação ambiental repousaram nos riscos para a população. Ao apontarem o relatório Meadows, fruto dos debates do clube de Roma<sup>25</sup>, os/as autores/as contribuem para pensar essas questões, pois o estudo “[...] calculava que o limite de desenvolvimento do planeta seria atingido nos próximos 100 anos, provando uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial”. (2007, p. 21).

Assim, a agenda do desenvolvimento sustentável traça um plano de ação para governos e Estados alcançarem a sustentabilidade do desenvolvimento com políticas

---

<sup>25</sup> Clube de Roma foi denominado o encontro para debater as questões ambientais por pessoas ilustres, em 1968, na Itália. A partir de seus debates emerge um dos principais documentos que produziram os discursos ambientais internacionais: o relatório Meadows ou “Os limites do crescimento”.

ambientais e sociais. A tríade econômico-social-ambiental passa a incorporar as políticas que buscam a defesa da vida frente aos fenômenos ambientais que afetam a população.

Considerando a potencialidade da biopolítica nas estratégias de regulação da população em tempos de desenvolvimento sustentável, as proposições de alguns autores (PASSETTI, 2013; VEIGA-NETO, 2014; MALETTE, 2011) se tornam importantes contribuições para este estudo e para a educação ambiental. Inspirados nessas teorizações os autores problematizam a dimensão ecológica que incorpora as biopolíticas. Nessa perspectiva o conceito de ecopolítica tem sido entendido como um horizonte ou uma dimensão dessa maneira de governar as populações. Segundo Veiga-Neto a ecopolítica “amplia os horizontes e leva adiante tudo o que já foi pensado e dito sobre a biopolítica”. (VEIGA-NETO, 2014, p. 33). Ela irá ampliar as práticas da biopolítica desenvolvendo um conjunto de políticas orientadas para o controle da vida no ambiente, no nível planetário.

Nesse sentido, são preocupações da ecopolítica “consciência ecológica, preservação do planeta, minimização dos partidarismos, segurança, respeito às diferenças etnoculturais, atenção às necessidades locais, sustentabilidade e antiutilitarismo”. (VEIGA-NETO, 2014, p. 40). Ela modifica os interesses conferidos à vida ao nível planetário transformando subjetividades, relações e interações na população.

Nessa era da governamentalidade ambiental ou ecogovernamentalidade como destaca Sébastien Malette (2011), vê-se uma nova maneira de governar as populações. De acordo com Passetti (2013), a ecopolítica não pode ser considerada uma disciplina ou simplesmente a gestão de um governo, mas uma prática de governo. Assim, a problematização da ecopolítica possibilita a ampliação e ressignificação das formas de governo na contemporaneidade.

Ao trazer os programas globais das autoridades internacionais UICN e PNUD, situamos as análises como uma das possibilidades de investigar os modos como somos regulados em nosso tempo. São políticas, direcionadas à vida da população e ao planeta, produzidas em meio a uma forma de governar que visa a articulação entre a tríade econômico-social-ambiental.

Os programas da UICN destacam a importância do equilíbrio entre os pilares do desenvolvimento sustentável que a mesma procura seguir. Ao mesmo tempo realiza uma crítica na justaposição do econômico sobre os demais. A organização destaca em todos os seus programas que o desenvolvimento sustentável é a meta para as sociedades poderem viver sem prejudicar o planeta. Para tanto, desenvolve estratégias, assessoramento, informação e colaboração direcionadas aos Estados como políticas sustentáveis assegurando o futuro da presente e próximas gerações.

Quando nos referimos ao PNUD, não podemos desconsiderar a amplitude de suas ações e articulação com um tema específico: o desenvolvimento humano. Entretanto, em tempos de desenvolvimento sustentável as preocupações com a humanidade são ampliadas e modificadas para desenvolvimento humano sustentável. Em seu programa (2014-2017), “Cambiando con el mundo”, o PNUD aponta para um desenvolvimento humano sustentável que significa “El proceso de ampliar las alternativas de la gente aumentando sus capacidades y oportunidades de manera tal que sean sostenibles desde el punto de vista económico, social y ambiental, y que favorezcan el presente sin comprometer el futuro”. (PNUD, 2014a, p. 1). O desenvolvimento sustentável se torna o objetivo a ser alcançado também pelo programa.

Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento sustentável tomou força e incorporou os programas internacionais direcionados aos governos e Estados. Neles este discurso é colocado como uma meta a ser alcançada em nome de uma ameaça à vida e ao planeta. De acordo com Passeti “A regulação da população não se restringe mais à biopolítica, mas conecta-se a uma nova produção da verdade sobre capitalismo e *ambiente*, de trabalhador como empreendedor, da democracia com gestão do planeta, com sentimentos e afeições”. (2013, p. 19, grifos do autor).

Nessa direção, nota-se outro aspecto na ultrapassagem da biopolítica pela ecológica: a ênfase em uma racionalidade neoliberal que desde os anos de 1970 e 1980 incorpora as ações internacionais na produção de uma nova ordem mundial. (PASSETTI, 2013). Ela agora se centrará na produção de um sujeito empreendedor e a concepção de empresa passa a incorporar o tecido social como apontava Foucault (2008c).

Com isso, a segurança passa a desempenhar outras funções “Segurança desses muitos bens, da sua vida, comunidade, emprego, saúde, habitação, educação dos filhos, maneiras de governar a família com segurança: policiar, gerenciar, formar, acumular, beneficiar, responsabilizar”. (PASSETTI, 2013, p. 19). Assim, somos regidos por uma forma de governo sustentável a partir das ações internacionais e fica mais evidente, com a formulação da agenda ambiental que passou da ênfase em uma agenda para o século XXI ou agenda 21 para uma agenda do desenvolvimento sustentável até 2030 como um plano de ação destinado às pessoas, ao planeta e à prosperidade. Nesta agenda o gênero ocupa o quinto objeto a fim de alcançar a igualdade de gênero, bem como o empoderamento das mulheres e meninas. É pensando na penetração desse discurso do desenvolvimento sustentável e articulação com a segurança e o gênero nas políticas do cotidiano de nossas vidas e por o considerarmos um discurso de verdade de nosso tempo é que sentimos a necessidade de problematizá-lo através da educação ambiental. Ela pode nos ajudar a questionar os ensinamentos a respeito das



relações com o ambiente e os atravessamentos econômicos e sociais que o desenvolvimento sustentável coloca em operação. Arelada à ela, nos munimos também dos ensinamentos foucaultianos a respeito dos efeitos específicos do poder ou do biopoder com suas bio/ecopolíticas em operação e, assim, colocamos em análise o discurso do desenvolvimento sustentável nos atravessamentos de segurança e gênero.

Desde as primeiras manifestações feministas da primeira e segunda onda do movimento feminista<sup>26</sup>, as discussões que envolvem os direitos das mulheres são colocadas em pauta nas sociedades. Voto, contracepção, aborto, educação, saúde, violência, trabalho, entre outros temas são mobilizados para problematizar as questões que envolvem as formas de ser e de viver como feminino e masculino em diferentes culturas. As abordagens dos estudos de gênero destacam seu caráter construído historicamente, pois não nascemos de um gênero ou de outro; somos produzidos conforme os códigos culturais e normas sociais. (SCOTT, 1995; BUTLER, 2003).

Nessa direção, quando articuladas as discussões de meio ambiente, as problemáticas de gênero contribuem para a compreensão das formas de vida das mulheres ainda pautadas em uma hierarquização e privação conforme o seu gênero nos empréstimos, distribuição de terras, divisão de trabalhos em localidades específicas, manejo dos recursos naturais, entre outras questões. Além disso, apontam para o cuidado apenas com a inclusão das discussões de gênero no campo ambiental, pois não basta resumir a uma criação de políticas ambientais para mulheres desconsiderando seus meios de subsistência, as relações de poder que são produzidas e suas subjetividades, discussão pertinente à educação ambiental que busca pensar as relações e a diversidade dos grupos sociais. (BRAIDOTTI; CHARKIEWICZ; HAUSLER; WIERINGA, 1994; VELAZQUEZ, 1996).

Assim, pensar e problematizar os programas globais imersos no discurso do desenvolvimento sustentável que articula o gênero é considerar que são atribuídos efeitos de poder. Por isso, seguindo as pistas foucaultianas é que lançamo-nos ao desafio de analisar os programas globais da UICN e PNUD, a partir de suas enunciações sobre *população, segurança, gênero e mulheres*. Nesse viés, apresentamos algumas análises para pensar os programas sob a égide das bio/ecopolíticas em tempos de desenvolvimento sustentável.

---

<sup>26</sup> A primeira onda feminista emerge por volta dos anos de 1960 focada na luta pelo direito à saúde, trabalho e voto. Na segunda, 1970, espalhou-se pelo mundo a defesa pelo direito à educação, contracepção, trabalho digno, etc. A terceira onda, a partir dos anos de 1990, aponta para discussões sobre interseccionalidade.

## **Analisando os programas da UICN e PNUD: segurança e gênero**

Ao percorrer o tecido documental dos programas globais da UICN e PNUD, identificamos certa produção discursiva que, no desejo de governar as populações, situa os problemas ambientais, sociais e econômicos. Quando apresentado o diagnóstico de nosso tempo nos programas globais, os problemas da vida da população são destacados, tais como nas enunciações<sup>27</sup> abaixo:

La Agencia Internacional de la Energía prevé un crecimiento del 50% en la demanda de energía para 2030, demanda que sería satisfecha en un 80% por los combustibles fósiles. El Consejo Mundial de la Energía ha preparado varios escenarios y la mayoría de ellos predicen una considerable expansión de la energía basada en la biomasa, especialmente entre 2050 y 2100. Esta demanda está generada principalmente por la dinámica poblacional, las necesidades del desarrollo y los patrones de consumo. (UICN, 2008, p. 31).

Los que viven en la pobreza, definidos por mediciones tanto relativas como absolutas, con el límite internacional de la pobreza de 1,25 dólares PPP diarios, el índice multidimensional de la pobreza (IMP) y los límites nacionales de pobreza. (PNUD, 2014a, p. 16).

Os problemas destacados pelos programas remetem à população, principalmente pelo seu crescimento ou dinâmica. Desde a década de 1970, com as primeiras conferências das Nações Unidas abordando a questão ambiental vemos uma proliferação discursiva sobre a população que passou a ser objeto de intervenção estatal e regulação na seara ambiental.

Emma Foster (2014) destaca um ciclo de conferências que mobilizou mecanismos do poder em defesa da vida da população. A Conferência Mundial sobre a População realizada em Bucharest, em 1974, relacionava a população com a escassez dos recursos. Centrada apenas em dados, a conferência foi considerada tecnocrática. Em 1984, realizou-se a Conferência Internacional da População, na cidade do México. A partir de dados demográficos mais atualizados, o evento abordou questões de saúde e educação, mas ainda estava centrada na perspectiva da conferência anterior. Diante dos movimentos dessas conferências sobre a população podemos perceber que até a divulgação do relatório Nosso Futuro Comum, em 1987, que disseminou o conceito de desenvolvimento sustentável, a visão sobre a forma de governar a população articulava-se à demografia, ou melhor, a dados demográficos do crescimento populacional fruto das discursividades do relatório Meadows encomendado pelo chamado Clube de Roma.

---

<sup>27</sup> As enunciações dos programas utilizadas ao longo do texto estão na língua espanhola e destacadas em itálico. Consideramos enunciações a partir do entendimento de Michel Foucault (2008b) como parte de um campo discursivo.

Seguindo os apontamentos de Foster (2014), na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, realizada na cidade do Cairo, pós-Rio 92, pós-desenvolvimento sustentável (1987), é possível notar outros temas integrando as discussões sobre população como a saúde, educação, emprego, saúde reprodutiva e mulheres. Esta conferência ficou conhecida como a maior conferência sobre população e seu destaque na mudança de foco do crescimento populacional para os direitos humanos e ampliação da participação das mulheres. (FOSTER, 2014). Apesar da mudança de foco, os problemas da população continuam a ser alvo de intervenção das estratégias bio/ecopolíticas neste desejo de governar.

Nessa perspectiva, ao apontarem que metade da população mundial será afetada pela escassez da água, a previsão do aumento de 50% no consumo de energia até 2030 e as medições de limite da pobreza dos países, os programas globais produzem dados imersos em uma discursividade que procura gerir a população a partir de medições, números e estatísticas na tentativa de prevenir seus possíveis riscos.

O trabalho com previsões e estatísticas na medição de fenômenos globais torna-se potente para as estratégias bio/ecopolíticas. Ao pensar o saber estatístico nas esteiras de Foucault, podemos considerar o esforço para decifrar, medir e esquadrihar os fenômenos para o que poderá acontecer na sua minúcia. A estatística se torna um potente saber que coloca em operação este poder sobre a vida da população. O estudo de Tom Popkewitz e Sverker Lindblad (2001) nos contribui a pensar na fabricação dos números e estatísticas para além de uma ferramenta de governo, mas um campo de produção e reprodução cultural que se dedica a administração social apesar de classificar, dividir e normalizar indivíduos e populações.

Os autores destacam a estatística como elemento-chave e necessário para governar. Assim, podemos entender o seu recorrente uso nos programas globais para abordar os problemas que afetam a vida e o meio de existência da população. As ameaças como a crescente urbanização, distribuição dos alimentos, escassez de água, perda da biodiversidade, migração, crescimento da demanda de energia, aumento da população, vulnerabilidade de grupos populacionais, entre outros fenômenos são elementos abordados nos programas que terão grande impacto na população mundial. Para tanto, os programas destacam palavras como perda, redução, preocupação e escassez que são articuladas aos fenômenos que ameaçam a vida da população e do planeta. Podemos perceber a dimensão da segurança que articula o medo. É no medo pela perda ou escassez dos recursos e das ameaças advindas dos problemas sociais que a segurança irá operar.

Nessa direção, alguns estudos (HENNING; GARRÉ; VIEIRA, 2017) têm se dedicado a problematizar a produção do terror e do medo pela perda do planeta. A partir de artefatos culturais como as capas da revista *Veja* e letras de músicas do *rock and roll*, as autoras nos possibilitam pensar no caráter de verdade desses discursos que perpassam os artefatos como um alerta global. Ao analisar o material dos programas globais, o alerta também se faz vigente.

A todo lo largo de la historia, la inseguridad ambiental y la escasez de recursos han contribuido a generar conflictos violentos. Esta tendencia continúa. Según el PNUD, al menos un tercio de la superficie terrestre del planeta está amenazada por la desertificación y 900 millones de personas ya sufren sus consecuencias. (UICN, 2000, p. 124).

**La seguridad del personal** sigue siendo motivo de preocupación en muchos países en los que operamos. El PNUD, conjuntamente con el Departamento de Seguridad de la Secretaría de las Naciones Unidas, seguirá concediendo prioridad a las medidas encaminadas a reducir la vulnerabilidad del personal y a promover la continuidad de las operaciones. (PNUD, 2014a, p. 62).

Todos são responsáveis e convidados a salvar o planeta “Precisamos, urgentemente, agir caso contrário não teremos este planeta para viver ou pelo menos para viver de forma digna”. (HENNING; GARRÉ; VIEIRA, 2017, p. 135). Escassez, conflitos violentos, vulnerabilidade, ameaças e consequências são destacados apontando para ações emergenciais. Por esse viés, faz-se necessário impedir ou antecipar esses acontecimentos que colocam em risco a população.

Popkewitz e Lindblad (2001) apontam que a noção de risco é usualmente adotada como categoria estatística. Segundo os autores emerge no século XIX quando um psiquiatra francês solicita às autoridades públicas a “monitoração especial daquelas ‘populações em risco’”. (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001, p. 138). Para eles, “Risco integra um modo de classificar pessoal por meio do raciocínio populacional. Não é apenas uma maneira de ordenar pessoas, pois integra a capacidade de também mudar como as pessoas se pensam enquanto atores no mundo”. (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001, p. 139). Esta noção de risco é importante para Foucault na operação da segurança considerando que é necessário calcular os riscos para estabelecer quem são os indivíduos ou grupos em risco, que localidades são de maior ou menor risco, por exemplo. (FOUCAULT, 2008a). Assim, “A segurança necessita saber administrar um tanto de permissividades indispensáveis, apoiando-se nos detalhes, e funciona como regulação pretendendo captar o desejável e o indesejável”. (PASSETTI, 2013, p. 4).

É na captura do desejável e do indesejável que identificamos um recorte no diagnóstico da população mundial feito pelos programas globais. Um recorte que busca

intervenções específicas em determinados grupos populacionais a fim de modificar os acontecimentos presentes para as futuras gerações. Destacamos as enunciações a seguir:

Velar por la **participación y la voz** con acceso equitativo a las oportunidades de desarrollo y las ventajas de toda la población, trabajando con los pobres y otros grupos excluidos, ya sean mujeres, jóvenes, poblaciones indígenas o discapacitados, como agentes de su propio desarrollo. (PNUD, 2014a, p. 17).

También se prevé que el cambio climático exponga a las poblaciones humanas asentadas en zonas vulnerables a fenómenos meteorológicos extremos y a cambios en la producción agrícola, lo cual generará inseguridad. (UICN, 2008, p. 33).

Pobreza e vulnerabilidade, duas palavras que passam a fazer parte das características de determinados grupos populacionais como, por exemplo, as mulheres. A pobreza é relacionada às questões ambientais desde meados dos anos de 1970, a partir da concepção de feminização da pobreza, mostrando que as mulheres estão se tornando mais pobres que os homens. Não há um consenso no seu entendimento, entretanto, o Centro Internacional da Pobreza<sup>28</sup> define a feminização da pobreza a partir das mudanças nos níveis de pobreza que desfavorecem as mulheres. (MEDEIROS; COSTA, 2008). Essa visão corrobora com as primeiras discussões sobre o tema com Diane Pearce, em 1978, no estudo intitulado, *Feminização da pobreza*, publicado no *Urban and Social Change Review*. (NOVELLINO, 2004).

No artigo que diz respeito aos estudos sobre a feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres, Maria Salet Ferreira Novellino, além de realizar um panorama de pesquisas desenvolvidas sobre a temática, contribui quando nos aponta a pensar na relação entre políticas de gênero e políticas de combate a pobreza. Há diferenças fundamentais para pensarmos nas implicações advindas da relação entre gênero e pobreza. A autora desenvolve a crítica de que as políticas estão mais voltadas para a sobrevivência das mulheres e de seus filhos e não realmente para uma política de gênero, a qual “têm como objetivo contribuir para o empoderamento das mulheres e para a erradicação da desigualdade de poder entre mulheres e homens”. (NOVELLINO, 2004, p. 10). A crítica a essa abordagem, ao lançar um olhar de gênero, se desdobra no direcionamento dado às famílias relacionando as práticas das mulheres à reprodução.

Os problemas da população colocaram às mulheres como alvo de estratégias de políticas da vida desde o final do século XVIII, nas preocupações demográficas com as taxas de natalidade da população. Já no século XX, cinco anos após a conferência sobre população do Cairo, conhecida como Cairo+5, enfatiza-se a urgência em intensificar as ações em

<sup>28</sup> Projeto o Programa das Nações Unidas (PNUD) e do governo brasileiro na Cooperação Sul-Sul.

algumas áreas. Por assim dizer: “redução da morbidade e mortalidade maternas, e de dobrar esforços para atender às necessidades dos adolescentes em matéria de saúde reprodutiva e prevenção do HIV/aids, assim como oferecer atenção a mulheres e jovens em situação de emergência”. (RELATÓRIO, 1994, p. 35).

Para Rosi Braidotti e autoras (1994), o crescimento da população foi identificado como o maior problema para o desenvolvimento dos países e causa da crise ambiental. Refrear esse crescimento, principalmente nos países em desenvolvimento, tornou-se parte das agendas internacionais. Elas destacam o economista britânico e considerado o pai da demografia, Thomas Malthus (1766-1834), que propagou a ideia de que “a classe trabalhadora no Nordeste da Europa, no processo de proletarização durante a era da industrialização e urbanização no século XIX, era pobre porque tinha demasiados filhos”. (BRAIDOTTI; CHARKIEWICZ; HAUSLER; WIERINGA, 1994, p. 199). Com isso, produziu a teoria do malthusianismo para o controle da população a fim de fugir da relação que identificou o crescimento populacional com a crise de subemprego e mortalidade infantil que, segundo Malthus, nos diz que “o controle da fertilidade através da abstinência, e a segregação da mão de obra em áreas separadas para homens e mulheres”. (BRAIDOTTI; CHARKIEWICZ; HAUSLER; WIERINGA, 1994, p. 200).

Na virada do século, as autoras destacam que os neomalthusianos apontaram a contracepção como resposta às condições de vida dos pobres. Assim, desenvolveram as questões de planejamento familiar que influenciaram nos modos de vida das mulheres. Para a autora “a implicação está no fato de as mulheres serem simultaneamente o problema – no seu papel de educação de crianças e utilizadoras de recursos – e a solução – visto que elas são capazes de limitar os números de nascimentos e recuperar o seu ambiente”. (BRAIDOTTI; CHARKIEWICZ; HAUSLER; WIERINGA, 1994, p. 202).

Abarcando a pobreza e colocando os pobres como os mais vulneráveis, o relatório de Desenvolvimento Humano, de 2014 do PNUD, aponta que todas as pessoas podem ser vulneráveis em diversas partes do mundo, inclusive nos países desenvolvidos, porém, destacam na figura quem é vulnerável a que e por que, importantes pistas para pensarmos na posição das mulheres como vulneráveis. No relatório, a vulnerabilidade das mulheres fica restrita às “catástrofes naturais, alterações climáticas e perigos industriais” devido a sua “localização, posição na sociedade e períodos sensíveis no ciclo de vida”. Assim, podemos notar a dimensão da segurança que irá delimitar os riscos para as intervenções bio/ecopolíticas em função do que poderá acontecer destacando as mulheres como os sujeitos dessa intervenção.

Quanto mais suscetíveis aos riscos, mais vulneráveis os grupos são. Neste caso, podemos notar na aplicação do relatório do PNUD, documento de referências para as políticas globais, ao relacionar a proximidade das mulheres com questões de mudanças climáticas, catástrofes e perigos industriais. Segundo Foucault “há riscos diferenciais que revelam, de certo modo, zonas de mais alto risco e zonas, ao contrário, de risco menos elevado, mais baixo de certa forma. Em outras palavras, pode-se identificar o que é perigoso”. (FOUCAULT, 2008a, p. 80). Quanto mais as mulheres estiverem próximas a esses fatores, mais vulneráveis são consideradas: “los grupos desaventajados, como los pobres, las mujeres y las minorías étnicas, son especialmente vulnerables ante los cambios de las condiciones ambientales”. (UICN, 2004, p. 42).

Nesse sentido, a segurança irá agir não para acabar com os riscos, mas administrá-los. Assim, nessa administração se estabelece os que necessitam de maior intervenção e a delimitação do espaço de segurança, principalmente dos países com maior índice de pobreza e vulnerabilidade nos diferentes espaços geográficos. “Además, la difusión geográfica de nuestra labor tendrá en cuenta la forma en que se distribuye la población en sectores urbanos, periurbanos y rurales”. (PNUD, 2014a, p. 16).

Nesse contexto, o gênero se faz presente através da captura das variáveis das populações de mulheres pobres com a finalidade de resgate do seu ambiente e retirada dos riscos da pobreza e vulnerabilidade.

En muchos países existe una estrecha relación entre población, equidad de género y los papeles y derechos de las mujeres y el estado del medio ambiente. Los cambios en el equilibrio de género como resultado de la migración selectiva, la guerra o la enfermedad traen consigo una presión adicional para que las mujeres se hagan cargo de las responsabilidades del hogar. Esto puede agravar las condiciones de pobreza, con un impacto aún mayor sobre los recursos naturales. (UICN, 2004, p. 18).

Dado que los dos tercios de los pobres son mujeres (según el Informe sobre el Desarrollo Humano del PNUD), las medidas deben incorporar también normas de **equidad** de género y asegurar que las mujeres sean beneficiarias directas de la reducción de la pobreza [...]. (UICN, 2008, p. 33).

El progreso logrado en estrechar la diferencia de género en cuanto a la educación no ha hecho que se eliminen las desigualdades en los mercados laborales, las normas que excluyen a las mujeres de la esfera pública siguen siendo fuertes en muchos lugares y la violencia de género constituye un problema importante [...].(PNUD, 2014a, p. 3).

en cuenta las diferencias de género, ingreso, lugar y otras características no relacionadas con el ingreso. Mejores datos, desagregados apropiadamente, permitirán un análisis de las políticas, incluida la aplicación de análisis de género, evaluación de efectos sobre el cambio climático y, en su caso, análisis de prevención de conflictos, centrado en la convergencia de cuestiones relacionadas con la pobreza, la equidad social, el medio ambiente y la gobernanza. (PNUD, 2014a, p. 21).

Mulheres, pobres, indígenas, comunidades locais são considerados grupos que necessitam de algumas intervenções devido aos efeitos dos desastres ambientais, mudanças climáticas, pobreza, entre outros. Apesar de os programas trazerem algumas imagens de homens desempenhando trabalhos que rompem com os estereótipos de gênero, como destacado pelo PNUD, ou realizando algum trabalho de energia renovável, como a UICN, nas enunciações de nossos descritores, os homens não estão presentes. O que nos faz questionar na dimensão relacional, destacada por Joan Scott (1995), que se estabelecem as relações de gênero em nossa sociedade. Afinal, onde estão os homens quando as mulheres são as mais afetadas pelos desastres, pobreza, catástrofes e perigos industriais? E mais, há mulheres que são menos afetadas?

A dimensão de gênero aborda outros aspectos nas relações entre mulheres e homens, mas também intra-gênero visibilizando a construção social que as relações são produzidas em meio as formas de poder que as colocam em funcionamento e as constitui. Nesse sentido, as questões que envolvem os estudos de gênero na sua articulação com as questões ambientais buscam problematizar as questões socioambientais de modo relacional, o que suscita a indagação: quais as bases que sustentam essas relações e que produzem sujeitos mais vulneráveis do que outros?

Nessa direção, é que se faz necessária a problematização do gênero com outros marcadores como de classe, raça/etnia, sexualidade, casta, religião, entre outras. Alguns estudos têm colocado em xeque esta utilização do gênero como referência às mulheres. Kimberlé Crenshaw (2002) contribui a pensar nas diferenças intragrupo que acentuam as mulheres racialmente marginalizadas no mundo. Para a autora, muitas vezes, enfatiza-se um problema como pertencendo ao grupo de mulheres sem a devida atenção a outras formas de subordinação. Ao atentar o olhar para as mulheres que são identificadas como vulneráveis, podemos notar uma marginalização social e racial que é desconsiderada pela abordagem que a autora denomina de superinclusão. Outra abordagem destacada pela autora se refere à subinclusão quando “a dimensão de gênero de um problema o torna invisível enquanto uma questão de raça e etnia”. (CRENSHAW, 2002, p. 175). Como exemplo a autora destaca a esterilização das mulheres afro-americanas e porto-riquenhas, nos Estados Unidos, em meados de 1950, implementada sem o consentimento ou autorização das mulheres. Segundo a autora a esterilização das mulheres no mundo não é tratada como uma questão racial, embora raça, classe e outros marcadores posicionam que mulheres precisam dessa intervenção.

A partir dessas abordagens podemos destacar a importância de não considerar as questões de gênero como algo isolado e/ou representativo de todas as mulheres da mesma



forma quando tratamos dos problemas ambientais. Nesse sentido, a autora nos convida a pensar no conceito de interseccionalidade que “busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. (CRENSHAW, 2002, p. 117). Esses eixos identificados pela autora como de raça, classe, etnia, gênero, entre outros, se cruzam criando intersecções. Considerar essas intersecções é importante, por exemplo, para a criação de políticas de não super-responsabilização das mulheres. Discussão que os estudos de gênero e meio ambiente tem desprezado, ou seja, o cuidado com a responsabilização supervalorizada das mulheres com o manejo dos recursos naturais, o crescimento populacional e o meio ambiente.

Nesse sentido, tanto o crescimento significativo da população mundial como os problemas das populações vulneráveis são ameaças à vida da população e ao planeta. Passar a população por uma “peneira” para delimitar seus problemas, regular as suas variáveis e intervir nas ameaças são uma nova forma de governar a população que emerge com o pensamento dos economistas no século XVIII. Mais do que a quantidade de pessoas ou trabalhadores dóceis para uma boa economia, agora se precisa de um número desejável que varia de acordo com os recursos, o trabalho, o consumo e os preços.

Nessa direção, a regulação da população se torna uma das principais preocupações para o futuro. Manter a população e o planeta *seguros* se torna a principal preocupação dos programas para os países. Segurança cidadã, segurança humana, segurança alimentar são expressões frequentemente utilizadas para chamar a atenção dos países frente aos problemas que podem causar perigo e ameaça à vida. Por esse viés é necessário um plano de ação em defesa da vida e do planeta. Para tal empreendimento se faz necessária a convocação de todos: governos, organizações não-governamentais, sociedade civil, empresas, mídia, entre outras para a implementação de planos de segurança para um futuro sustentável.

A segurança alimentar é a palavra que mais é destacada pelos programas. Como objeto de política pública, a segurança alimentar está articulada com o acesso de todas as pessoas a uma alimentação nutritiva para uma vida ativa e saudável. No Brasil, foi desenvolvido o programa Fome Zero<sup>29</sup>, de 2003, para a implementação da segurança alimentar. Em 2014, países da América Latina e Caribe lançaram um plano de ação no combate à fome e à obesidade até 2025.

---

<sup>29</sup> O programa é uma estratégia governamental para o combate à fome e visa ao acesso aos alimentos básicos para os mais pobres. Com ajuda financeira (cartão bolsa-família), restaurantes populares, distribuição de vitaminas, microcrédito, etc. Este foi um dos maiores programas de combate à fome e, em 2014, retirou o país do mapa da fome da ONU.

O termo, segurança humana, surgido nos anos de 1994, inaugurado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é centrado nos seres humanos, no desenvolvimento, combate a pobreza extrema, inclusão, entre outros. Ele propõe como foco as populações na defesa contra desastres, mudanças climáticas que ameaçam a sobrevivência e meios de vida da população. De acordo com o relatório de desenvolvimento humano

considera-se que um bom desempenho em termos de segurança humana implica simultaneamente conseguir um bom nível de desenvolvimento humano e uma segurança relativa das populações contra os riscos decorrentes da economia, da doença, da violência e da degradação ambiental. (PNUD, 2014, p. 18)

Juntamente com o combate aos riscos das violências encontra-se a segurança cidadã que visa ao respeito e aos direitos humanos no que tange às questões de criminalidade. (COMISSÃO, 2009). É, principalmente, utilizada pelo PNUD ao abordar as questões de violência, conflitos armados e paz. “Los intentos por mejorar la autoorganización de la comunidad, la participación y la labor policial para la reducción del delito y las conductas y actitudes antisociales mejorarán considerablemente las perspectivas de éxito en lo que se refiere a la seguridad ciudadana”. (PNUD, 2014a, p. 31). A partir dessas estratégias se busca alcançar um desenvolvimento sustentável em nome da vida e do planeta. Para essa implementação os programas orientam os monitoramentos: Indicadores, secretarias e pesquisas nos diversos países.

Frente ao investimento em monitoramento e orientações para Estados e países realizados pelos programas, vemos novamente a preocupação com o futuro. De acordo com Foucault (2008a, p. 26) é preciso “levar em conta o que pode acontecer”. Pensar o futuro, projetar o futuro, criar expectativas e organizar a vida para o futuro será uma preocupação constante dessas estratégias: Realizar a segurança alimentar para que as pessoas não percam a vida devido à fome e à pobreza extrema; implementar projetos de segurança humana para uma vida saudável e segura das mudanças climáticas e desastres ambientais estão relacionadas a um modo de fazer viver para um futuro que se considera sustentável. Esse processo só se realiza pela administração dos riscos de fome, desastres, escassez, conflitos armados, entre outros.

Nessa perspectiva, ao realizar uma análise sobre alguns documentos da Organização das Nações Unidas, Ema Foster (2014), contribui para pensarmos nos discursos que têm vinculado e regulado a população sob o viés do desenvolvimento sustentável normalizando os sujeitos nos aspectos de gênero, raça e sexualidade. Os monitoramentos são um exemplo de regulação das populações que passam a identificar situações de riscos, sujeitos potenciais de

transformação e prescrições para os países. Como estratégia de regulação, os monitoramentos buscam produzir um determinado sujeito, no caso, determinado grupo de mulheres.

Assim, a preocupação com a igualdade de gênero é fundada em um projeto de produção ou capacitação para o alcance de um desenvolvimento sustentável. As mulheres dos grupos vulneráveis são destacadas pelo seu potencial de produção. Nesse sentido, a autora procura lançar um olhar de desconfiança para os discursos que circulam na agenda 21 e que relacionam as mulheres no âmbito da regulação da população, considerando que os mesmos produzem identidades normalizadas, capitalistas e etnocêntrica. Edson Passetti, a partir das contribuições da ecopolítica, nos possibilita identificar o redimensionamento das populações na atualidade, pois “Não se trata de um governo da população como na biopolítica, mas de governo *com* cada população para que viva agrupada, móvel, *resiliente*, participativa, em função de cada um, de seu agrupamento e da conservação do planeta”. (PASSETTI, 2013, p. 13, grifos do autor).

Diante disso, cabe-nos a inquietação de como a educação ambiental se encontra em tempos de gênero, segurança e desenvolvimento sustentável na regulação da população.

### **Por fim, a educação ambiental em tempos de gênero, segurança e desenvolvimento sustentável**

Gênero, segurança e desenvolvimento sustentável são engendrados pelos programas e vêm constituindo políticas para as populações de mulheres ditas vulneráveis. Nesse contexto, a educação ambiental também é produzida.

A educação ambiental (EA) é um importante campo de saber que não deixa de estar imersa nessa discursividade bio/ecopolítica. Desde os anos de 1970, alargando-se a partir dos anos de 1990, a EA tem contribuído para pensar a questão ambiental de forma interdisciplinar nos espaços formais, não-formais e informais de educação. A EA que temos problematizado situa-se a partir das perspectivas pós-críticas buscando a problematização e a desnaturalização das ações e relações ambientais. Nesse sentido, torna-se imprescindível a discussão da sustentabilidade articulada a esse modelo de desenvolvimento que captura as populações para melhor regular.

A sustentabilidade é um termo ecológico, mas teve sua expansão com as abordagens de desenvolvimento. Ao pensar nesse termo alguns autores e autoras (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2012) têm problematizado o efeito de dispositivo da sustentabilidade considerando a sua penetração nos diversos espaços sociais e a sua urgência histórica como

resolução para um futuro viável para as próximas gerações, ou seja, nas esteiras de Foucault, como um conjunto heterogêneo de elementos que dão visibilidade e a colocam na ordem dos discursos. Além disso, a sustentabilidade como dispositivo engaja-se na construção de subjetividades verdes. Assim, somos todos chamados para a discursividade sustentável e interpelados a consumir verde. A partir da ambientalização ou esverdeamento, este dispositivo produz sujeitos desejosos pela promoção da sustentabilidade. A ideia é tornar os sujeitos capazes de agir sobre suas próprias ações a partir dos discursos de verdades disseminados na sociedade.

Assim, o exercício de análise dos programas nos proporcionou a tencionar, como educadoras ambientais, o que se instituí na sociedade a partir do desenvolvimento sustentável e abrir ao diálogo as questões de gênero visibilizando o caráter de verdade e expansão na contemporaneidade que constrói as políticas ambientais e trazem ensinamentos sobre as populações de mulheres como grupos excluídos e vulneráveis. As problematizações dos/as autores/as abordados, a partir de Foucault, nos possibilitaram reconhecer processos e mecanismos de poder que potencializam essa discursividade. Ao expandir a ideia de governamentalidade para o estudo da ecogovernamentalidade ou governamentalidade ambiental, os autores e as autoras nos possibilitam questionar que as preocupações com a perda da biodiversidade e os recursos naturais não precisam ser melhor administradas, mas precisam, isto sim, de um equilíbrio ambiental e econômico para a sustentabilidade de todo o planeta. (MALETTE, 2011, p. 17).

Colocar em exame esses mecanismos de poder é confrontar o estatuto de verdade que aborda Foucault. Tencionar essa governamentalidade e suas estratégias se torna primordial para colocar em xeque as formas de captura e subjetivação dos sujeitos na contemporaneidade, a forma como as questões ambientais são pensadas e gestadas, bem como as posições ocupadas por países e grupos populacionais. Nessa perspectiva, apontamos outra potencialidade da educação ambiental ao abordar as questões de gênero e segurança, ou seja, as discussões de direitos humanos. Isso significa considerar as relações de poder que posicionam homens e mulheres nos graus de vulnerabilidade e pobreza, assim como considerar a relação histórica dos países Norte/Sul e suas implicações para as formas de vida no planeta.

Nesse viés, a educação ambiental pode contribuir ao se afastar de uma educação para o desenvolvimento sustentável ou para a sustentabilidade, justo por que essa discursividade, como pretendemos deixar evidente nesse artigo, nos captura de forma a regular nossos modos de ser e estar como sujeitos de uma sociedade que busca o desenvolvimento sustentável.

Nesse esforço, as mulheres são identificadas como o grupo populacional estratégico de gênero e alvo das intervenções que ensinam, a partir de dados e estatísticas, a existência de um desequilíbrio de gênero, de desigualdades, de violência de gênero que afeta diretamente as mulheres, de condições de pobreza, entre outras. Além disso, ao se valer do gênero para identificar as mulheres esta discursividade posiciona-o como uma forma de dispositivo de captura, a fim de se alcançar, com segurança, um desenvolvimento sustentável. Equidade de gênero, diferença de gênero, análise de gênero e equilíbrio de gênero são utilizados nos programas para destacar os problemas decorrentes que afetam as mulheres e o investimento nos mesmos no combate à pobreza, manejo dos recursos naturais, etc.

Assim, a EA pode nos convidar a pensar a humanidade, a sociedade e diferentes relações e inter-relações entre jogos de poder e interesses no âmbito social. Em nosso entendimento, ela pode potencializar a visibilidade dos embates, as estratégias e os efeitos de verdade que o discurso do desenvolvimento sustentável, nos atravessamentos de segurança e gênero, desempenha na regulação e no desejo de governar as populações.

### Referências

BASTOS, Alexandre Marucci. **Dossiê DEDS (2005-2014) – A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil**: uma análise pela perspectiva estratégica. 2016. 361f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Araraquara/SP, 2016.

BRAIDOTTI, Rosi; CHARKIEWICZ, Ewa; HAUSLER, Sabine; WIERINGA, Saskia. **Mulher, ambiente e desenvolvimento sustentável. Para uma síntese teórica**. São Paulo: Instituto Piaget, 1994.

BRANCO, Guilherme Castelo. A seguridade social em Michel Foucault. **Revista Eopolítica**, São Paulo, n. 6, p. 76-89, jan./abr., 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/14985/11183>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COMISSÃO Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório sobre segurança cidadã e direitos humanos**. 2009. Disponível em: <<http://cidh.oas.org/pdf%20files/seguridad%20ciudadana%202009%20port.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 10, p. 171-188, 1. sem. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

- FOSTER, Emma A. International sustainable development policy: (re)producing sexual norms through eco-discipline. **Gender, Place & Culture**. A Journal of Feminist Geography, Canadá, v. 21, p. 1029-1044, 2014. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0966369X.2013.810593?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em: 03 nov. 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso no Collège de France (1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.
- GODOY, Ana. **A menor das ecologias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- GRUN, Mauro. A produção discursiva sobre Educação ambiental: Terrorismo, arcaísmo e transcendentalismo. In: VEIGA-NETO, Alfredo. **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 159-184.
- HENNING, Paula; GIBBON, Cleber; HENNING, Clarissa Corrêa; GARRÉ, Bárbara Hees. Educação Ambiental e Discurso: estratégias biopolíticas e produção de verdades. **Educação em Foco**, Juíz de Fora, v. 19, n. 1, p. 221-242, mar./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2015/07/Ed-Foco-v19-n1-mar14-jun14-final.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- HENNING, Paula Corrêa; GARRÉ, Bárbara Hees; VIEIRA, Virginia Tavares. O discurso da educação ambiental em artefatos culturais da atualidade. **Interacções**, Lisboa, v. 13, n. 44, p. 123-143. 2017. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/9858>>. Acesso em: 14 out. 2017.
- LEMKE, Thomas. Os riscos da segurança: liberalismo, biopolítica e medo. In: AVELINO, Nildo; VACCARO, Salvo (Org.). **Governamentalidade e Segurança**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CAPES, 2014. p. 105-127.
- MALETTE, Sébastien. Foucault para o próximo século: Ecogovernamentalidade. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, v. 1, p. 4-25, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7654/5602>>. Acesso em: 01 set. 2017.
- MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana. **O que Entendemos por “Feminização da Pobreza”?** Centro Internacional de Pobreza, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager58.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MEIRA, Pablo; SATO, Michèle. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 14, n. 25, p. 17-31, 2005.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14. Caxambú: ABEP, 2004. **Anais...** Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1304/1268>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

PASSETTI, Edson. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 5, jan./abr., p. 2-37, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/viewFile/15120/11292>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

POPKEWITZ, Tom; LINDBLAD, Sverker. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 75, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a08.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. 2014. Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014\\_pt\\_web.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2017.

PNUD. **Plan estratégico del PNUD, 2014-2017**. Cambiando com el mundo. 2014a Disponível em: <[http://www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/corporate/Changing\\_with\\_the\\_World\\_UNDP\\_Strategic\\_Plan\\_2014\\_17.html](http://www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/corporate/Changing_with_the_World_UNDP_Strategic_Plan_2014_17.html)>. Acesso em: 02 nov. 2015.

REIGOTA, Marcos. Educação Ambiental: a emergência de um campo científico. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 499-520, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175-795X.2012v30n2p499/23328>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

RELATÓRIO da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. **Plataforma de Cairo**. 1994. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2017.

REVEL, Judith. Nas origens do biopolítico: de Vigiar e punir ao pensamento da atualidade. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter (Org.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 51-62.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini de; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. O dispositivo da sustentabilidade: pedagogias no contemporâneo. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, 395-409, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2012v30n2p395>>. Acessos em: 30 abr. 2016.

SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima Editora, 2003.

SAUVÉ, Lucie; BERRYMAN, Tom y BRUNELLE, R. Tres décadas de noratividad internacional para la educación ambiental una crítica hermenéutica del discurso de las Naciones Unidas. *In*: GONZÁLEZ GAUDIANO, Édgar Javier (Coord.). **Educación, medio ambiente y sustentabilidad**. México, UANL/Siglo XXI, 2008. p. 25-52.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

**UICN. Programa cuadrienal de la uicn 2001-2004.**

Proyecto aprobado por el Consejo de la UICN para su consideración y aprobación por el Congreso Mundial de la Naturaleza Amman, Jordania. 2000. Disponible em: <[https://cmsdata.iucn.org/downloads/stepping\\_into\\_es.pdf](https://cmsdata.iucn.org/downloads/stepping_into_es.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

**UICN. El programa 2005–2008 de la uicn.** Muchas voces, una tierra. Adoptado em el Congreso Mundial de la Naturaleza Bangkok, Tailandia. 2004. Disponible em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/WCC-3rd-002-Es.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

**UICN. Diseñando un futuro sostenible. Programa de la UICN 2009–2012.** Adoptado en el Congreso Mundial de la Naturaleza, Barcelona, España. 2008. Disponible em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/WCC-4th-006-Es.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

**UICN. Programa de la UICN 2013-2016.** Adoptado por el Congreso Mundial de la Naturaleza de la UICN. 2012. Disponible em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/WCC-5th-003-Es.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

VELÁZQUEZ, Margarita. **Género y ambiente em latinoamérica**. Cuernavaca, Mor: UNAM, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias, 1996. Disponible em: <<http://www.crim.unam.mx/web/sites/default/files/G%C3%A9nero%20y%20ambiente%20en%20Latinoam%C3%A9rica.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambiente**, Rio Grande, p. 208-224, dez. 2014. Volume especial. Disponible em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/4860/3045>>. Acesso em: 01 nov. 2017.



**OS MOVIMENTOS DE ANÁLISES NO TECIDO DOCUMENTAL**

**Artigo III**

**“O gênero é fundamental para o desenvolvimento sustentável”: reflexões sobre a  
operação de dispositivos em programas globais e seus efeitos para a Educação  
Ambiental**

### **3.3 “O gênero é fundamental para o desenvolvimento sustentável”: reflexões sobre a operação de dispositivos em programas globais e seus efeitos para a Educação Ambiental<sup>30</sup>**

Dárcia Amaro Ávila<sup>31</sup>

Paula Regina Costa Ribeiro<sup>32</sup>

Paula Corrêa Henning<sup>33</sup>

**Resumo:** Apresentamos no presente ensaio de análise algumas reflexões sobre a discursividade da categoria gênero no âmbito de programas globais como, por exemplo, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e União Internacional de Conservação da Natureza - UICN. Inspiradas nas teorizações de Michel Foucault e nos estudos de gênero e feministas, estabelecemos algumas articulações com a Educação Ambiental. Por esse viés, destacamos a operação do gênero como dispositivo que, articulado aos dispositivos da Sustentabilidade e da Educação Ambiental, procura gerir a população para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, a partir dos dispositivos percebemos a possibilidade de outras formas de entender a Educação Ambiental na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental. Gênero. Dispositivo.

#### **“The gender is fundamental to the sustainable development”: reflexions over the operations of dispositif in global programs and their effects on Environmental Education**

**Abstract:** We present in this analysis test some reflexions over the discursivity of the gender category in the scope of global programs, such as the United Nations Development Programme - UNDP and the International Union for Conservation of Nature - IUCN. Inspired in the theorizations of Michel Foucault and in feminist and gender studies, we stablished some articulations with Environmental Education. This way, we highlight the operation of gender as a dispositif that, articulated with the devices of Sustainability and Environmental Education, looks to manage the population in order to achieve sustainable development. In this perspective, from the devices, we understand the possibility of other ways to understand the Environmental Education in the contemporaneity.

**Key-words:** Environmental Education. Gender. Dispositif.

---

<sup>30</sup> Parte das discussões presentes no artigo foi abordada no VII Encontro e diálogos com a Educação Ambiental promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Este artigo foi publicado na Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA).

<sup>31</sup> Doutoranda em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande – FURG/Brasil. E-mail: [darcia.avila@furg.br](mailto:darcia.avila@furg.br).

<sup>32</sup> Professora doutora da Universidade Federal do Rio Grande – FURG/Brasil. [pribeiro.furg@gmail.com](mailto:pribeiro.furg@gmail.com)

<sup>33</sup> Professora doutora da Universidade Federal do Rio Grande – FURG/Brasil. [paula.c.henning@gmail.com](mailto:paula.c.henning@gmail.com)

## Notas iniciais

Contemporaneamente vivemos o que alguns/algumas autores/as afirmam ser uma crise ambiental, na qual colapso, escassez, risco, impactos, destruição e caos são palavras comumente utilizadas nas mídias e em diferentes artefatos como referência ao meio ambiente e à natureza. Podemos dizer, com isso, que vivenciamos um *boom* ecológico, uma explosão discursiva nas palavras de Mauro Grun (1995).

Nesse contexto discursivo, emergem ações governamentais e não governamentais a fim de controlar a crise; como marca da atual sociedade, o controle passa a ser desempenhado na tentativa de salvar o planeta para a presente e as futuras gerações. Nessa direção, vemos emergir projetos de programas globais, tais como: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e União Internacional de Conservação da Natureza - UICN, para citar alguns.

Em cada um dos programas vemos emergir discursos sobre o gênero<sup>34</sup> como meta para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Essa discursividade nos inquietou e nos mobilizou a problematizar: como as questões de gênero estão articuladas ao desenvolvimento sustentável? Um conceito colocado em disputa frente às implicações políticas, econômicas e ambientais contemporâneas.

Assim, utilizamos das contribuições dos estudos de gênero e feministas, como também de estudos foucaultianos, para compreender em que medida o desenvolvimento sustentável mobiliza certos dispositivos, entre eles: dispositivo da Sustentabilidade, dispositivo da Educação Ambiental e dispositivo de Gênero. Frente a essas considerações, propomos neste texto uma reflexão sobre esses dispositivos nos programas globais e seus efeitos para pensar a Educação Ambiental (EA).

## Sobre desenvolvimento sustentável, dispositivos, gênero e Educação Ambiental

O desenvolvimento sustentável se apresenta na atualidade como uma palavra de ordem nas políticas e programas ambientais. Em suas tramas vemos emergir enunciações que integram o gênero como fundamental para o alcance dessa meta e melhoria do planeta. Nessa direção, o que propicia a proliferação de gênero no desenvolvimento sustentável?

Inquietadas com essas questões, estabelecemos articulações com as ferramentas teórico-metodológicas de um dos autores que atravessa nossos estudos, Michel Foucault.

---

<sup>34</sup> Gênero como uma categoria é defendido por Joan Scott (1995) como importante ferramenta de análise histórica sobre as relações de poder que envolvem mulheres e homens.

Segundo Gilles Deleuze “Quando as pessoas seguem Foucault, quando têm paixão por ele, é porque tem algo a fazer com ele, em seu próprio trabalho, na sua existência autônoma”. (DELEUZE, 1992, p. 108). Acolhendo essa ideia, estudiosos/as do campo da Educação Ambiental têm realizado pesquisas utilizando alguns conceitos foucaultianos, tais como: pensar a construção de enunciados ambientais no currículo (OLIVEIRA, 2005); a invenção de dispositivos pedagógicos sobre o ambiente (GUIMARÃES, 2010); a emergência da EA como campo científico (REIGOTA, 2012), a EA como um dispositivo (GARRÉ, 2015); a crise ambiental em evidência (VIEIRA; HENNING, 2013); a EA nos atravessamentos midiáticos (HENNING, 2012), entre outros. Assim, ao longo de nosso texto, estabeleceremos algumas interlocuções com essas análises para pensar a discursividade da categoria gênero como um dispositivo que, articulado aos dispositivos da Educação Ambiental e da Sustentabilidade, regula a população em busca do desenvolvimento sustentável.

Desde o ano de 1987 o conceito de desenvolvimento sustentável é utilizado com base na divulgação do Relatório Brundtland<sup>35</sup>, intitulado “Nosso futuro comum”, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, fruto de disputas históricas entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. O relatório buscava medidas de articulação para o combate à crise como um problema da sociedade e estratégias para o equilíbrio ambiental. Para Foucault “a crise é esse fenômeno de disparada circular que só pode ser controlado por um mecanismo superior, natural e superior, que vai freá-la, ou por uma intervenção artificial”. (2008a, p. 81).

Por esse viés, como um fenômeno, os acontecimentos como aquecimento global, derretimento de geleiras, toneladas de lixo produzidas por nós, são materialidades que vivenciamos cotidianamente. Porém, o que dizemos e fazemos com base nesses acontecimentos é produzido discursivamente; assim, para o autor, é necessário considerar “que as intervenções políticas e econômicas do governo modificaram o curso das coisas [...]”. (FOUCAULT, 2008a, p. 30). Em meio a essas intervenções, vemos emergir certos dispositivos de controle e regulação da população para um desenvolvimento que assegure o futuro dessa e das próximas gerações.

Desde que o dispositivo disciplinar e da sexualidade foram problematizados por Foucault, houve uma proliferação de trabalhos para pensarmos os mecanismos de poder que perpassam as relações: dispositivo pedagógico da mídia (FISCHER, 2001), dispositivo da

---

<sup>35</sup> Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento chefiada por Gro Harlem Brundtland, primeira-ministra da Noruega apresentou o documento *Nosso Futuro Comum*, mais conhecido como Relatório Brundtland.

maternidade (MARCELLO, 2009), dispositivo da infantilidade (CORAZZA, 2002). Nessa perspectiva, temos pensado em suas contribuições para a Educação Ambiental a partir do dispositivo da Sustentabilidade (SAMPAIO, 2012), da Educação Ambiental (GARRE, 2015) e, neste estudo, o dispositivo de Gênero (AMIGOT LEACHE; PUJAL I LLOMBART, 2009; VARGAS-MONROY; PUJAL I LLOMBART, 2013) identificado nos programas globais.

Não pretendemos fixar definições normativas acerca do dispositivo, mas, como salienta Abadía (2003), tornar visível a multiplicidade de elementos que remetem ao dispositivo. Nesse sentido, Michel Foucault, ao discorrer sobre dispositivo, destaca o entendimento de ser uma rede de um conjunto heterogêneo de elementos (discursos, leis, instituições, etc.), que possui uma função estratégica concreta na sociedade. Essa função corresponde, para Foucault (1988), a uma urgência histórica. Assim, mais do que definir o que é um dispositivo, nos propomos a refletir com os autores e autoras os efeitos e as condições de possibilidades dos dispositivos que vêm se tornando potentes nos saberes e fazeres ambientais. A que urgência histórica o dispositivo da Sustentabilidade e da Educação Ambiental responde? E o dispositivo de Gênero?

Shaula Sampaio (2012) destaca o caráter recente das discussões sobre o desenvolvimento sustentável – e de sua variante Sustentabilidade – com base nas críticas ambientalistas enraizadas a partir das modificações da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), participando todos os países do globo, direta ou indiretamente. Além disso, destaca a ONU (Organização das Nações Unidas), o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento como instituições envolvidas na proliferação de medidas para a melhoria e desenvolvimento dos países no pós-guerra. Nas palavras da autora: “O desenvolvimento foi atrelado indelevelmente ao crescimento econômico a partir da assunção de que haveria um patamar a ser almejado e alcançado pelas nações consideradas ‘subdesenvolvidas’”. (SAMPAIO, 2012, p. 100, grifo da autora).

Assim, na década de 1960 e 1970 o termo desenvolvimento foi criticado pelos movimentos ambientalistas pelo viés econômico e tecnológico, provocando várias conferências, encontros e tratados. Segundo Michele Sato (2003), ao longo das últimas duas décadas podemos destacar alguns acontecimentos ambientais como as Conferências de Estocolmo e de Tbilisi (originaram as primeiras manifestações de Educação Ambiental); o Relatório Brandt de 1980; a Estratégia Mundial de Conservação de 1980, o Relatório de Brundtland ou “Nosso futuro comum” de 1987, a Agenda 21 em 1992, bem como a Rio 92 e a Rio +20. Esses acontecimentos impulsionaram o conceito de desenvolvimento sustentável presente no documento intitulado “Nosso futuro comum”, entretanto, ainda é alvo de críticas

de pesquisadores/as e movimentos ambientalistas que denunciam o viés econômico presente no documento. Para Sampaio “[...] nestes mais de vinte anos de existência, a noção de desenvolvimento sustentável – ou da sua variante ‘sustentabilidade’ – vem se popularizando e se disseminando cada vez mais”. (2012, p. 102, grifo da autora).

“Feche a torneira para escovar os dentes”, “coloque o lixo nas cores indicadas”, “Apague a luz antes de sair de casa”, “plante uma árvore” são alguns exemplos de como o dispositivo da Sustentabilidade opera nos detalhes. O dispositivo, segundo Foucault, é um conjunto heterogêneo, um mecanismo de poder<sup>36</sup>:

[...] ele é absolutamente heterogêneo com relação aos novos procedimentos de poder que funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei mas pela normalização, não pelo castigo mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e seus aparelhos. (FOUCAULT, 1988, p. 86).

Por esse viés, o dispositivo configura-se como um mecanismo de normalização e controle para além de governos e instituições, mas, também, interpelando-os. Essa forma de atuação do dispositivo está interligada com a própria constituição da sociedade atual. Ao destacar o termo dispositivo Foucault, em algumas obras como *História da Sexualidade I* (1988) e *Em defesa da Sociedade* (2005), demonstra sua função de regularização e controle da população. Deleuze (1992) irá a partir de Foucault abordar a sociedade de controle que, para além da disciplina própria da sociedade disciplinar, está centrada nos mecanismos de poder nos corpos dos indivíduos para a produção da sociedade; na sociedade de controle busca-se o corpo social, a população. Deleuze (1992) destaca que Foucault concorda que seremos mais controlados que disciplinados no futuro; isso não significa que a disciplina acabou, mas que ela, muitas vezes, não age sozinha. Para Veiga-Neto o controle não é novo, o que vivenciamos é uma mudança de ênfase. Assim, nas palavras do autor:

Nessas novas sociedades, proliferam vários sistemas de controle interconectáveis cuja existência se manifesta materialmente, para nós, na infinidade e redundância de relatórios, formulários, fichas, senhas de acesso hierarquizadas, cartões, cadastros, *portfolios*, registros (em bancos de dados) e uma infinidade de outros documentos. (VEIGA-NETO, 2008, p. 147, grifo do autor).

Notamos a propagação de técnicas de controle para a produção dessa nova sociedade. Pensando na questão ambiental, quais técnicas de controle estão presentes? Como vimos, o dispositivo da Sustentabilidade opera nos detalhes e perpassa toda a sociedade, do sujeito à

---

<sup>36</sup> Para Michel Foucault (2002), o Poder de Normalização, instaurado a partir do século XVIII, não é negativo, da ordem da repressão, mas produtivo. Além disso, destaca que esse poder não é conservador, mas inventivo que detém os princípios de transformação e inovação. Um poder que não está ligado ao desconhecimento, pois pode funcionar com uma formação de saber.

população; assim, notamos campanhas publicitárias para a Sustentabilidade, o consumo sustentável, a criação de espaços verdes próprios para a conservação da natureza, projetos e programas com metas e objetivos para a Sustentabilidade do planeta em todas as áreas, incluindo a educação. Nesse sentido, destacamos outra característica do dispositivo: ele nunca opera sozinho.

Os acontecimentos ambientais destacados por Michele Sato provocaram a discussão da possibilidade de um outro modo de existência, e palavras como “sustentável” e “ecológico” passaram a fazer parte do cotidiano da população. Aqui, podemos notar a articulação de diferentes dispositivos, como o da Educação Ambiental. (GARRÉ, 2015). Somente somos interpelados por enunciações sustentáveis, pois os discursos sobre a crise ambiental se proliferaram e, segundo a autora, a visão catastrófica do planeta e o medo são disseminados em diferentes instâncias sociais e artefatos culturais<sup>37</sup>. Assim, a emergência do dispositivo da Educação Ambiental possibilitou uma maior produtividade da operação do dispositivo da Sustentabilidade – como vimos, um dispositivo que é articulado a outros dispositivos de seu tempo.

Nesse contexto, somos ensinados e convocados para essa ordem do discurso sustentável para o futuro das gerações. Quem ousaria, na atualidade, não ensinar para seus filhos/as ou na escola a Sustentabilidade? Somos todos/as convocados/as a participar, mas será que todos/as participam da mesma maneira? Nas palavras de Garré,

No dispositivo da EA há uma certa objetivação de sujeitos que se dá através de ensinamentos quanto às condutas e comportamentos adequados em relação às necessidades ambientais. A todo momento, os sujeitos são acionados, acessados nas malhas desse dispositivo, sendo convidados ou convocados a se inserirem num processo de mudança, de transformação de atitudes, que repercutam positivamente a favor da vida do Planeta. (2015, p. 42).

Nessa direção, vivemos uma sociedade em que os sujeitos são capturados e subjetivados por diferentes dispositivos para a melhoria do planeta. Para Abadía (2003, p. 13) “hoje não haveria um só instante na vida dos indivíduos que não seja modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo”, e nesse processo constituímos subjetividades ecológicas, ou seja, formas ecológicas de estar no mundo. (CARVALHO, 2005). Mas por que esses direcionamentos e orientações na vida dos sujeitos? Como vimos, o dispositivo tem uma função estratégica na sociedade; assim, tanto o da Sustentabilidade quanto o dispositivo da

---

<sup>37</sup> Entendemos artefatos culturais como produções resultadas da cultura - livros, campanhas publicitárias, filmes, jornais, programas de TV e radiofônicos, entre outras.

Educação Ambiental visam capturar e agenciar sujeitos para melhorar a vida no planeta. O que nos provoca a pensar no dispositivo de Gênero: Que função este desempenha em meio a tantos dispositivos?

Apesar de as questões de gênero e das mulheres não fazerem parte das preocupações de Michel Foucault em sua época, na contemporaneidade, os estudos de gênero e feministas têm-se utilizado de suas ferramentas para suas análises. Assim, dizer que o gênero é um dispositivo de poder significa considerar seu caráter produtor e regulatório da vida social e das subjetividades, conforme alguns/as autores/as. (AMIGOT LEACHE; PUJAL I LLOMBART, 2009; VARGAS-MONROY; PUJAL I LLOMBART, 2013).

Entendemos que o conceito de gênero possui uma história<sup>38</sup> e, assim, nem sempre foi considerado como uma categoria para explicar as relações socialmente construídas sobre homens e mulheres. Entretanto, como um dispositivo vinculado às questões ambientais, identificamos a sua proliferação ao final do século XX, respondendo à urgência histórica de uma sociedade mais justa e equilibrada com base nas manifestações da sociedade civil e movimentos sociais. (CASTRO; ABRAMOVAY, 1997).

Relacionamos esta força do dispositivo de Gênero a dois fatores: primeiramente, a própria formação de seu campo de saber; afinal, o que significa adotar uma perspectiva de gênero? Esta abordagem estava ausente das teorias e estudos sobre a categoria gênero desde o século XVIII até o começo do século XX, pois o que se considerava era a oposição masculino/feminino ou como uma “questão feminina”. (SCOTT, 1995, p. 85). Outro fator que destacamos é a modificação de uma prática discursiva de desenvolvimento para o desenvolvimento sustentável. Consideramos que esta modificação implicou em uma estratégia de intervenção no combate à crise ambiental que produziu alguns efeitos na sociedade, gerindo a população e o planeta e tornando visível e enunciável o gênero nas políticas ambientais globais.

Assim, considerar o gênero como um dispositivo de poder nos programas ambientais, e não somente como uma categoria teórica e analítica, é entender que ele “opera como problematización de identidades, relaciones e instituciones sociales y discursos, incluso para aquellos que se consideran progresistas”. (AMIGOT LEACHE; PUJAL I LLOMBART, 2009, p. 146). Ele mobiliza o que Foucault destaca como um conjunto heterogêneo de elementos.

---

<sup>38</sup> Para Butler, apesar de cientistas sociais apontarem o gênero como uma dimensão, ele é aplicado “as pessoas reais como uma “marca” da diferença biológica, linguística e/ou cultural”. (BUTLER, 2003, p. 28). É um conceito que rejeita o determinismo biológico e, assim, foi forjado em meio às discussões teóricas da segunda onda do movimento feminista como diferente de sexo. A partir do final de 1960 há diferentes formas de compreensão desse conceito, entretanto, a continuidade das abordagens está na problematização do caráter naturalizante das diferenças entre homem e mulher que provocaram desigualdades, discriminações e violências.



Podemos perceber tais questões tomando, por exemplo, a proliferação de planos estratégicos para a igualdade de gênero PNUD 2014-2017 (2014a), UICN 2013-2016 (2012); UNESCO 2014-2021 (2014), Banco Mundial 2016-2021 (2016); Organizações ONU Mulheres, Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade; a recente Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, entre outros.

Para Gilles Deleuze (2005, p. 82) o dispositivo é “um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente”. Estas linhas variam de direções e podem ser quebradas como, por exemplo, as linhas de fissura que nos provocam a pensar que não somos passivos às capturas dos dispositivos. A fim de compreender a operação de um dispositivo e desenredar suas linhas, Deleuze aponta para a tarefa de criar um mapa ou percorrer terras desconhecidas.

Frente a essa tarefa, o autor destaca as curvas de visibilidade e de enunciação que nos possibilitam ver e falar do dispositivo. Nessa linha de visibilidade ou de luz, o dispositivo pode fazer nascer ou desaparecer um objeto. Segundo Deleuze “[...] se há uma historicidade dos dispositivos, ela é a dos regimes de luz – mas é também a dos regimes de enunciado”. (2005, p. 85). Por esse viés, as linhas de enunciação são curvas enunciadas que distribuem variáveis; por exemplo, os regimes de enunciado determinam o espaço do enunciado e o que pode ser dito em um dado dispositivo. Em seguida, o autor destaca as linhas de forças que “[...] estabelecem o vai e vem do ver e dizer” (p. 85) e que passam por todos os lugares de um dispositivo – uma dimensão do poder.

E, por último, Deleuze destaca as linhas de subjetivação de Foucault, as quais ele identifica como “[...] um processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos”. (2005, p. 87). Nessas linhas, procuramos saber os efeitos do dispositivo na produção dos sujeitos, bem como quais continuidades e descontinuidades são operadas em grupos e pessoas.

Para Deleuze o dispositivo refere-se àquilo que nos vai tornando; com isso, “pertencemos a dispositivos e neles agimos. À novidade de um dispositivo em relação aos que precedem chamamos de atualidade do dispositivo, a nossa atualidade”. (2005, p. 92). Que sujeitos estamos nos tornando frente a esses múltiplos dispositivos? Que outros mais nos capturam? É a partir dessas indagações que percorremos as terras desconhecidas do dispositivo de Gênero nos programas globais.

## **Percorrendo terras desconhecidas: o gênero nos programas ambientais**

Seguindo as pistas produzidas por Michel Foucault e pesquisadores/as, passamos a percorrer terras desconhecidas, e assim analisar algumas enunciações<sup>39</sup> sobre a operação do dispositivo de gênero nos programas globais, especificamente, UICN e PNUD que produzem algumas verdades. Entretanto, nas palavras de Foucault,

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, p. 12).

Pensando a abrangência e o caráter global do programa, não podemos desconsiderar a constituição de verdades produzidas em suas tramas discursivas – que estão implicadas na produção de políticas, leis, práticas sociais e em nossas formas de estar enquanto sujeitos. Isso significa que os programas não se encontram fora de uma sociedade que vem se constituindo a partir de dispositivos e estratégias de governo da população, os quais fazem funcionar e legitimam determinados discursos como verdadeiros.

Apesar de dialogarem, como veremos a seguir, cada um dos programas possui uma especificidade de atuação. A *International Union for Conservation of Nature* - IUCN ou União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN - é a mais antiga organização, fundada em 1948 com a missão de influenciar e apoiar as sociedades na conservação da natureza e no uso equitativo e sustentável dos recursos naturais. (UICN, 2000). Essa organização desenvolve ações que visam um mundo justo que valoriza e conserva a natureza. Atuando com a perspectiva de gênero desde 1984, a UICN tem se comprometido com a igualdade e equidade de gênero.

---

<sup>39</sup> As enunciações dos programas utilizadas ao longo do texto estão na língua espanhola devido à disponibilização de tradução do documento. Consideramos enunciações a partir do entendimento de Michel Foucault como parte de um campo discursivo. Nas palavras do autor: “Diremos que há enunciação cada vez que um conjunto de signos é emitido”. (FOUCAULT, 2008b, p. 114). Assim, como um acontecimento que possui uma singularidade procuramos as suas modalidades de existências no tecido documental dos programas.

O *United Nations Development Programme* – UNDP ou Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - ressalta ser fundamental à promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres para a atuação do programa. Para isso, integra as áreas: desenvolvimento sustentável, governação democrática inclusiva e eficaz; e prevenção de resiliência risco. (PNUD, 2014a). Com base na perspectiva teórico-metodológica de Michel Foucault e utilizando de suas ferramentas, realizamos uma análise inicial das enunciações presentes nos documentos dos programas ambientais citados.

Considerando estes documentos como monumentos contemporâneos, não procuramos uma verdade única, tampouco decifrá-los. Segundo o autor:

O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações. (FOUCAULT, 2008b, p. 7).

É na tentativa de procurar as séries e relações dos dispositivos no tecido documental que elegemos, neste momento, os quatro programas da UICN disponibilizados em seu site oficial: de 2001-2004 (2000), 2005-2008 (2004), 2009-2012 (2008), 2013-2016 (2012); e os atuais programas do PNUD de 2014-2017 (2014a).

No atual programa da União Internacional de Conservação da Natureza é abordado o gênero como uma questão transversal: “Muchas de las actividades de la UICN ya abordan la gobernanza, los derechos, las prestaciones y el género como temas transversales”. (UICN, 2016, p. 15). Entretanto, ao analisar as enunciações que dizem respeito às palavras-chave “gênero”, “mujeres” e “mujer”, identificamos que esta concepção está ausente nos documentos anteriores. Assim como as palavras “empoderamento” e “diversidade cultural” estão presentes nos documentos de 2009-2012, e “equidade” em 2005-2008. A partir desses deslocamentos, podemos notar o acompanhamento, tanto no âmbito teórico, quanto político, de questões mais aprofundadas das relações entre homens e mulheres. As enunciações deslocaram de uma visão de apenas igualdade “El camino hacia la **igualdad** que han recorrido durante los últimos decenios, y que seguirán recorriendo, es uno de los movimientos sociales más alentadores” (UICN, 2000, p. 125), para uma visão de equidade mais ampla:

Es así que la valuación **equitativa** y explícita de los usos de los recursos naturales por parte de las mujeres y de los hombres, y la mejora de la **equidad** en la distribución de los beneficios resultantes, constituyen un prerrequisito para la conservación de los ecosistemas. Los conservacionistas todavía tienen que adoptar plenamente la cuestión de la equidad de género de una manera amplia. (UICN, 2008, p. 19).

Nessa perspectiva, notamos que o foco das ações relacionadas ao gênero no programa aponta para as mulheres, e palavras como “grupos marginalizados”, “vulneráveis” e “desfavorecidos” são utilizadas para se referir aos pobres, mulheres e indígenas. O que torna isso uma verdade? Com base nas enunciações a seguir, identificamos uma produção discursiva que legitima os investimentos e atenções a esses grupos, especialmente as mulheres:

[...] en muchas partes del mundo éstas siguen teniendo un menor acceso a los derechos, a las oportunidades económicas, a la propiedad de recursos y tierras y a los servicios sanitarios y educativos. (UICN, 2000, p. 125).

No obstante, la UICN reconoce que de hecho los grupos sociales no son iguales en cuanto a poder e influencia. La conservación ambiental puede requerir medidas positivas en favor de los grupos marginados (las mujeres rurales pobres, los pueblos indígenas) que no tienen acceso a los procesos de toma de decisiones que afectan a sus vidas, o que tienen dificultad para hacer oír sus voces en los diálogos y negociaciones sobre los recursos. (UICN, 2004, p. 27).

Las mujeres en algunos países en desarrollo están expuestas a emisiones más altas de partículas debidas a la cocción de alimentos y la limpieza, y por lo tanto tienen el doble de posibilidades que los hombres de sufrir una infección respiratoria aguda. (UICN, 2008, p. 16).

Assim, as mulheres rurais e de alguns países são identificadas como um grupo vulnerável devido aos acessos e oportunidades econômicas, recursos, saúde e educação. Além disso, em países em desenvolvimento elas sofrerem, por exemplo, duas vezes mais com infecções respiratórias que os homens na exposição de atividades domésticas. De tal maneira, podemos identificar as linhas de enunciabilidade sobre as mulheres como sujeito deste dispositivo de Gênero no desenrolar dos fios do tecido documental. Estas linhas falam de um sujeito a quem o programa pretende desenvolver suas ações; mas, além disso, designa o que se torna possível e justificável falar sobre as mulheres. (MARCELLO, 2009).

Nessas enunciações também percebemos uma certa universalização da categoria mulher. Enunciando mulheres rurais, pobres e de países em desenvolvimento, se normatiza, exclui algumas mulheres e unifica outras. Ao traçar discussões sobre esta categoria no feminismo, Butler aponta: “a insistência sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das intersecções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro das ‘mulheres’”. (BUTLER, 2003, p. 35, grifo da autora). Assim, mais do que colocar no plural o termo “mulher” e mais do que supor apenas que esta categoria seja preenchida por marcadores de raça, classe, geração, etnia e sexualidade; como aponta a autora, é necessário a destituição dessa categoria e sua incompletude. Isto implica

considerar que a sua construção se dá em meio às práticas reguladoras do sistema binário de gênero.

Além da desconstrução da categoria mulher, atualmente é problematizada a relação das mulheres com a natureza e o meio ambiente. Se a categoria ‘mulheres’ não pode ser considerada universalizante, tampouco podem as suas relações. Algumas correntes do ecofeminismo abordam as diferenças das mulheres no cuidado com a natureza, e Garcia (1992) realiza uma análise lembrando que a dicotomia entre natureza/cultura já fora criticada por antropólogas sociais, pois ela não é universal e não há uniformidade no significado de natureza, cultura, masculino e feminino. Assim, os significados e noções de natureza e meio ambiente diferem homens e mulheres, mas também entre homens e entre mulheres. Por esse viés, é necessário desconstruir o discurso ambientalista-universalista que unifica as relações de diferentes grupos sociais com o ambiente. (TOZONI-REIS, 2008).

Michele Sato, ao discorrer sobre as concepções de ambiente, destaca o caráter construído do ambiente que se desenvolve e se modifica com o tempo. Por esse viés, Sato (1997, p. 4) coloca que “[...] é imprescindível que o ambiente seja concebido em sua totalidade, seja em seus aspectos naturais ou culturais, espacial ou temporal, uma vez que os seres humanos são construídos historicamente e ocupam um território geográfico”. Nesse contexto, mulheres e meio ambiente não podem ser naturalizados e homogeneizados.

A ideia de considerar a opressão às mulheres como singular e hegemônica da dominação patriarcal ou masculina já foi criticada por algumas feministas, pois esta forma de teorização produziu uma certa colonização e apropriação das culturas não ocidentais, como destaca Judith Butler (2003): “[...] para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão, e também por tender a construir um “Terceiro Mundo” ou mesmo um “Oriente” em que a opressão de gênero é sutilmente explicada como sintomática de um barbarismo intrínseco e não ocidental”. (p. 21).

Outro fator que identificamos no programa foi o investimento na equidade de gênero como benefício para o meio ambiente:

Los cambios en el equilibrio de género como resultado de la migración selectiva, la guerra o la enfermedad traen consigo una presión adicional para que las mujeres se hagan cargo de las responsabilidades del hogar. Esto puede agravar las condiciones de pobreza, con un impacto aún mayor sobre los recursos naturales. (UICN, 2004, p. 18).

El **empoderamiento** de las mujeres mejora su acceso a los recursos, refuerza la toma de decisiones y lleva a que se acumulen beneficios para un mejor manejo del medio ambiente y la reducción de la pobreza en las comunidades. (UICN, 2008, p. 19, grifos do documento).

Diante dessas enunciações podemos notar a importância que é destacada ao gênero para melhorar os impactos sobre os recursos naturais, sobre a gestão do meio ambiente e a redução da pobreza, nos provocando a pensar no dispositivo da Sustentabilidade. Isto é, enquanto o dispositivo de gênero torna possível e justificável a produção de um grupo de mulheres para as ações do programa, o dispositivo da Sustentabilidade é acionado na produção dessas mulheres como sujeitos que modificam e transformam o meio ambiente e a pobreza. Segundo Guimarães (2011, p. 34), neste nosso tempo o dispositivo da Sustentabilidade é “um modo atualizado de ver e de narrar o meio ambiente”. Assim,

[...] poderíamos conjecturar que o dispositivo da sustentabilidade precisa “esverdear” seus sujeitos. Isso significa dizer que ver a sustentabilidade como um dispositivo demanda a produção de um tipo de sujeito disposto a mudar seus hábitos de vida, além de ser sensível aos apelos ligados à promoção da sustentabilidade, pois ser “verde”, hoje, é estar ligado ao seu tempo. (SAMPAIO; GUIMARAES, 2012, p. 402, grifos dos autores).

É preciso “esverdear” as relações das mulheres com o meio ambiente e a natureza para as mudanças e transformações na sociedade, visto que são as principais responsáveis no manejo dos recursos. Podemos notar especificamente na enunciação abaixo:

Con frecuencia, son las mujeres las que sufren más la ‘pobreza energética’ porque son las responsables de la comida, el combustible y el agua. (UICN, 2008, p. 32).

O programa da UICN objetiva a conservação da natureza e, assim, o gênero passa a ser um importante aliado para esta conservação. Enunciações de que o empoderamento das mulheres auxiliaria no melhor manejo dos recursos são comumente destacadas. Mas que relação é esta produzida? A natureza se resumiria aos recursos naturais? O conceito de natureza que conhecemos na contemporaneidade se desenvolve a partir do nascimento da ciência moderna. Um conceito baseado em aspectos físicos e exteriores aos seres humanos como um objeto de investigação e dominação. Entretanto, outros conceitos estiveram implicados e produziram visões de natureza desde a Antiguidade grega. Como aponta Thomas Kesslerling (2000), ao realizar uma história do conceito de natureza no Ocidente, fomos produzindo historicamente visões de natureza interpeladas pelos contextos de cada época. Para os gregos, por exemplo, a natureza era vista como um processo circular, o princípio de

tudo que surge e desaparece. Na Idade Média temos uma visão de natureza como criação, baseada no Antigo Testamento. Já no período da Idade Moderna desenvolve-se uma visão baseada nas leis naturais pela ciência. Atualmente, Kesserling (2000) destaca outra visão baseada na articulação da natureza com a técnica. Não queremos resumir a discussão proposta pelo autor, mas sim destacar que houve um processo de produção e fabricação da natureza que procuramos conservar na atualidade. Portanto, como aponta Carvalho:

Situações de calma e lentidão, o barulho do mar ou o canto dos pássaros, junto com o perfume das flores ou o odor das plantas úmidas, costumam nos deixar convictos de estarmos diante de coisas naturais, diante da natureza. Mas, essas idealizações e imagens estereotipadas que costumam associar ao natural apenas aparências florestais ou bucólicas, ritmos lentos ou suaves e sons agradáveis, arriscam-se a excluir da natureza um bom número de componentes e de características que igualmente lhe conferem realidade. (2013, p. 13).

Assim, o modo como olhamos, interagimos e protegemos a natureza é produzido com base em uma visão historicamente desenvolvida. Precisamos reconhecer essas múltiplas visões e considerar as outras características que conferem a realidade como a produção humana, por exemplo – para além de um antropocentrismo em que os seres humanos encontram-se longe da natureza ou dependentes e, assim, necessitam conservá-la.

No desejo pela conservação dessa natureza, as mulheres nos programas são importantes aliadas na tarefa de melhoria do planeta. Para Guimarães, assistimos uma mudança de configuração do ser humano com as questões ambientais e, aqui, enfatizamos o foco atribuído às mulheres:

Se antes, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, na esteira dos movimentos ecologistas, o humano foi configurado como um intruso no planeta; agora, construído a partir do dispositivo da sustentabilidade, passa a ser instituído como seu mais potente aliado. (GUIMARÃES, 2011, p. 35).

Nesse contexto, são produzidos os planos de gênero, a fim de capturá-las e esverdear suas ações e relações. Aqui notamos outro dispositivo de seu tempo, o da Educação Ambiental. É preciso educar as mulheres para manejar de forma sustentável os recursos naturais. Assim, o dispositivo da Sustentabilidade e o dispositivo da Educação Ambiental se apoiam mutuamente, dando a ver dispositivos que auxiliam na fabricação daquilo que somos na atualidade:

O dispositivo da EA, por sua vez, atrela-se fortemente ao dispositivo da sustentabilidade, principalmente quando subjetiva os sujeitos, ensinando-os determinadas práticas e atitudes necessárias na atualidade. Essas posturas geralmente estão relacionadas ao dispositivo da sustentabilidade, pois é necessário que os sujeitos consumam determinados produtos, adquiram determinados hábitos, preocupem-se com ações sustentáveis para viver no Planeta, etc. Como se pode perceber, estes dispositivos parecem funcionar em rede, pois um vai ajudando a moldar, a fabricar o outro. Não há como pensá-los de forma desarticulada, porque eles estão interligados. (GARRÊ; HENNING, 2015, p. 63).

É nessa rede de fabricação dos dispositivos que identificamos a sua articulação com o de Gênero. Nessa perspectiva podemos notar a produção de planos para tornar as ações das mulheres mais sustentáveis. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, juntamente com o Convênio para a Diversidade Biológica, destaca o plano de gênero (2015-2020) reconhecendo a importância do mesmo para a biodiversidade; além disso, ressalta o compromisso assumido nas últimas décadas com esta temática. Podemos citar na última agenda para o desenvolvimento sustentável o 5º objetivo, que se refere à igualdade entre os gêneros e ao empoderamento das mulheres e meninas para os próximos 15 anos. O programa publicou duas edições especiais específicas sobre gênero: “Las, mujeres, la salud y el medio ambiente” (NUESTRO PLANETA, 2004), e “Equidad de género y el medio ambiente”. (TUNZA, 2007).

Para o período 2014-2017, o PNUD lançou um plano estratégico específico para a igualdade de gênero, nomeado de “O futuro que queremos: Direitos e empoderamento”, no qual destaca-se que “Existe cada vez más un consenso sobre que la igualdad de género, que se fundamenta em los derechos humanos, es en sí misma un objetivo esencial del desarrollo y es imprescindible para acelerar el desarrollo sostenible en general”. (PNUD, 2014b, p. 3). Assim, notamos que suas ações, como a de outros programas, segue os objetivos do milênio e do consenso global sobre o desenvolvimento sustentável, ou seja, a importância da igualdade de gênero nesse processo. Ainda de acordo com o plano: “Con la participación de las mujeres, es posible lograr éxitos en la erradicación de la pobreza, el fomento de los patrones de consumo y de producción sostenibles y la gestión sostenible de los recursos naturales”. (p. 9).

Ao percorrer o documento global 2014-2017 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, percebemos algumas continuidades e discontinuidades das enunciações. Podemos notar pela enunciação abaixo a relação com a pobreza e a falta de acesso e oportunidade em diferentes áreas:



Las mujeres y las niñas siguen constituyendo una proporción elevada de las personas que viven en la pobreza de ingreso y privadas de educación, salud, participación y otras dimensiones del bienestar distintas del ingreso. (PNUD, 2014a, p. 3).

O programa trabalha com a concepção de mudar com o mundo apontando para a “erradicação da pobreza e a redução significativa das desigualdades e exclusões”. (PNUD, 2014a, p. 11). Com isso, relacionamos algumas diferenças nas ações dos programas com o objetivo que cada um deles possui; por exemplo, a UICN dedica-se à conservação da natureza e o PNUD ao desenvolvimento humano. Assim, palavras como violência de gênero e esfera pública são destacadas especificamente no programa das Nações Unidas. Entretanto, questões relativas à igualdade, equidade e empoderamento, encontradas no programa da UICN também estão presentes no PNUD:

El progreso logrado en estrechar la diferencia de género en cuanto a la educación no ha hecho que se eliminen las desigualdades en los mercados laborales, las normas que excluyen a las mujeres de la esfera pública siguen siendo fuertes en muchos lugares y la violencia de género constituye un problema importante. (PNUD, 2014a, p. 3).

Un elemento clave será la asistencia respecto de la reforma constitucional y de procesos electorales democráticos (con incorporación del criterio de ciclo electoral) dirigidos sistemáticamente a factores claves que contribuyan a la exclusión económica, social y política y al desempoderamiento, con particular atención a las oportunidades para la participación efectiva de las mujeres em cuanto electoras, candidatas y dirigentes. (PNUD, 2014a, p. 28).

Em outra enunciação observamos o entendimento de que não chegaremos a um desenvolvimento humano sustentável se as mulheres e meninas não puderem contribuir na sociedade:

Reflejar la importancia fundamental de la **igualdad de género y el empoderamiento de la mujer**, en el entendido de que no se logrará plenamente el desarrollo humano sostenible si las mujeres y las niñas no pueden contribuir em su sociedad en un pie de igualdad con los hombres y los niños [...]. (PNUD, 2014a, p. 17, grifos do documento).

Além disso, ao longo desse programa notamos o destaque de alguns exemplos: mulheres e homens trabalhando em uma fábrica para a confecção de vestimentas no Haiti, problematizando os “papéis” tradicionais de gênero; mulheres em situação de liderança na Índia, abordando a necessidade de oportunidades para as lideranças; e a atenção aos jovens no desenvolvimento também é destacada.

A articulação das mulheres e meninas no programa interliga-se com enunciações produzidas, principalmente, sobre a pobreza que impossibilita um desenvolvimento

sustentável. Assim, com vistas a erradicar a pobreza para o desenvolvimento sustentável é que o dispositivo de Gênero é colocado em ação, a fim de visibilizar as mulheres como aliadas desse processo, por suas atividades e responsabilidades na sociedade. Juntamente com este dispositivo, vemos se articular o dispositivo da Sustentabilidade ao capturar e regular as ações das mulheres em situações de pobreza, de forma a esverdeá-las para a melhoria do planeta, considerando que elas são mais afetadas pelas mudanças climáticas, desastres ambientais e as desigualdades. Notamos ao longo das enunciações uma generificação da pobreza, mas, também, uma intersecção com outros marcadores de classe, raça e etnia. De que forma essas enunciações atingiram o caráter de verdade nos programas?

De acordo com a visão geral do relatório do Banco Mundial (2011, p. 3), a igualdade de gênero é um importante instrumento do desenvolvimento, pois é economicamente inteligente aumentar a eficiência econômica e outros resultados, considerando a remoção das barreiras de acesso à educação, a oportunidades econômicas e insumos produtivos, entre outros. Além disso, destaca que a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são um direito próprio; entretanto, a alocação indevida dos talentos e aptidões das mulheres representa um alto custo econômico, pois “A igualdade de gênero pode ter grandes impactos sobre a produtividade. As mulheres agora representam mais de 40% da mão-de-obra global, 43% da força de trabalho e mais da metade dos estudantes universitários do mundo”. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 3).

Notamos as relações de força que se engendram no interior dos dispositivos da Sustentabilidade e de Gênero. Como aponta Sampaio (2012, p. 103), “o dispositivo da sustentabilidade possibilita que o capitalismo transnacional se atualize e se revigore, aliado a conservação ambiental e ao crescimento econômico”. É nesse contexto que o gênero se torna potente, pois todos e todas são capturados/as para uma boa economia. Quanto maior a pobreza e as desigualdades, maiores os desastres e os impactos, por exemplo. Assim, notamos no esquema do relatório abaixo que o gênero é a engrenagem fundamental para o desenvolvimento (Figura 4). Esta noção passa, assim, a incorporar as ações dos programas globais.



Ao evidenciar a rede de dispositivos em operação no tecido documental dos programas, objetivamos mobilizar a reflexão para as diferentes formas de captura e produção dos sujeitos, especialmente as mulheres. Assim, observamos certa forma de enunciar as mulheres e as suas relações com o meio ambiente e a natureza nesta ordem do desenvolvimento sustentável. É nessa trama que os dispositivos capturam e acionam um modo de ser contemporâneo, ou seja, um modo de ser mulher em uma sociedade sustentável.

Apesar de o movimento ambientalista discutir o termo desenvolvimento sustentável desde a sua emergência, ele possui divergências e contradições. O termo para alguns/as autores/as vem sofrendo um desgaste no cenário internacional, pois, “desenvolvimento sustentável é assim apresentado como uma alternativa ao crescimento econômico para salvar o capitalismo em crise de expansão”. (TOZONI-REIS, 2008, p. 51). Por conta da ligação entre desenvolvimento sustentável, crescimento econômico e capitalismo é que a autora destaca a necessidade de uma ordem alternativa para a Sustentabilidade ambiental, “uma nova ordem que possibilite uma nova forma dos seres humanos se relacionarem com a natureza [...]”. (p. 57). Cabe salientar, uma que não seja determinada pelo crescimento econômico.

Nos programas notamos que, com o dispositivo da Sustentabilidade que propaga as ideias do desenvolvimento sustentável, a relação dos sujeitos torna-se verde, objetivando o esverdeamento em que a relação com a natureza e o meio ambiente é produzida. Assim, este modo de relação fundamenta-se na ideia de um sujeito cognoscente, no qual a relação se estabelece pelos conhecimentos técnicos-científicos como mediadores desta relação não-predatória. “Essa tendência refere-se ao caráter utilitarista da relação dos indivíduos com o ambiente em que vivem: saber (conhecimentos técnicos e científicos) usar, para poder usar mais e sempre, mas sempre usar”. (TOZONI-REIS, 2008, p. 29).

Nesse sentido, é preciso problematizar as visões sobre o meio ambiente, natureza e como o dispositivo de Gênero se vincula a essa visão. O que propomos é olhar com desconfiança para as políticas e programas de Sustentabilidade que se utilizam do gênero, mas que continuam a legitimar o lugar das mulheres e dos homens nas sociedades de forma a naturalizar essas posições e suas relações.

Ao percorrer os documentos dos programas, notamos uma forma de enunciar as mulheres como grupos “vulneráveis” ou “marginalizados”. Entretanto, a problemática dessas condições de existência não é visibilizada, isto é, as mulheres são as que estão na linha de pobreza, as responsáveis pelo consumo, pelo uso dos recursos, etc. Mas como se constituíram essas condições? Apontar especialmente para as oportunidades econômicas e o crescimento é tratar as desigualdades “como um desajuste a ser superado pela universalização do

desenvolvimento econômico, porém com sustentabilidade”. (TOZONI-REIS, 2008, p. 46). De acordo com Mary Castro e Miriam Abramovay (1997, p. 36),

[...] abordar meio ambiente e desenvolvimento sustentável implica fazer referência a fatores relacionados à degradação ambiental dos ecossistemas em geral, por exemplo, o desmatamento, a contaminação da água, do solo e do ar, assim como a superexploração e inadequado manejo dos recursos naturais. Contudo, é um fato conhecido que o discurso da conservação tem sido abordado de uma perspectiva puramente biológica, sem considerar a relação que os homens e as mulheres e suas distintas formas de organização estabelecem com o seu entorno.

Nesse sentido, as relações que homens e mulheres estabelecem com o meio ambiente são desfocadas a partir de uma abordagem conservacionista na problematização do meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Além disso, é necessário considerar o que aborda Castro e Abramovay (1997, p. 38), “o conceito de desenvolvimento sustentável, o fim e o conteúdo do desenvolvimento, assinalando a necessidade de buscar novas políticas que contribuam para a mudança das estruturas de desigualdade existentes e o uso sustentável do meio ambiente”. Por esse viés, o desenvolvimento é necessário à desnaturalização desse discurso e a problematização de seus efeitos nas sociedades.

Quando aceitamos a proposta de Mauro Grun de produzir juntos verdades para a Educação Ambiental, entendemos como uma abertura para a construção de outras formas de olhar, pensar e produzir conhecimentos em relação ao ambiente, a natureza e as relações sociais, políticas, culturais e econômicas. É construir uma Educação Ambiental não universalizante e homogênea, que provoque fissuras e o nosso próprio pensamento para o que está instituído como verdadeiro, como aborda Michel Foucault. Ademais, é evidenciar as relações de poder, as formas com que somos capturados pelos dispositivos e seus efeitos nos saberes e fazeres ambientais.

Assim, refletir sobre a operacionalização do dispositivo da Sustentabilidade e da Educação Ambiental na sua articulação com o dispositivo de gênero é problematizar as diferentes formas com que somos constituídos na atualidade. Pretendemos com essa análise inicial provocar a discussão de que o gênero passa a ser abordado nos programas como um dispositivo de poder que enuncia e regula os sujeitos, especialmente as mulheres, na constituição de uma sociedade sustentável. Não queremos com isso estabelecer dicotomias certo/errado, bom/ruim entre outras, mas provocar a reflexão sobre o que é dito e produzido, e que constituem nossas formas de pensar, agir e se relacionar. Nessa perspectiva, a partir dos dispositivos percebemos a possibilidade de algumas fissuras na forma de entender a Educação

Ambiental na contemporaneidade, não apenas como um campo de saber que irá resolver os problemas ambientais, bem como a relação dicotômica, antropocêntrica e utilitarista dos seres humanos com a natureza; mas vemos a necessidade de considerar a Educação Ambiental como um campo que problematiza as diferentes e múltiplas relações da humanidade com a natureza, com o meio ambiente, com questões sociais e econômicas. Com isso, reafirmamos o convite de Mauro Grun e, perguntamos: que outras verdades podem ser construídas na Educação Ambiental?

### Referências

ABADÍA, Óscar Moro. ¿Qué es un dispositivo? **EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, Cantabria, n. 6, p. 29-46, 2003. Disponível em: <<http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:Empiria-2003-7BF2AF98-D511-EFDB-9E25-11CA8A4F40C4/Documento.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

AMIGOT LEACHE, Patricia; PUJAL I LLOMBART, Margot. Una lectura del género como dispositivo de poder. **Sociológica**, México, v. 24, n. 70, maio/ago. 2009, p. 115-152. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/soc/v24n70/v24n70a5.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. *In*: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Org.) **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre, Artmed, 2005. p. 51-63.

CARVALHO, Marcos B. **O que é Natureza**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco-Unicef, 1997.

CORAZZA, Sandra Mara. **Infância & Educação – Era uma Vez... Quer que Conte Outra Vez?** Petrópolis: Vozes, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992. Parte III MF. p. 105-147.

DELEUZE, Gilles. **O ato de criação**. Palestra de 1987. Edição Brasileira. São Paulo, Folha de São Paulo, 1999. Disponível: <<http://www.filoczar.com.br/filosoficos/Deleuze/Gilles%20Deleuze%20-%20O%20ato%20de%20Cria%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega, 2005.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Televisão e Educação: Pensar e Fruir a TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais: curso no collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População: curso no Collège de France (1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

GARCIA, Mara Sandra. Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 0, n. 0, p. 163-68, 1992. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15810/14302>>. Acesso em: 19 out. 2015.

GARRÉ, Barbara Hees. **O Dispositivo da Educação Ambiental: modos de constituir-se sujeito na revista Veja**. Tese. (Doutorado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Rio Grande, 2015.

GARRÊ, Bárbara Hees; HENNING, Paula Corrêa. Visibilidades e Enunciabilidades do Dispositivo da Educação Ambiental: A Revista Veja em Exame. **ALEXANDRIA. Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 53-74, jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/download/1982-5153.2015v8n2p53/29495>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

GBM. GRUPO BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012. Igualdade de gênero e Desenvolvimento**. Visão geral. 2011. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank 1818 H Street, NW Washington D.C. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

GBM. GRUPO BANCO MUNDIAL. **Estratégia de gênero para reduzir a pobreza e promover a prosperidade compartilhada**. Nota de conceitos. 2016-2021. p. 1-28, Disponível em: <[https://consultations.worldbank.org/Data/hub/files/consultation-template/update-world-bank-group-gender-strategy-consultations/pt/phases/wbg\\_gender\\_strategy\\_concept\\_note\\_por.pdf](https://consultations.worldbank.org/Data/hub/files/consultation-template/update-world-bank-group-gender-strategy-consultations/pt/phases/wbg_gender_strategy_concept_note_por.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2016.

GRUN, Mauro. A produção discursiva sobre Educação ambiental: Terrorismo, arcaísmo e transcendentalismo. In: VEIGA-NETO, Alfredo. **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 159-184.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. A invenção de dispositivos pedagógicos sobre o ambiente. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 11-26, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/pea/article/viewFile/30083/31970>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. Imagens da sustentabilidade em um mundo sem ilhas. In: HENNING, Paula; RIBEIRO, Paula Regina; SCHMIDT, Elisabeth (Org.). **Perspectivas de investigação no campo da educação ambiental & educação em ciências**. Rio Grande: FURG, 2011. p. 31-41.

HENNING, Paula Corrêa. Provocações para este tempo... a Educação Ambiental nos atravessamentos midiáticos. In: PREVE, Ana Maria H.; GUIMARÃES, Leandro B.; BARCELOS, Valdo; LOCATELLI, Julia S. (Org.). **Ecologias interativas: conversas sobre educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. p. 241-253.

KESSERLING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. **Episteme**, Porto Alegre, n. 11, p.153-172, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.ciencia-arte.com.br/site/index.php/biblioteca-de-artigos/item/154-o-conceito-de-natureza-na-historia-do-pensamento-ocidental>>. Acesso em: 19 out. 2015.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 226-241, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/marcello.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2015.

NUESTRO PLANETA. La revista del Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA). **Las, mujeres, la salud y el medio ambiente**. 2004. Disponível em: <<http://www.unep.org/publications/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

OLIVEIRA, Moisés Alves de. A construção dos enunciados ambientais no currículo, na perspectiva da vontade de verdade. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 26, p. 71-86, set. 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3798>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

PNUD. **Plan estratégico del PNUD, 2014-2017**. Cambiando com el mundo. 2014a Disponível em: <[http://www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/corporate/Changing\\_with\\_the\\_World\\_UNDP\\_Strategic\\_Plan\\_2014\\_17.html](http://www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/corporate/Changing_with_the_World_UNDP_Strategic_Plan_2014_17.html)>. Acesso em: 02 nov. 2015.

PNUD. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. El futuro que queremos: derechos y empoderamiento. **Estrategia de igualdad de género del PNUD 2014-2017**. 2014b. Disponível em: <[http://www.undp.org/content/dam/undp/library/gender/GenderEqualityStrategy2014-17\\_SP.pdf?download](http://www.undp.org/content/dam/undp/library/gender/GenderEqualityStrategy2014-17_SP.pdf?download)>. Acesso em: 2 nov. 2015.



REIGOTA, Marcos. Educação Ambiental: a emergência de um campo científico. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 499-520, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175-795X.2012v30n2p499/23328>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini de. **Uma floresta tocada apenas por homens puros... ou o que aprendemos sobre os discursos contemporâneos sobre a Amazônia**. 2012. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre: UFRGS, 2012.

SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini de; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. O dispositivo da sustentabilidade: pedagogias no contemporâneo. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, 395-409, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2012v30n2p395>>. Acessos em: 30 abr. 2016.

SATO, Michèle. **Educação para o Ambiente Amazônico**. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 1997. 245 p.

SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima Editora, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. A epistemologia da Educação Ambiental: O sujeito natural, o sujeito cognoscente e o sujeito histórico. *In*: TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. p. 23-64.

TUNZA. La revista del PNUMA para los jóvenes. **Equidad de género y el medio ambiente**. Asuntos de género: por qué son importantes Mujeres que trabajan. 2007. Disponível em: <[http://www.unep.org/pdf/Tunza\\_4.4\\_Spanish\\_v3.pdf](http://www.unep.org/pdf/Tunza_4.4_Spanish_v3.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

UICN. **Programa quadrienal de la uicn 2001-2004**.

Proyecto aprobado por el Consejo de la UICN para su consideración y aprobación por el Congreso Mundial de la Naturaleza Amman, Jordania. 2000. Disponível em: <[https://cmsdata.iucn.org/downloads/stepping\\_into\\_es.pdf](https://cmsdata.iucn.org/downloads/stepping_into_es.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

UICN. **El programa 2005–2008 de la uicn**. Muchas voces, una tierra. Adoptado em el Congreso Mundial de la Naturaleza Bangkok, Tailandia. 2004. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/WCC-3rd-002-Es.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

UICN. **Diseñando un futuro sostenible. Programa de la UICN 2009–2012**. Adoptado en el Congreso Mundial de la Naturaleza, Barcelona, España. 2008. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/WCC-4th-006-Es.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

UICN. **Programa de la UICN 2013-2016**. Adoptado por el Congreso Mundial de la Naturaleza de la UICN. 2012. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/WCC-5th-003-Es.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

VARGAS-MONROY, Liliana; PUJAL I LLOMBART, Margot. Gubernamentalidad, dispositivos de género, raza y trabajo: la conducción de la conducta de las mujeres trabajadoras. **Universitas Psychologica**, Colombia, v. 12, n. 4, 1255-1267, 2013 Doi: 10.11144/Javeriana.UPSY12-4.gdgt. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/viewFile/6501/5927>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. Crise da Modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. In: PERES, E. *et al.* (Org.). **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 35-58.

VIEIRA, Virgínia Tavares; HENNING, Paula Corrêa. A crise ambiental em evidência: análise do discurso foucaultiano – modos de fazer pesquisa em educação. **Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/viewFile/764/537>>. Acesso em: 2 maio. 2016.

**ALGUNS APONTAMENTOS FINAIS E PERSPECTIVAS**

#### 4 ALGUNS APONTAMENTOS FINAIS E PERSPECTIVAS

É chegado o momento de reflexão e finalização. De ouvir os ventos e tentar traçar seus movimentos imprevisos e irreverentes. Ventos que nos possibilitaram repensar o campo da educação ambiental na contemporaneidade e as relações de gênero. Ao realizar este movimento não pretendemos fixar uma única verdade como já apontado no início deste estudo. Provocar o pensar para outras verdades é tensionar as consolidadas formas de entender o instituído como uma construção suscetível à transformações.

Na realização desta pesquisa, buscamos traçar pistas para a escuta atenta dos ventos que sopram à necessidade de outras formas de existência no planeta, de igualdade e oportunidades para as mulheres. Com isso, pensamos a educação ambiental em um tempo que estamos vivenciando, ou seja, de aprofundamento do discurso do desenvolvimento sustentável nas políticas, na educação, e, principalmente, nas ações, relações e formas de ser como sujeitos deste tempo.

A análise do material empírico, constituído por alguns documentos internacionais e programas da UICN e PNUD, nos possibilitou problematizar a discursividade que coloca em funcionamento o gênero no discurso do desenvolvimento sustentável e seus efeitos para a educação ambiental. Nesse sentido, produzimos os movimentos de análise. O primeiro se refere ao artigo intitulado “Gênero e desenvolvimento sustentável: o encontro com algumas condições de emergência”. Nesta análise, dedicamos a investigar a produção discursiva que integra o gênero às questões ambientais, bem como a sua emergência no discurso do desenvolvimento sustentável. Assim, a partir dos encontros advindos dos episódios ou rastros da história, foi possível olhar para os eventos ambientais que integraram o gênero nas suas ações. Destacar esse movimento como provocador da EA significa pensar na não linearidade dos acontecimentos ambientais, bem como na sua relação de poder que, pelos discursos de desenvolvimento e desenvolvimento sustentável, insituiu as mulheres na agenda global. Com isso, foi possível olhar abaixo da linha de visibilidade do objeto gênero presente no discurso do desenvolvimento sustentável e identificar uma construção social, política, econômica e ambiental dessa discursividade que produz determinadas mulheres em uma dualidade constituída como grupos vulneráveis e gestoras ambientais.

No artigo “Segurança e gênero nas estratégias bio/ecopolíticas: analisando programas globais”, transitamos pelas enunciações dos programas (PNUD e UICN) e identificamos que o discurso do desenvolvimento sustentável consolida-se como uma verdade de nosso tempo.

Buscamos tencionar esse discurso e identificamos a operação dos mecanismos do biopoder de regulação da vida populacional a partir não só de algumas estratégias de defesa da vida, mas também do planeta. Nessas estratégias denominadas de bio/ecopolíticas, o saber estatístico e a preocupação com o futuro, passam a orientar as ações dos programas que buscam articular o gênero em suas áreas de trabalho.

Como grupos excluídos, vulneráveis e em situações de riscos ambientais, as mulheres são capturadas como populações que precisam de uma intervenção. Assim, a segurança é acionada para minimizar os riscos, o que não significa eliminá-los. Por isso, destacamos a ação de dispositivo do gênero já que ele irá capturar e estabelecer um conjunto heterogêneo de elementos, como destaca Foucault, para regular esta população. Nas principais problematizações, procuramos destacar que esta discursividade não apenas provoca a educação ambiental a uma abordagem mais crítica e problematizadora dos discursos de desenvolvimento sustentável que articulam gênero, como ainda para que se constate que EA é também uma ferramenta potente para a desnaturalização e desmistificação dessas verdades. Assim, contestar esta regulação e controle que busca um esverdeamento das relações e ações dos sujeitos com especial atenção às mulheres se torna uma possibilidade para a educação ambiental que defendemos.

Nessa direção, passamos para o terceiro movimento de análise: o artigo “O gênero é fundamental para o desenvolvimento sustentável: reflexões sobre a operação de dispositivos no contexto de programas globais e seus efeitos para a educação ambiental” problematizando a operação do dispositivo de gênero em conjunto com outros dispositivos como a sustentabilidade e a educação ambiental a fim de entender os programas da UICN e PNUD.

Seguindo a perspectiva de Michel Foucault e Gilles Deleuze, nos debruçamos a analisar as enunciações que apontam as mulheres rurais, pobres e de países em desenvolvimento, problematizando a sua universalidade. O gênero não é constante, modifica-se conforme os códigos culturais e sociais das sociedades e, por isso, não podemos restringir as suas análises sem considerar os contextos sociais, econômicos, políticos, educacionais, culturais, ambientais, etc.

Nesse sentido, ao abordar que gênero captura certa população de mulheres em conjunto com o dispositivo da sustentabilidade e da educação ambiental ensinando aos sujeitos ações verdes, trazemos outro enfoque para a EA, ou seja, que ela também é capturada por essa discursividade que contesta. Assim, nos perguntamos: Afinal, qual o espaço da educação ambiental?

A partir dos três movimentos de análise que compõem os artigos produzidos nos foi possível destacar que a discursividade que articula o gênero ao desenvolvimento sustentável provoca a educação ambiental para uma abordagem mais crítica e, também, desencadeia potencialidades frente aos jogos de forças e poder dos acontecimentos na atualidade. Além disso, esta discursividade captura a EA, embora isso não signifique que a educação ambiental esteja submetida a tal discursividade. Somos constantemente capturados e capturadas por diferentes discursos e dispositivos. Entretanto, como aponta Deleuze, temos linhas de fuga que nos possibilitam contestar e produzir novas discursividades.

Assim, ao destacar as principais pistas dos artigos, entendemos que não podemos desconsiderar a importância da visibilidade que os documentos internacionais e programas globais apontaram ao trazer as questões de gênero. A partir dessa inclusão, tivemos a possibilidade de criação e orientação de muitos projetos, programas e campanhas a fim de combater as desigualdades, pobreza, desastres ambientais que afetam, principalmente, as mulheres. Entretanto, apenas abordar o gênero como forma de integrar as mulheres às políticas ambientais ou como melhoria de índices não possibilita as problematizações que o conceito carrega. Por isso, abordamos a educação ambiental na intersecção com os estudos de gênero nesta problematização. Este conceito procura desnaturalizar a essencialização do feminino e masculino ao problematizar as construções desiguais, as hierarquias e estruturas sociais, culturais, econômicas e ambientais que posicionam homens e mulheres em lugares distintos e que provocam desigualdades, discriminações e violências. A partir das vozes dos movimentos de mulheres e ambientalistas, em meados da década de 1960, tem-se colocado em xeque essa construção na reivindicação de uma sociedade mais justa e igualitária. Sendo assim, não podemos desconsiderar os jogos de força e relações de poder implicados neste processo de visibilidade e investimentos dos programas.

Intentamos, a partir das análises, colocar em problematização que as mulheres sempre estiveram presentes no contexto sócio-ambiental. Temos muitas que enfrentaram, denunciaram, lutaram e ainda lutam para uma sociedade em que o ambiental não se torne apenas uma armadura para a exploração e depredação na relação da humanidade com o ambiente. Quando pensamos nas contribuições das mulheres, precisamos atentar para os discursos naturalizados como a proximidade que se tem colocado do feminino com a natureza, as características femininas como essenciais para o cuidado com a natureza e o ambiente, por exemplo. As mulheres são múltiplas de diferentes raças, etnias, classes, culturas, tempos, espaços, enfim, são sujeitos que não podemos unificar, tampouco, as suas relações. Nesse sentido, são importantes aliadas para as questões ambientais a partir de suas

experiências sociais e pessoais, mas, principalmente, como seres humanos que fazem parte de uma sociedade.

Ao trazer os conceitos analíticos, procuramos compreender as formas de captura contemporâneas e os seus mecanismos de poder que perpassam as relações sociais e ambientais. Foucault já apontava a produtividade do poder e de suas estratégias, mas isso não significa aceitação passiva das formas de governar. Nesse viés, destacamos a educação ambiental como potencializadora dessas problematizações. A EA, como abordada por diferentes educadores ambientais, é política. Ela está ou deveria estar na linha de frente dessas discussões que mobilizam toda uma sociedade. Tratar temas sociais e ambientais é tratar de diferentes elementos das sociedades e, por isso, a sua complexidade. Nosso compromisso, como educadoras ambientais, é de ampliar nossos olhares e se colocar nessa disputa.

Para a construção de outras verdades na educação ambiental se faz necessário a mudança de lentes apontada por educadores/as ambientais. Olhar para o que acontece em nosso tempo de forma a produzir, controlar e regular as nossas relações sociais e ambientais com desconfiança se torna um ato político imprescindível na EA. Apesar da inexistência única do conceito de educação ambiental na atualidade e de sua diluição nos documentos oficiais e internacionais para uma educação do desenvolvimento sustentável, este estudo dependeu esforços para que o conceito de EA não estivesse alicerçado em uma verdade acabada. Apontamos que a contribuição potente da educação ambiental está justamente na sua imprevisibilidade e irreverência aos contextos sociais, políticos, ambientais, econômicos, entre outros. Nesse sentido, destacamos a EA como problematizadora da discursividade que articula o gênero, pois esta discursividade não é neutra e tampouco isenta de relações de poder. Quando apontamos a necessidade de ouvirmos os ventos que sopram as vozes do movimento de mulheres e dos países do Sul, destacamos a contestação desta discursividade universal que invisibiliza, sujeitos, nações e suas maneiras de existir no planeta.

Com isso, entendemos que a temática desta pesquisa não se encerra neste momento. Identificamos seus desdobramentos em uma roda de conversa, na leitura de um artigo, na discussão da sua relevância, na contribuição para futuras análises de gênero e meio ambiente, em uma oficina, inserida em uma disciplina na graduação ou na pós-graduação entre tantas possibilidades. Provocar a sua discussão nos cursos de educação ambiental e nos grupos de pesquisa sobre a participação das mulheres nas questões ambientais para além de vulnerabilizá-las ou torná-las salvadoras do mundo, é importante para visibilizar os jogos de poder e interesse que perpassam as relações e buscam formas de governar as populações. Colocar em suspeita os planos de gênero e, especialmente, direcioná-los para as mulheres

pobres, assim como problematizar a dimensão relacional do gênero que é frequentemente desconsiderada, ocultando as responsabilidades e contribuições dos homens nesse processo, é nosso dever.

Por fim, entendemos que a educação ambiental aborda diferentes temas como desigualdades, cidadania, modelos de desenvolvimento, relações sociais na intersecção com as culturais, políticas e econômicas, entre outros. Dessa forma, possibilita problematizar com educadoras e educadores os discursos carregados de intencionalidade e relações de poder. Acreditamos que a educação ambiental e os estudos de gênero possibilitam estas problematizações de forma crítica e articulada aos acontecimentos contemporâneos. Considerando essas possibilidades, talvez, possamos construir juntos outras verdades, problematizações e soprar novos ventos para outro desenho da vida na terra.

“O Vento foi,  
O Vento vem,  
Será que o vento já me atendeu?”  
(O vento, os Monarcas)



## REFERÊNCIAS

ABADÍA, Óscar Moro. ¿Qué es un dispositivo? **EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, Cantabria, n. 6, p. 29-46, 2003. Disponível em: <<http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:Empiria-2003-7BF2AF98-D511-EFDB-9E25-11CA8A4F40C4/Documento.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

AGAMBEN, George. O que é um dispositivo. **Outra travessia**, Florianópolis, Santa Catarina, v. 5, p. 9-16, 2 sem. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

AGAMBEN, George. 2009

AMIGOT LEACHE, Patricia; PUJAL I LLOMBART, Margot. Una lectura del género como dispositivo de poder. **Sociológica**, México, v. 24, n. 70, maio/ago. 2009, p. 115-152. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/soc/v24n70/v24n70a5.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2016.

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: Uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n. 3, ed. esp., p. 51-82, maio/jun. 2011. Disponível: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712011000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712011000300004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 25 jul. 2017.

BASTOS, Alexandre Marucci. **Dossiê DEDS (2005-2014) – A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil**: uma análise pela perspectiva estratégica. 2016. 361f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Araraquara/SP, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. A experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRAIDOTTI, Rosi; CHARKIEWICZ, Ewa; HAUSLER, Sabine; WIERINGA, Saskia. **Mulher, ambiente e desenvolvimento sustentável. Para uma síntese teórica**. São Paulo: Instituto Piaget, 1994.

BRANCO, Guilherme Castelo. A seguridade social em Michel Foucault. **Revista Ecológica**, São Paulo, n. 6, p. 76-89, jan./abr., 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/14985/11183>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “Pós-modernismo”. “Feminismo(S) contemporâneo(S)”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Org.) **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre, Artmed, 2005. p. 51-63.

CARVALHO, Marcos B. **O que é Natureza**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e Meio Ambiente**. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco-Unicef, 1997.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados: Ed. UFGD, 2014. 114 p.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430p.

COMISSÃO Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório sobre segurança cidadã e direitos humanos**. 2009. Disponível em: <<http://cidh.oas.org/pdf%20files/seguridad%20ciudadana%202009%20port.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

CONFERÊNCIA Mundial sobre a Mulher, 4. Declaração e Plataforma de Ação. Pequim. 1995. [Versão eletrônica]. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2015

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agenda 21**. De acordo com a Resolução n. 244/228 da Assembléia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21. 1995a. [Versão eletrônica]. Brasília. Disponível em: <[www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf](http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CORAZZA, Sandra Mara. **Infância & Educação**. Era uma Vez... Quer que Conte Outra Vez? Petrópolis: Vozes, 2002.

CORAZZA, Sandra. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. *In*: COSTA, Marisa (Org.). **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 105-131.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 10, p. 171-188, 1. sem. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

DECLARAÇÃO e Plataforma de Ação da **IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Pequim**. 1995. [Versão eletrônica]. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2015.

DECLARAÇÃO do Milênio das Nações Unidas. Nova York. 2002. [Versão eletrônica]. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao\\_do\\_milenio.pdf](http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf)>. Acesso em: 19 nov. 2015.

DECLARAÇÃO de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável. **Das nossas origens ao futuro**. [Versão eletrônica]. Disponível em:

<[http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao\\_de\\_Joanesburgo\\_so\\_bre\\_Desenvolvimento\\_Sustentavel.pdf](http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Declaracao_de_Joanesburgo_so_bre_Desenvolvimento_Sustentavel.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2015.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992. Parte III MF. p. 105-147.

DELEUZE, Gilles. **O ato de criação**. Palestra de 1987. Edição Brasileira: Folha de São Paulo, 1999. Disponível:

<<http://www.filozar.com.br/filosoficos/Deleuze/Gilles%20Deleuze%20-%20O%20ato%20de%20Cria%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega, 2005.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Televisão e Educação: Pensar e Fruir a TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FOSTER, Emma A. International sustainable development policy:

(re)producing sexual norms through eco-discipline. **Gender, Place & Culture**.

A Journal of Feminist Geography, Canadá, v. 21, p. 1029-1044, 2014. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0966369X.2013.810593?scroll=top&needAccess=true>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais: curso no collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População: curso no Collège de France (1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso** – Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo. Ed. Loyola: 2013.

GARCIA, Mara Sandra. Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente.

**Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 0, n. 0, p. 163-68, 1992. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15810/14302>>. Acesso em: 19 out. 2015.

GARRÉ, Barbara Hees. **O Dispositivo da Educação Ambiental: modos de constituir-se sujeito** na revista *Veja*. Tese. (Doutorado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande/FURG, Rio Grande, 2015.

GARRÉ, Bárbara Hees; HENNING, Paula Corrêa. Visibilidades e Enunciabilidades do Dispositivo da Educação Ambiental: A Revista *Veja* em Exame. **ALEXANDRIA. Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 53-74, jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/download/1982-5153.2015v8n2p53/29495>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

GBM. GRUPO BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012. Igualdade de gênero e Desenvolvimento**. Visão geral. 2011. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank 1818 H Street, NW Washington D.C. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

GBM. GRUPO BANCO MUNDIAL. **Estratégia de gênero para reduzir a pobreza e promover a prosperidade compartilhada**. Nota de conceitos. 2016-2021. p. 1-28, Disponível em: <[https://consultations.worldbank.org/Data/hub/files/consultation-template/update-world-bank-group-gender-strategy-consultations/pt/phases/wbg\\_gender\\_strategy\\_concept\\_note\\_por.pdf](https://consultations.worldbank.org/Data/hub/files/consultation-template/update-world-bank-group-gender-strategy-consultations/pt/phases/wbg_gender_strategy_concept_note_por.pdf)>. Acesso em: 21 abr. 2016.

GLOBAL Gender Office. **Explore Energy Technologies Across the Globe**. Disponível em: <<http://genderandenvironment.org/energy-regions/#map>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

GODOY, Ana. **A menor das ecologias**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GRUN, Mauro. A produção discursiva sobre Educação ambiental: Terrorismo, arcaísmo e transcendentalismo. *In*: VEIGA-NETO, Alfredo. **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 159-184.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. A invenção de dispositivos pedagógicos sobre o ambiente. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 11-26, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/pea/article/viewFile/30083/31970>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. Imagens da sustentabilidade em um mundo sem ilhas. *In*: HENNING, Paula; RIBEIRO, Paula Regina; SCHMIDT, Elisabeth (Org.). **Perspectivas de investigação no campo da educação ambiental & educação em ciências**. Rio Grande: FURG, 2011. p. 31-41.

HENNING, Paula Corrêa. Provocações para este tempo... a Educação Ambiental nos atravessamentos midiáticos. *In*: PREVE, Ana Maria H.; GUIMARÃES, Leandro B.; BARCELOS, Valdo; LOCATELLI, Julia S. (Org.). **Ecologias interativas: conversas sobre educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. p. 241-253.

HENNING, Paula Corrêa; GARRÉ, Bárbara Hees; VIEIRA, Virginia Tavares. O discurso da educação ambiental em artefatos culturais da atualidade. **Interacções**, Lisboa, v. 13, n. 44, p. 123-143. 2017. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/9858>>. Acesso em: 14 out. 2017.

HENNING, Paula; GIBBON, Cleber; HENNING, Clarissa Corrêa; GARRÉ, Bárbara Hees. Educação Ambiental e Discurso: estratégias biopolíticas e produção de verdades. **Educação em Foco**, Juíz de Fora, v. 19, n. 1, p. 221-242, mar./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2015/07/Ed-Foco-v19-n1-mar14-jun14-final.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2018.

HERNÁNDEZ, Carmen Osório. Gênero e Meio Ambiente: A construção do discurso para o Desenvolvimento Sustentável. [versão eletrônica] **Ambiente y Desarrollo**, Bogotá, v. 14, n. 26, p. 16-33, 2010. Disponível em: <[dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3696165.pdf](http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3696165.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2015.

IUCN. Library system. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/dir/publications-list>>. Acesso em: 05 de mar.2015.

KESSERLING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. **Episteme**, Porto Alegre, n. 11, p.153-172, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.ciencia-arte.com.br/site/index.php/biblioteca-de-artigos/item/154-o-conceito-de-natureza-na-historia-do-pensamento-ocidental>>. Acesso em: 19 out. 2015.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 20-28, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEMKE, Thomas. Os riscos da segurança: liberalismo, biopolítica e medo. *In*: AVELINO, Nildo; VACCARO, Salvo (Org.). **Governamentalidade e Segurança**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CAPES, 2014. p. 105-127.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 13. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MADRUGA, E. B.; MAGALHÃES, Camila. Educação Ambiental e Gênero: Provocações Pós-Estruturalistas. *In*: ANPED. Reunião Científica Regional da ANPED, 11, 2016, Curitiba. **Anais... ANPED SUL**, 2016.

MALETTE, Sébastien. Foucault para o próximo século: Ecogovernamentalidade. **Revista Ecológica**, São Paulo, v. 1, p. 4-25, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7654/5602>>. Acesso em: 01 set. 2017.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 226-241, jul./dez. 2009. Disponível em:

<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/marcello.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2015.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana. **O que Entendemos por “Feminização da Pobreza”?** Centro Internacional de Pobreza, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager58.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

MEIRA, Pablo; SATO, Michèle. Só os peixes mortos não conseguem nadar contra a correnteza. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 14, n. 25, p. 17-31, 2005.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. *In*: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane; GOELLNER, Silvana (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-27.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável conceitos e princípios. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/6645/6263%3E.%20Acesso%20em:%2002/08/2011>>. Acesso em: 08 set. 2017.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142012000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100005)>. Acesso em: 08 set. 2017.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. *In*: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 14. Caxambú: ABEP, 2004. **Anais...** Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1304/1268>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

NUESTRO PLANETA. La revista del Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA). **Las, mujeres, la salud y el medio ambiente**. 2004. Disponível em: <<http://www.unep.org/publications/>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

OBSERVATÓRIO Brasil da Igualdade de Gênero. **PNUD apresenta índice para medição da desigualdade de gênero**. 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/pnud-apresenta-indice-para-medicao-da-desigualdade-de-genero/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

OLIVEIRA, Moisés Alves de. A construção dos enunciados ambientais no currículo, na perspectiva da vontade de verdade. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 26, p. 71-86, set. 2005. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3798>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. Memórias do Planeta Fêmea. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 0, n. 0, p. 131-142, 2. sem. 1992. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15805/14298>>. Acesso em: 05 mar. 2016.

PASSETTI, Edson. Transformações da biopolítica e emergência da ecopolítica. **Revista Ecopolítica**, São Paulo, n. 5, jan./abr., p. 2-37, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/viewFile/15120/11292>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

POPKEWITZ, Tom; LINDBLAD, Sverker. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 75, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a08.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2017.

PNUD. **Plan estratégico del PNUD, 2014-2017**. Cambiando com el mundo. 2014a Disponível em: <[http://www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/corporate/Changing\\_with\\_the\\_World\\_UNDP\\_Strategic\\_Plan\\_2014\\_17.html](http://www.undp.org/content/undp/es/home/librarypage/corporate/Changing_with_the_World_UNDP_Strategic_Plan_2014_17.html)>. Acesso em: 02 nov. 2015.

PNUD. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. El futuro que queremos: derechos y empoderamiento. **Estrategia de igualdad de género del PNUD 2014-2017**. 2014b. Disponível em: <[http://www.undp.org/content/dam/undp/library/gender/GenderEqualityStrategy2014-17\\_SP.pdf?download](http://www.undp.org/content/dam/undp/library/gender/GenderEqualityStrategy2014-17_SP.pdf?download)>. Acesso em: 2 nov. 2015.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano. Sustentabilidade e equidade: Um futuro melhor para todos**. 2011. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr\\_2011\\_pt\\_complete.pdf](http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/hdr_2011_pt_complete.pdf)>. Acesso em: 15 de jun.2016.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. 2014. Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014\\_pt\\_web.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2017.

PRÉVOST, Héloïse. O empoderamento através do prisma de um objetivo econômico: o caso do projeto "Gênero e Desenvolvimento" em Benin. Redor, 18, Recife. **Anais...** 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2187/8>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

PUC- Rio. Gênero. Disponível em: <[http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9704/9704\\_3.PDF](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9704/9704_3.PDF)>. Acesso em: 15 out. 2016.

QUEIROZ, André. **O presente, o intolerável...** Foucault e a história do presente. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

RABINOW, Paul, ROSE, Nikolas. O conceito de biopoder hoje. **Revista de Ciências Sociais, Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 24, p. 27-57, abr. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6600/4156>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

RAGO, Margarete. O anarquismo e a história. *In*: BRANCO, Guilherme Castelo; PORTOCARRERO, Vera. Rio de Janeiro: Nau, 2000. p. 88-116.

REIGOTA, Marcos. Educação Ambiental: a emergência de um campo científico. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 499-520, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175-795X.2012v30n2p499/23328>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paul: Brasiliense, 2014.

RELATÓRIO da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. **Plataforma de Cairo**. 1994. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2017.

REVEL, Judith. Nas origens do biopolítico: de Vigiar e punir ao pensamento da atualidade. *In*: GONDRA, José; KOHAN, Walter (Org.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 51-62.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. **Revista Nueva Antropología**, México, v. 8, n. 30, p. 95-145, nov. 1986. Universidad Nacional Autónoma del México, Distrito Federal, México. Disponível em: <<http://www.caladona.org/grups/uploads/2007/05/EI%20trafico%20de%20mujeres2.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini de. **Uma floresta tocada apenas por homens puros... ou o que aprendemos sobre os discursos contemporâneos sobre a Amazônia**. 2012. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre: UFRGS, 2012.

SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini de; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. O dispositivo da sustentabilidade: pedagogias no contemporâneo. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, 395-409, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2012v30n2p395>>. Acesso em: 30 abr. 2016.

SANTOS, Elizete Gonçalves dos; SILVA, Regina Aparecida da; SATO, Michele Tomoko. A percepção de gênero e ambiente das (os) estudantes da comunidade quilombola de Mata cavalo. **REMEA. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Dossiê



Educação Ambiental. Rio Grande: Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental; Universidade Federal do Rio Grande, 2015. p.211-230.

SATO, Michèle. **Educação para o Ambiente Amazônico**. 1997. 245 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos. São Paulo: UFSC, 1997. 245 p.

SATO, Michèle. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima Editora, 2003.

SAUVÉ, Lucie; BERRYMAN, Tom; BRUNELLE, R. Tres décadas de noratividad internacional para la educación ambiental una crítica hermenéutica del discurso de las Naciones Unidas. *In*: GONZÁLEZ GAUDIANO, Édgar Javier (Coord.). **Educación, medio ambiente y sustentabilidad**. México, UANL/Siglo XXI, 2008. p. 25-52.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Teorias críticas do currículo. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 37-81.

STOREY, Cristine. Gênero e Educação Ambiental na Amazônia. *In*: NOAL, Fernando Oliveira; REIGOTA, Marcos; BARCELOS, Valdo Hermes de Lima (Org.). **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. p. 55-81.

TAVOLARO, Sérgio Barreira de Faria. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. A epistemologia da Educação Ambiental: O sujeito natural, o sujeito cognoscente e o sujeito histórico. *In*: TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. 2. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. p. 23-64.

TRISTÃO, Martha. As dimensões e os desafios da educação ambiental na contemporaneidade. *In*: RUSCHEINSKY, Aloisio (Org.). **Educação Ambiental: Abordagens múltiplas**. 2 ed. rev. ampl. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 233-259.

TUNZA. La revista del PNUMA para los jóvenes. **Equidad de género y el medio ambiente**. Asuntos de género: por qué son importantes Mujeres que trabajan. 2007. Disponível em: <[http://www.unep.org/pdf/Tunza\\_4.4\\_Spanish\\_v3.pdf](http://www.unep.org/pdf/Tunza_4.4_Spanish_v3.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2016.

UICN. **Programa quadrienal de la uicn 2001-2004**.

Proyecto aprobado por el Consejo de la UICN para su consideración y aprobación por el Congreso Mundial de la Naturaleza Amman, Jordania. 2000. Disponível em: <[https://cmsdata.iucn.org/downloads/stepping\\_into\\_es.pdf](https://cmsdata.iucn.org/downloads/stepping_into_es.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

UICN. **El programa 2005–2008 de la uicn.** Muchas voces, una tierra. Adoptado em el Congreso Mundial de la Naturaleza Bangkok, Tailandia. 2004. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/WCC-3rd-002-Es.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

UICN. **Diseñando un futuro sostenible. Programa de la UICN 2009–2012.** Adoptado en el Congreso Mundial de la Naturaleza, Barcelona, España. 2008. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/WCC-4th-006-Es.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

UICN. **Programa de la UICN 2013-2016.** Adoptado por el Congreso Mundial de la Naturaleza de la UICN. 2012. Disponível em: <<https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/WCC-5th-003-Es.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

UICN. **QUÉ ES LA UICN?** International Union for Conservation of Nature. 2012a. 1 vídeo (3.50min). Disponível em: <<https://www.iucn.org/about>>. Acesso em: 19 out. 2015.

UNDP. United Nations Development Programme. **Our Projects.** Disponível em: <<http://open.undp.org/#2016>>. Acesso em: 05 mar.2016.

VARGAS-MONROY, Liliana; PUJAL I LLOMBART, Margot. Gubernamentalidad, dispositivos de género, raza y trabajo: la conducción de la conducta de las mujeres trabajadoras. **Universitas Psychologica**, Colombia, v. 12, n. 4, p. 1255-1267, 2013 Doi: 10.11144/Javeriana.UPSY12-4.gdgt. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/viewFile/6501/5927>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. Olhares... *In*: COSTA, Marisa Vorraber (Org). **Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação.** 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 23-38.

VEIGA-NETO, Alfredo. Crise da Modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. *In*: PERES, E. *et al.* (Org.). **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 35-58.

VEIGA-NETO, Alfredo. Ecolítica: um novo horizonte para a biopolítica. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambiente**, Rio Grande, p. 208-224, dez. 2014. Volume especial. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/4860/3045>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

VELÁZQUEZ, Margarita. **Género y ambiente em latinoamérica.** Cuernavaca, Mor: UNAM, Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias. 1996. Disponível em: <<http://www.crim.unam.mx/web/sites/default/files/G%C3%A9nero%20y%20ambiente%20en%20Latinoam%C3%A9rica.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história.** 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIEIRA, Virgínia Tavares; HENNING, Paula Corrêa. A crise ambiental em evidência: análise do discurso foucaultiano – modos de fazer pesquisa em educação. **Revista da Faeeba: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/viewFile/764/537>>. Acesso em: 2 maio. 2016.

VIEZZER, Moema; RODRIGUES, Carmem Lúcia; MOREIRA, Tereza. Relações de gênero na educação ambiental. *In*: TRAJBER, Rachel; MANZOCHI, Lucia Helena. **Avaliando a Educação Ambiental no Brasil**: Materiais Impressos. Editora Gaia, SP, 1996. p. 138-152. Disponível em: <[http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/Relacoes\\_Genero.pdf](http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/cea/Relacoes_Genero.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2017.